



CIRCUITOS ALIMENTARES DE PROXIMIDADES E A ECONOMIA SOLIDÁRIA



Governador
Rodrigo Garcia

Secretário de Agricultura e Abastecimento
Francisco Matturro

Secretário-executivo
Adriano Quercia Soares

Chefe de Gabinete
Ricardo Lorenzini

Subsecretário de Agricultura e Abastecimento
Orlando Melo de Castro

Coordenador da CATI
Alexandre Manzoni Grassi



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL – CATI

CIRCUITOS ALIMENTARES DE PROXIMIDADES E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

ORGANIZADORES

Hemerson Fernandes Calgaro
Engenheiro agrônomo (CATI/SAA)

Newton José Rodrigues da Silva
Zootecnista (CATI/SAA)

Wagner Santos
CSA Bauru/CSA Demétria

ISSN 0100-5111

Documento Técnico	Campinas (SP)	n.º 130	dezembro/2022
-------------------	---------------	---------	---------------

EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO

Departamento de Extensão Rural – Dextru

Centro de Comunicação Rural – Cecor

Diretora: Bárbara Beraquet

Editora Responsável: Cleusa Pinheiro

Revisor: Carlos Augusto de Matos Bernardo

Designer Gráfico: Paulo Santiago

Fotografias: acervo pessoal dos autores; acervo CSA | Brasil; Casas da Agricultura; Newton José Rodrigues da Silva; outros

Distribuição: *on-line*

É proibida a reprodução total ou parcial sem a autorização expressa da CATI.

CALGARO, H. F.; SILVA, N. J. R; SANTOS, W.; *et al.*

Circuitos Alimentares de Proximidades e a Economia Solidária –

Campinas, CATI, 2022.

203p. Ilus. 23 cm (Documento Técnico).

CDD 338.14

ORGANIZADORES

Hemerson Fernandes Calgaro Engenheiro agrônomo/CATI/SAA

Engenheiro agrônomo, formado em 1997 pela Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Ilha Solteira; Doutorado em 2011 e Mestrado em 2006, ambos em Produção Vegetal pela Faculdade de Engenharia da Unesp de Ilha Solteira. Especialização em Agricultura Empresarial e Qualidade Total pela Universidade Federal de Lavras (Ufla) (MG), em 2002, e Perícia e Auditoria Ambiental pelo Centro Universitário Internacional (Uninter) em 2017. Assistente agropecuário, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, atuando na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), desde 2011, desempenhando atualmente a função de diretor técnico de divisão da CATI Regional Santos.

Newton José Rodrigues da Silva Zootecnista/CATI/SAA

Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em 1982, doutorado em Halieutique – École Nationale Supérieure Agronomique de Rennes, em 2005, e doutorado em Aquicultura pelo Centro de Aquicultura da Unesp em 2005. Atualmente, é assistente agropecuário na CATI Regional Santos. Tem experiência na área de socioeconomia, atua principalmente nos seguintes temas: economia solidária, avaliação de políticas públicas, aquicultura, construção de redes sociotécnicas e desenvolvimento rural.

Wagner Santos CSA Bauru/CSA Demétria

Consultor de desenvolvimento humano e organizacional, atuando há 10 anos apoiando a implementação de Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs) pelo Brasil. Formado em Administração, pós-graduado em Engenharia de Sistemas, gerenciou projetos ligados à área de Tecnologia de Informação por mais de uma década. Atuou como diretor da Viver Escola Waldorf de Bauru por quatro anos. Desde 2012, atua como coagricultor da CSA em Bauru tendo desempenhado papéis diversos dentro do Grupo do Coração (Core Group) do local, além de atuar como administrador financeiro da CSA Demétria em Botucatu desde este mesmo ano. Em 2013, foi um dos articuladores para a criação da CSA Brasil. E desde esse mesmo ano, atua como administrador e consultor da CSA Brasil, bem como na criação, formatação e docência dos Cursos de Formação em CSA promovidos pela entidade, além de prestar apoio e consultoria para diversas CSAs em formação no Brasil.

PREFÁCIO

Quando recebi o convite para fazer o prefácio desse livro, fiquei muito feliz e honrado, em especial pelo conteúdo presente nesta obra. Trata-se do pensamento de ponta a respeito das ideias do extensionismo praticado pela CATI, no litoral paulista, com destaque para a Baixada Santista.

Como membro do Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista, venho representando a Universidade Estadual Paulista (Unesp) em diversas ações promovidas pelo Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista (FESBS) contando com o apoio da CATI. Penso que daí veio o convite. Uma dessas ações foi o desenvolvimento do Projeto de pesquisa Agroecos (<https://projetoagroecos.wixsite.com/meusite>), onde foi desenvolvido todo um trabalho sobre as relações entre agroecologia e economia solidária.

O Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista tem promovido encontros e proximidades, um espaço relacional, onde se dialoga e compartilham conhecimentos que visam à construção de uma outra perspectiva de convivência social. Quando digo outra, ressalto a colaboração como um atributo fundamental. Oposto à competição, cujo mérito é reduzido à capacidade do indivíduo de produzir algo que se traduza em dinheiro. A solidariedade estimula as capacidades de promoção da união, das lutas coletivas e da valorização do bem comum. O Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista tem sido inspirador das ações da CATI como se pode ler neste livro.

Esta obra reflete a matéria-prima das ideias presentes no extensionismo contemporâneo no litoral paulista, isto é, o da promoção da economia solidária. Das correlações solidárias entre o rural e o urbano. Entre a produção, a comercialização e o consumo.

O extencionismo técnico rural possui uma história registrada desde o século XIX no Brasil, mas ganhou notoriedade, sobretudo durante as décadas de 1970 e 1980, a partir da Revolução Verde. Conceitualmente, se desenvolveu como processo, como instituição e como política

pública. A presente obra engloba as três dimensões: como processo, demonstra a dialogicidade como método, portanto, rompe com o paradigma difusionista da extensão rural. Tendo a economia solidária como principal posicionamento para o desenvolvimento regional, os processos dialógicos implicam um posicionamento claro e objetivo, voltado à promoção de iniciativas coletivas, seja por meio da coletivização dos meios de produção ou da gestão de processos, mesmo quando os meios de produção são individuais ou familiares. Isso pode ser observado em iniciativas de apoio à produção agroecológica, da autocertificação, da produção de alimentos para segurança alimentar dos indígenas, da manufatura de produtos semiprocessados.

Os processos estão fundamentados pelo primeiro capítulo, onde são apresentados os princípios fundamentais das relações entre a economia solidária e um sistema alimentar de proximidade.

As diversas formas de proximidade são opostas à ideia do *Homo economicus*, que reduz a complexidade econômica à relação entre volume de produção e tempo de produção, ou a produtividade orientada pela possibilidade de otimização financeira. A perspectiva de proximidade está vinculada à ideia de reciprocidade, portanto, uma economia relacional, de complementariedade e solidariedade, em que a relação entre produção, comercialização e consumo é parte de um mesmo sistema solidário e consciente do todo e das partes.

O livro também aborda a extensão vinculada às políticas públicas, sobretudo às que foram inspiradas nas proposições da esfera federal, para o desenvolvimento da segurança alimentar e que, em algum momento, também foram adotadas nas esferas estadual e municipal. O vínculo dessas políticas com a economia solidária é refletido nas ações desenvolvidas pela CATI no âmbito da Baixada Santista, sobretudo com o envolvimento das prefeituras, por meio da formação de gestores da economia solidária nos diversos municípios da Baixada.

Ao tratar das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs) o livro valoriza a ideia de proximidade entre agricultor e consumidor. O consumidor, como um coletivo organizado que se envolve com o produtor, se aproxima, conhece seu trabalho, suas dificuldades e

potencialidades. O apoio e financia, promove um circuito de proximidade em que o produto saudável é um dos componentes de interesse. A conservação ambiental, o trabalho do produtor e a segurança que o produtor passa a ter com essa proximidade se constituem numa inovação socioterritorial que inclui o afeto e amizade a se desenvolver e que está explícita como ideia a se expandir no território abrangido pela CATI. Portanto, o extensionismo aqui é também apresentado ou representado pelas ideias da instituição.

Finalmente, os modelos de comercialização e de organização do consumo nas cidades exemplifica a ideia de uma extensão integral, que vai além da difusão da técnica para o produtor rural, implica a promoção de uma nova forma de desenvolvimento territorial em que campo e cidade se complementam de forma solidária, uma outra perspectiva de território, portanto de organização do espaço. De um lado, o espaço organizado em função da lógica do acúmulo e reprodução do capital e que se expressa por um território fragmentado, em que campo e cidade se alienam entre si. De outro lado, a ideia de proximidade, de solidariedade e reciprocidade, em que campo e cidade se articulam e tomam consciência das relações estabelecidas. Promovem uma comercialização próxima, em que coletivos de consumo nas cidades se organizam para apoiar e serem apoiados pelos produtores rurais. Feiras de produtores se tornam muito mais do que espaços de comercialização, mas, sobretudo espaços de socialização. Pontos de vendas como o Armazém do Campo e outras formas de comercialização de produtos da agroecologia e da economia solidária se estabelecem como pontos de referência nas cidades e se tornam espaços de resistência.

Portanto, o que o leitor vai encontrar nesta obra são referências de uma maneira de se promover a extensão dialógica, muito além da difusão de técnicas, mas, principalmente, da difusão da ideia de uma nova sociedade pautada na construção do conhecimento de forma coletiva e solidária.

Prof. Davis Gruber Sansolo
Unesp - São Vicente

APRESENTAÇÃO

Como órgão responsável pelas ações de Extensão Rural e Assistência Técnica (Ater) na Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a CATI tem como compromisso cumprir a sua missão de promover o desenvolvimento rural sustentável, por meio de programas e ações participativas com o envolvimento da comunidade, de entidades parceiras e de todos os segmentos das atividades agropecuárias.

E, para nós extensionistas é impossível promover desenvolvimento rural sustentável sem ter um olhar plural para quem produz e para quem consome, aliando o compartilhar de conhecimento científico e novas tecnologias com a troca de experiências e respeito ao saber empírico das comunidades rurais.

Sendo assim, falar de Circuitos Alimentares de Proximidades – que são sistemas construídos com a ativação de proximidades entre produtores e consumidores, fortalecendo a agricultura local e regional – e Economia Solidária, que, como a própria palavra, evoca uma responsabilidade recíproca, é falar da extensão rural em sua essência.

O consumidor deseja alimentos saudáveis, saber quem produziu, como produziu, onde produziu. Por isso, é tão importante “encurtar” a distância dele para o produtor rural, criando vínculos entre as duas partes, ao favorecer a participação do agricultor nos circuitos alimentares de proximidade, como feiras, grupos de consumo, Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs).

Por isso, incentivando o estreitamento da relação entre agricultor e consumidor, proporcionamos um ambiente do qual emerge o respeito, a confiança, a simpatia, a fidelização, a aprendizagem e até a amizade, o consumidor passa a saber da história daquela propriedade, da família que produz os alimentos e a melhor forma de utilizá-los. E isso não se restringe apenas a alimentos *in natura*, mas também aos processados como pães, doces, geleias etc., oriundos de agroindústrias familiares e artesanais.

Neste contexto, a CATI tem cumprido o seu papel de prestar assistência técnica aos agricultores dentro e fora da porteira, incentivando a agregação de valor à produção, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental, econômica e social na produção agropecuária e, também, no que concerne à organização para as atividades coletivas, como o associativismo e cooperativismo.

O lançamento deste Documento Técnico “Circuitos Alimentares de Proximidades e a Economia Solidária” é um dos frutos deste trabalho, que tem sido feito por uma Rede Sociotécnica, integrada por muitos de nossos extensionistas – principalmente da nossa CATI Regional Santos – que atuam há décadas no aprimoramento e desenvolvimento deste conceito que preconiza, entre outros, uma organização em que os trabalhadores são os responsáveis pelo negócio; sustentabilidade ambiental; adesão voluntária de associados; compromisso com o desenvolvimento da comunidade; promoção do desenvolvimento humano; e cooperação, ponto muito importante, haja vista que esses sistemas de comercialização são, em sua maioria, geridos de forma coletiva.

Alexandre Manzoni Grassi
Coordenador da CATI

SUMÁRIO

CIRCUITOS ALIMENTARES DE PROXIMIDADES E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

PREFÁCIO	i
APRESENTAÇÃO	iv
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1	
CIRCUITOS ALIMENTARES DE PROXIMIDADES: CONCEITOS E REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	5
CAPÍTULO 2	
GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL: UM FOCO PARA A REDE LIVRES.....	43
CAPÍTULO 3	
BARRACA <i>DRIVE-THRU</i> DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ITANHAÉM (SP).....	73
CAPÍTULO 4	
FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	79
CAPÍTULO 5	
EQUIPAMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: SUPERMERCADOS COOPERATIVOS, ARMAZÉNS E <i>BOUTIQUES</i>	88
CAPÍTULO 6	
FEIRAS DE TROCA DE SEMENTES E MUDAS.....	98
CAPÍTULO 7	
COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA (CSA)	108
CAPÍTULO 8	
POLÍTICAS PÚBLICAS.....	142
GALERIA DE IMAGENS	160



INTRODUÇÃO

Hemerson Fernandes Calgaro¹

No ambiente de comercialização de alimentos, deve-se considerar não apenas a relação de procura e oferta, mas também aspectos técnicos relativos à produção, sociais, culturais e ambientais, inerentes à cadeia alimentar (produção e consumo) e à economia de proximidade, ou seja, aquela em que a relação entre o agricultor (fonte da produção) e o consumidor é direta.

Comumente utiliza-se a expressão circuito curto de comercialização para definir diferentes formas em que produtor e consumidor se colocam em relação. Para os casos abordados nesta publicação foi definido que o termo circuito alimentar de proximidades é mais adequado, visto que não se podem reduzir a aspectos puramente comerciais modalidades de circulação de alimentos em que diferentes proximidades são ativadas para o estabelecimento de relações solidárias que promovem fortalecimento de vínculos sociais e com o território, aprendizagem e a emergência de outras inovações. Abordam-se modalidades de acesso aos alimentos, com destaque para a compreensão das lógicas de ação dos atores responsáveis pela movimentação de cadeias alimentares com origem na agricultura familiar, enquadrados na economia de proximidade e de base agroecológica, que preconiza a conservação dos recursos naturais, as relações horizontais, a transparência e o respeito à cultura local.

¹ Extensionista – CATI Regional Santos.

O avanço dessas modalidades ultrapassa os limites do comércio representando circuitos de relações de proximidades e apoio mútuo entre aqueles que cultivam e os que se alimentam. Como exemplo, há as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs). Há um despreendimento e a revisão de conceitos, em especial do valor do alimento (preço) e a consideração da alimentação (apreço).

A economia de proximidade tem relação profunda com a cultura local e é responsável pela construção da identidade da comunidade local, da valorização das tradições, histórias e da memória popular, chegando ao ponto de considerar indissociáveis o alimento e a cultura. Conjuntamente, tem-se a economia solidária que desempenha função preponderante na construção e consolidação de relações de reciprocidade, interação dos atores e o meio ambiente, com base na autogestão, na democracia e na geração de trabalho e renda.

Nos ambientes de compra, venda ou troca ocorrem interações entre as partes envolvidas e isto está diretamente relacionado à organização social da comunidade local, aos seus princípios, à sua história e seus valores. As tradições e relações humanas agem de forma a promover ou dar condições de que tudo vá bem, tudo aconteça e onde o respeito prevaleça, já que a economia de proximidade promove, de forma inerente, a participação da simpatia, da dádiva, da colaboração, da solidariedade e reciprocidade do querer bem. Resumindo, podemos dizer que tudo nestes ambientes converge para a economia solidária.

Considerando as formas de economia de proximidade, verifica-se, atualmente, que, mesmo os consumidores sendo bombardeados pelos atrativos do comércio hegemônico – suas facilidades, seus requintes, sua praticidade, bem como a industrialização e as certificações –, os tais ainda buscam alimentos oriundos de feiras, querem também aquele produto artesanal e agroecológico que é único, o qual traz o preço e a história de quem o produziu e suas origens; ou, pode-se dizer, o terroir de onde veio. Por este comportamento humano é que a economia de proximidade emerge e se desenvolve cada vez mais, pois é o que se constata em nível mundial.

A forma de acesso do alimento, direto da fonte produtora, pressupõe que o alimento seja recém-colhido ou preparado, siga a sazonalidade das espécies, não haja intermediários nesta relação e, por ser oriundo da agricultura familiar, onde grande parte é adepta da agroecologia, se pratique um valor justo a ser pago pelo alimento.

Por fim, trata-se de uma publicação cujos modelos apresentados servem de exemplos que se adaptam às diversas realidades humanas. São propostas atuais e que vêm sendo adotadas em diversas regiões do país e do mundo, com resultados profícuos; por isso, não se tratam de alternativas, mas de modalidades reais, sustentáveis, justas, exequíveis e viáveis para acesso ao alimento saudável.



1

CAPÍTULO

CIRCUITOS ALIMENTARES DE PROXIMIDADES: CONCEITOS E REFERENCIAIS TEÓRICOS

Newton José Rodrigues da Silva¹

Os circuitos alimentares de proximidades têm uma relação com a economia solidária, pois, de forma geral, são organizações autogestionárias, ou seja, administradas por seus integrantes, com a valorização dos produtos e talentos locais em uma relação de solidariedade em forma de reciprocidade entre os integrantes e destes com o meio ambiente. Existem fatores que são determinantes para a emergência e expansão desses circuitos e se considerados em uma análise fundamentada na sociologia, podem ser feitas correções de rumo e, consequentemente, assegurar maior durabilidade às iniciativas.

O presente texto apresenta um conjunto de conceitos e referenciais teóricos que possibilitam compreender os aspectos da organização dos circuitos alimentares de proximidades, que podem determinar a emergência, expansão ou encerramento das atividades, dependendo do caso. Dessa forma, serão conceituados economia solidária, economia de proximidade e capital social, assim como serão abordados os referenciais de análise denominados sociologia da inovação e economias de grandeza.

¹ Extensionista – CATI Regional Santos.

OS PRINCÍPIOS DO SISTEMA ECONÔMICO

A economia é composta por diferentes atividades, o que a torna plural, sendo resultado de comportamentos econômicos diferentes vinculados a princípios de integração econômica, que se encontram em interação, formando um sistema.

Karl Polanyi (2000) afirma que o sistema econômico é integrado por quatro princípios: maximização do lucro; redistribuição; administração doméstica e reciprocidade. Castel (2015) explica que o princípio do comportamento econômico da maximização do lucro representa as empresas capitalistas, permite o enriquecimento individual, independente da situação socioeconômica das outras pessoas. É o princípio pelo qual um empreendedor proprietário dos meios de produção investe com o objetivo de obter a maior renda possível.

O princípio econômico da redistribuição tem como objetivo compartilhar produtos e serviços com todos os membros da sociedade. Para Polanyi (2000, p. 72), *“como regra, encontramos o processo de redistribuição como parte do regime político vigente, seja ele o de uma tribo, de uma cidade-estado, do despotismo ou do feudalismo, do gado ou da terra”*. Na sociedade contemporânea, o Estado é um exemplo, pois arrecada recursos financeiros por meio de impostos para redistribuir à sociedade. No entanto a ocupação das instituições estatais por grupos sociais vinculados ao princípio da maximização do lucro impede que o seu papel seja exercido. Hillenkamp (2016) aponta que este princípio é expresso, também, por formas de caridades praticadas pelas fundações de grandes grupos capitalistas. Polanyi (2000) afirma que em comunidades tradicionais esse princípio pode estar centrado em uma liderança que redistribui os recursos de uma comunidade de acordo com as necessidades.

O princípio econômico administração doméstica consiste na produção para uso de um grupo, não tendo qualquer relação com a obtenção de ganhos. Pode-se considerar como uma unidade a família ou um povoado. O comportamento desse princípio admite que pode haver comercialização de excedente, para que haja reinvestimento nas atividades para o fortalecimento da autossuficiência.

Pode-se considerar que, na sociedade atual, as atividades que integram o que Kraychete (2021) denomina economia popular, integram os comportamentos dos princípios administração doméstica e reciprocidade. Trata-se da produção e de serviços individuais e familiares. No entanto é comum que haja interações de reciprocidade no seio dos grupos e entre eles.

O comportamento do princípio econômico de reciprocidade é de solidariedade e não de competição. Castel (2015) afirma que este princípio se fundamenta na ideia de uma interdependência entre atores sociais com ações heterogêneas que se completam. Qualquer atividade econômica que se fundamenta na reciprocidade é solidária e somente por esse princípio é possível compreender a autogestão e a democracia no seio dos empreendimentos solidários. Gardin (2006) sugere três tipos de reciprocidade:

- **reciprocidade entre desiguais** – esse tipo causa um pouco de estranheza, pois o autor combina duas palavras que parecem se excluir mutuamente, sendo um oxímoro. No entanto explica que esse tipo de reciprocidade se dá quando uma instituição pública ou privada toma a iniciativa de organizar os beneficiários para ação. Pode ser uma associação que se dedica a fomentar o trabalho associado como forma de inclusão produtiva, uma prefeitura que estimula a organização de trabalhadores para terem uma cooperativa de trabalho ou para que agricultores familiares comercializem a produção de forma conjunta, um grupo de voluntários que doa o seu tempo para apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade, para que criem empreendimentos econômicos solidários para prestação de serviços ou produção. Nesses casos, os beneficiários são estimulados a terem as suas organizações e fazerem a sua gestão.
- **reciprocidade entre pares** – esse tipo de reciprocidade ocorre em grupos que objetivam responder às necessidades e aspirações daqueles que iniciam a organização. Para o autor, há três formas de organização – trabalhadores de uma cooperativa de prestação de serviços, consumidores que se associam a produtores e não se pode haver diferenciação, como ocorre nas CSA, e grupos de usuários de serviços, como grupos de consumo que não atuam

como “consumidores”. Enfim, existe maior homogeneidade entre as pessoas que integram esses grupos.

- **reciprocidade multilateral** – esse tipo de reciprocidade se caracteriza por ocorrer entre grupos heterogêneos. A reciprocidade entre desiguais e a reciprocidade entre pares podem evoluir para a reciprocidade multilateral se houver a expansão das redes sociotécnicas que portam os projetos com a participação de outros atores sociais. Exemplo de reciprocidade multilateral é a Rede Livres de Consumo Responsável de Santos (SP). Diferentes grupos a integram – associações de agricultores familiares, cooperativa de mulheres que produzem sacolas, entregadores que utilizam bicicletas para entrega das sacolas com produtos, os consumidores responsáveis e gestores da rede.

Assim, produção, distribuição e comercialização são realizadas de diferentes formas quanto à gestão e têm objetivos específicos. No entanto, cotidianamente, tenta-se impor, de diferentes formas, mas principalmente pelos meios de comunicação controlados por grandes empresários, a ideia de que o único princípio econômico existente e viável é o da maximização do lucro, ignorando-se que mesmo nas sociedades modernas há uma pluralidade da economia, mesmo que um princípio se sobreponha mais que outro, mas os quatro integram o sistema econômico. Para os que difundem essa ideia, mercado deve ser um comportamento e não um espaço de encontro entre oferta e demanda de bens serviços.

FUNCIONAMENTO DA RECIPROCIDADE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária é integrada por um conjunto de iniciativas socioeconômicas privadas, portanto autônomas em relação ao Estado, comumente de natureza cooperativista e associativista, que valorizam o interesse coletivo e a solidariedade. Apresentam configurações fundamentadas em relações permanentes com o mercado ou mesmo

não monetárias. As formas jurídicas que constituem a economia solidária são cooperativas de consumo, cooperativas de produção e prestação de serviços, bancos populares, associações, fundos rotativos (Lechat, 2002; França Filho e Laville, 2004; Guérin, 2005; Singer, 2010).

Singer (2018) afirma que o princípio mais relevante é que o capital de uma cooperativa, por exemplo, seja dos seus integrantes, o que exclui a possibilidade de haver “sócios capitalistas”. Outro princípio é decorrência daquele, a autogestão, ou seja, a administração feita pelos próprios integrantes do empreendimento econômico solidário. Cita, ainda, a “porta aberta”, condição em que ninguém pode ser coagido e entrar ou sair de um grupo. Outros princípios são a transparência nas relações e em relação a todas as atividades realizadas, o acesso ao conhecimento, o rodízio nos cargos de direção, o exercício e construção da democracia, a relação de respeito com a natureza, a valorização dos recursos e conhecimentos locais e da aprendizagem permanente, bem como da diversidade cultural, política, social, racial e religiosa. A solidariedade da economia solidária não é caridade, mas reciprocidade, que deve estar na base das relações para promover emancipação.

A economia solidária é um projeto que, em inúmeros países, há dois séculos, se propaga e aponta cinco formas que podem ser consideradas resultados desse esforço, como - a) mulheres e homens vítimas do capital, que se associam para ganhar a vida em condições de competir com as empresas capitalistas; b) pequenos produtores, do campo e da cidade, que se associam para comprar e vender em conjunto; c) assalariados, que se associam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo; d) pequenos produtores e assalariados, que se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos os quais lhes permitam obter empréstimos e financiar empreendimentos econômicos solidários; e) além disso, criam associações mútuas e de seguro e outros empreendimentos, como cooperativas de habitação, por exemplo (Singer, 2018).

Os circuitos alimentares de proximidades têm uma relação direta com quatro resultados da organização da economia solidária: “a”, “b”, “c” e “d”. No caso do “e”, trata-se de uma possibilidade que as relações de proximidade e confiança podem propiciar.

Circuitos alimentares de proximidades são cadeias que envolvem produção e comercialização, com no máximo um intermediário entre o produtor e o consumidor, fundamentadas em proximidades. Essas organizações valorizam a diversidade de alimentos locais e podem ter um caráter puramente comercial. Como exemplo, pode-se citar um intermediário entre produtores e consumidores, com base em uma relação de troca dinheiro–produto, de iniciativa individual e não coletiva. No entanto, comumente, esses circuitos são organizados de acordo com os princípios da economia solidária, por se fundamentarem em relações de confiança, fidelidade e reciprocidade entre os atores sociais, que são facilitadas pelas proximidades geográfica e de propósitos e organizadas entre os integrantes. Caracterizam-se, principalmente, pela interação entre produtores e consumidores, eventualmente com apoio do poder público, com o objetivo de alcançarem acesso a produtos orgânicos e de boa qualidade, redução dos custos com alimentação, aumento da renda dos agricultores familiares, valorização da produção local. Enfim, objetiva-se a melhoria da qualidade de vida. Trata-se de reciprocidade multilateral.

Esses circuitos se apresentam de diferentes formas, mas comumente como: Comunidade que Sustenta a Agricultura; grupos de consumidores responsáveis; aquisição da produção local pelo poder público, com a sua destinação à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou à alimentação escolar; produtores que se organizam para realização de feiras; entrega em domicílio ou operacionalização de barraca drive-thru. Cada circuito tem uma forma própria de governança, definida pelos atores sociais que o integram, de acordo com o nível de participação dos integrantes. As formas de gestão têm origem na elaboração e operacionalização das regras estabelecidas, ou seja, no regimento interno, para o funcionamento do circuito, que tem relação com os recursos materiais que possuem, como barracas, caminhões, equipamentos para comercialização “on-line” etc.

Apesar de a organização de circuitos alimentares de proximidades ter origem, principalmente, nos anos da década de 1980, o afastamento social na primeira fase da pandemia impulsionou a sua emergência em diversos locais. A necessidade de evitar exposição e contato, que

poderiam facilitar a contração da Covid-19, consumidores optaram pela realização de compras em feiras organizadas ao ar livre ou o recebimento dos alimentos em suas casas, de acordo com a oferta de grupos de produtores organizados. Houve, ainda, o aumento do número de agricultores e consumidores nos grupos já existentes. Agora, emerge o desafio de manter e ampliar essas experiências, que podem contribuir com a construção da democracia econômica e a dinâmica dos municípios e regiões, com geração de renda e trabalho.

A solidariedade em forma de reciprocidade entre as pessoas e destas com o ambiente é a base das relações no processo de construção de uma economia que não se fundamenta em um comportamento individualista, na competição e, consequentemente, na maximização do lucro. O comportamento do princípio econômico da reciprocidade é observado nas práticas das cooperativas em que há participação dos cooperados na gestão, associações e grupos informais com atividade econômica, enfim, nas organizações que constituem a economia solidária. O modelo agroecológico de produção se fundamenta no princípio de reciprocidade, principalmente quando associado aos circuitos alimentares de proximidades.

CIRCUITOS ALIMENTARES DE PROXIMIDADES COMO REDES SOCIOCÉNICAS

A sociologia da inovação, também denominada de sociologia da tradução e, ainda, sociologia das redes sociotécnicas, é um referencial teórico que emergiu na década de 1980. O seu nascimento se deu do estudo das condições de produção da ciência e da tecnologia realizados principalmente pelos franceses Michel Callon e Bruno Latour, mas que atualmente é aplicado para a compreensão ou promoção de processos de inovações nas empresas e organizações (Bernoux, 2004).

A sua utilização como referencial teórico para o desenvolvimento da agricultura fundamenta-se na premissa de que a atividade somente se viabiliza se for resultado de uma rede sociotécnica, integrada

por diferentes atores em cooperação, sendo eles os agricultores, pesquisadores, extensionistas, representantes de agências de financiamento, fornecedores, consumidores etc. A inovação é comumente apresentada com práticas baseadas no diffusionismo, ou seja, técnicas, ideias e produtos prontos e acabados que são adotados somente por aqueles que estão mais aptos a fazê-lo. Neste modelo, um pacote tecnológico tem a função de encontrar um produtor, grupo de produtores ou consumidores que o adotem. Na trajetória clássica das informações no diffusionismo, as técnicas são desenvolvidas por um pesquisador e difundidas pelo extensionista para os produtores. Assim, apenas uma parte dos beneficiários está apta à nova tecnologia, visto que não são consideradas as características e necessidades do conjunto. Trata-se do modelo vertical descendente. Para os sociólogos da tradução, a inovação somente se viabilizará para atender um conjunto amplo de pessoas, se for resultado da construção de uma rede sociotécnica, ou seja, em um processo construtivista de acordo com as visões de mundo, condições materiais e necessidades dos participantes do problema em interação com os ambientes socioeconômico e político.

Bernoux (2004) afirma que o modelo da tradução, ou seja, construtivista, é mais trabalhoso de ser viabilizado, mas certamente é o único eficaz, considerando os resultados que serão produzidos para a totalidade dos produtores e consumidores. Para o entendimento do mecanismo da construção de redes sociotécnicas é necessário o conhecimento de alguns conceitos-chave como rede sociotécnica, tradução, controvérsia, fato e rede, simetria, que foram relacionados tendo como base as publicações dos sociólogos da tradução.

REDE SOCIOCÉNICA

A rede sociotécnica é definida como uma organização integrada pelas entidades humanas e não humanas, individuais ou coletivas, definidas por seus papéis, objetivos, identidades e programas, colocadas em intermediação uns com os outros (Callon, 1999). Para Bernoux (2004), o coração da sociologia da tradução é constituído pela ideia

de que uma inovação, seja técnica ou organizacional, não tem força necessária para se impor quando inexiste uma rede sociotécnica que a viabilize. Assim, um projeto como a organização de agricultores em associação ou cooperativa, a implantação de uma feira de agricultores familiares, a organização de uma CSA ou um grupo de consumo responsável, por exemplo, aparentemente são bons projetos. Porém, eles se tornarão efetivamente bons se uma rede sociotécnica viabilizá-los, pois não se imporão pelas suas qualidades próprias, por apenas serem reconhecidos como bons. São os integrantes da rede atuando em cooperação, de forma alinhada, que farão com que os projetos, as ideias, se tornem bons. É necessário fazer alianças, viabilizar os meios materiais disponíveis e buscar outros para fazer as inovações emergirem.

O desafio, portanto, é colocar os atores sociais, heterogêneos, em relação para construir a rede que viabilizará o projeto, visto que cada um deles tem um objetivo particular e uma lógica de ação específica. Assim, é necessário que essas lógicas de ação – de produtores, consumidores, agentes do poder público – sejam compreendidas para a construção de circuitos alimentares de proximidades, que haja o entendimento de que somente o trabalho em rede, de acordo com um quadro de interesse comum, pode viabilizar o projeto coletivo. Quando um ator social que participa do projeto alcança o seu objetivo, ele viabiliza que outro ator também alcance o seu objetivo.

A construção da rede sociotécnica está condicionada à realização de traduções. É importante ressaltar a diferença existente entre cadeia produtiva e rede sociotécnica. Cadeia produtiva é considerada como o itinerário dos produtos e informações concernentes à determinada atividade, que contribuem desde a formação até a disponibilização do produto (Davis e Goldberg, 1957). Assim, a cadeia produtiva é integrada pelos agentes econômicos, consumidores e por aqueles que geram e disponibilizam conhecimento. Para Batalha (2005), com a compreensão do funcionamento da cadeia podem surgir opções de intervenções, públicas e privadas, capazes de aperfeiçoar os mecanismos de geração de valor. Amblard *et al.* (2005) afirmam que o conceito de rede sociotécnica, originário da sociologia da tradução,

pressupõe que os atores envolvidos em determinada atividade econômica atuem de forma coordenada e alinhada para alcançarem objetivos que integram um quadro de interesse comum. Esse conceito se diferencia daquele de cadeia produtiva, originário da economia, que não propõe o aprofundamento do conhecimento das relações estabelecidas entre os diferentes agentes que integram a cadeia.

Para Bernoux (2004), é impossível compreender os fatores responsáveis pelos resultados econômicos de uma atividade excluindo-se da análise as relações entre os atores sociais e suas influências recíprocas. Além da necessidade da existência de traduções e de compromisso, o estabelecimento de relações de confiança entre os agentes da cadeia produtiva é de fundamental importância para a construção de redes sociotécnicas.

TRADUÇÃO

Para os sociólogos da tradução, traduzir não tem o sentido que essa palavra possui na linguagem corrente. Não se trata de passar um texto de um idioma para outro. Callon (1986) exemplifica o conceito de tradução. Em uma situação emergente, o ator A, engajado na produção de conhecimentos porta um enunciado não inteligível para o ator B. Se A transmite a B os seus conhecimentos em forma de enunciado codificados, esse último não está dotado de competências necessárias para a sua compreensão por ter uma lógica de ação diferente do primeiro. B não pode ver utilidade nos conhecimentos de A, a não ser que este se lance em uma tarefa de estabelecer um elo de inteligibilidade com B e crie um cenário de interesse comum em que se estabeleçam compromissos a partir da conciliação de propósitos. A tradução é um processo que proporciona a convergência de interesses. Assim, não se trata de convencer o outro. Dessa forma, A seria o tradutor de B. No início da tradução, as posições entre os atores envolvidos são divergentes, mas ao seu fim um discurso as unifica e as coloca em relação de forma inteligível possibilitando compreender as vozes falando em uníssono e se compreendendo mutuamente.

A tradução é um processo antes de ser um resultado, que permite estabelecer uma equivalência constantemente renegociada entre o produtor do conhecimento e o utilizador em potencial. Ela passa frequentemente pela construção de novos atores e interesses, com base no deslocamento de posições desses mesmos atores, na medida em que avançam as negociações e a convergência. Beuret (2006) afirma que o perfil do tradutor é de fundamental importância para que as traduções sejam realizadas. Para o autor, de forma geral, o tradutor deve saber construir um clima de cooperação entre os atores sociais, ter capacidade de ouvir, favorecer as proximidades e estabelecer parcerias, dialogar com integrantes do poder público e ter criatividade, formação técnica e engajamento pessoal.

O poder público deve assumir as operações de tradução ou apoiá-las quando um ator da iniciativa privada ou organização não governamental (ONG) a realize. O ator do poder público mais indicado para realizar as traduções é o extensionista, pelo fato de poder estar em contato com os produtores, suas entidades e demais atores, como pesquisadores, representantes de ONGs e de setores privados da cadeia produtiva, por exemplo.

CONTROVÉRSIA: A ENTRADA REAL

Controvérsia pode ser definida como o debate, a polêmica que tem por objeto os fatos científicos, técnicos ou organizacionais que não estão ainda estabilizados. As controvérsias podem envolver, por exemplo, cientistas, extensionistas, governos, ONGs ambientais, produtores, consumidores ou responsáveis por atividades que impactam o ambiente. Callon *et al.* (1999) afirmam que as controvérsias sociotécnicas têm dinâmicas que se estendem no tempo e no espaço. A trajetória de cada uma depende da sua natureza ou do nível de incertezas que portam, mas igualmente da forma como algumas acabam por serem reduzidas ou mesmo desaparecendo.

O acompanhamento do desenvolvimento da controvérsia mostra os grupos sociais que entram em cena, as alianças que se estabelecem ligando as posições, as opções tecnológicas ou organizacionais que vão ser assumidas ou descartadas. As questões são refeitas, debatidas, na medida em que evoluí a controvérsia. Elas são ao mesmo tempo a consequência e o motor da dinâmica. Latour (2000) afirma que as controvérsias antecedem sempre um enunciado científico, inovação tecnológica ou organizacional. Portanto, o extensionista deve fazer um esforço para identificar as controvérsias existentes, para que seja feita a tradução entre os atores sociais envolvidos no problema e se estabeleça um acordo, para que a rede seja construída. O autor define esse primeiro passo, ou seja, a detecção das controvérsias como “entrada real”. Amblard *et al.* (2005), afirmam que a análise das controvérsias é o coração da sociologia da inovação, pois é por elas que se elaboram os fatos.

O interesse das controvérsias é duplo. Inicialmente, revelam a existência de numerosas negociações que precedem e delimitam escolhas técnicas propriamente ditas, ao mesmo tempo em que mostra a natureza limitada dessas negociações. Em seguida, elas constituem um campo privilegiado para estudar os mecanismos pelos quais as soluções são encontradas no local e, posteriormente, acabam por se espalhar por toda a sociedade (Callon, 1981).

Pode-se afirmar que os circuitos alimentares de proximidade emergem a partir de uma controvérsia entre os porta-vozes do sistema convencional de produção, resultado da Revolução Verde, e os adeptos de uma forma de produção orgânica ou agroecológica. Além da busca de produtos sem agrotóxicos ou fertilizantes sintéticos, os consumidores que valorizam produtos originários da agroecologia, comumente chamados de responsáveis, apontam os problemas ambientais e sociais que causam o sistema hegemônico. Criticam, ainda, a transferência de renda para corporações que dominam o mercado de insumos. Prezam pelas relações de proximidade e sem exploração, além da adoção de práticas de conservação ambiental. Já os adeptos do sistema convencional afirmam que é necessário produzir alimentos em grandes quantidades para reduzir o seu custo. Apesar do aumento

de experiências que são identificadas como circuitos alimentares de proximidade organizados em torno de orgânicos ou da agroecologia, a referida controvérsia não terá fim tão cedo.

O FATO E A REDE

O fato – ou seja, a mudança, a inovação, a organização de um circuito curto alimentar – se viabiliza pela rede que o porta e esta somente existe devido ao próprio fato em torno do qual ela se forma. Fato e rede, respectivamente conteúdo e contexto, se viabilizam ou não sempre mutuamente. A solidez do fato depende da irreversibilidade da rede, ou seja, a sua legitimidade não é dada pelas suas qualidades, mas pela sua capacidade de arrebatamento, de construção de uma rede com a participação de diferentes atores.

O sucesso ou o fracasso de uma mudança, de uma inovação, não podem ser compreendidos a partir de suas propriedades intrínsecas. É o processo do qual ela foi objeto que permite compreender como foi adotada e que é a razão da sua emergência, que lhe dá ou não estabilidade. Portanto, a inovação não se impõe por si.

Latour (2000) afirma que a construção de fatos, ou seja, de mudanças, é um processo coletivo, comparando a reconstituição das redes com a abertura de caixas pretas, em que se passa a compreender a lógica de ação dos atores e *actants*⁵, seus papéis, a tradução e as interações estabelecidas entre todas as entidades individuais ou coletivas. Exemplificando o presente conceito, pode-se considerar um caso em que o fato seja representado por uma CSA. As espécies cultivadas não falam em sua defesa para serem adotadas, mas os porta-vozes sim. Portanto, as espécies vegetais não são atores sociais, mas *actants* que têm a mesma importância dos humanos na rede.

² Latour (2000) define *actant* como qualquer coisa ou pessoa que na tradução é representada por porta-vozes. Por exemplo: determinado equipamento que integra a produção, transporte ou comercialização é um *actant*, visto que é desprovido de voz e deverá ser representado por um técnico, produtor ou outro ator que assimilará o papel de porta-voz.

Essa rede só seria possível de ser formada devido à existência das espécies cultivadas. Mesmo que determinado técnico, produtor ou consumidor exponha e proponha as qualidades de outras espécies ou de um outro modelo de produção, a adoção somente ocorrerá se um conjunto de atores sociais a viabilizar. Os interesses de cada ator devem estar representados no projeto. Comuns são os fatores determinantes da construção da rede, não se tratando do convencimento de pessoas para integrá-la, mas de construção da ideia.

SIMETRIA

Considerando que as entidades humanas e não humanas formam a rede, deve-se tratar com igualdade de importância os atores e *actants*, sejam eles humanos ou não. A importância de ambos é a mesma na construção e estabilidade da rede. Da mesma forma, o sucesso e o fracasso de uma atividade também devem ser tratados com a mesma importância, pois serão resultados dos fatores intrínsecos à rede.

AS DEZ ETAPAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA REDE SOCIO TÉCNICA

Amblard *et al.* (2005) apresentam uma metodologia de análise e construção de redes sociotécnicas, considerando 10 etapas que, em determinadas situações, algumas delas não ocorrem uma após a outra, mas em simultaneidade. São elas: análise do contexto, problematização, ponto de passagem obrigatório, atuação dos porta-vozes, investimento de forma, mobilização dos intermediários, mobilização dos atores, expansão e irreversibilidade da rede, vigilância e transparência. O extensionista, para atuar como tradutor ou apoiar as traduções que são realizadas por outros atores, deve compreender como se constrói uma rede.

A tradução se inicia com a contextualização que, nesse caso, é a compreensão dos atores implicados no processo, o interesse de cada um e o nível de convergência entre eles. Caso surja a ideia de organização de uma feira de produtos orgânicos em determinado local, é importante saber quem são os produtores, o que e como produzem, a necessidade de formação técnica e organizacional, como operam outros equipamentos de comercialização, qual o problema que se pretende superar com a criação do equipamento, onde funcionaria e em quais dias e horários, o que pensam lideranças de diferentes segmentos da sociedade, considerando o poder público e os ambientalistas.

A etapa seguinte é a da **problematização**, quando o papel do tradutor, que pode ser um extensionista, produtor ou grupo de consumidores, se destaca operando a ligação entre os atores do contexto em torno de uma questão geral, iniciando os seus deslocamentos no sentido da convergência, fazendo passá-los por um ponto de **passagem obrigatório (PPO)**, que pode ser um enunciado, uma instituição, regras para a prática de determinada atividade ou um lugar. Há necessidade de conversar com os produtores individualmente, mas principalmente em grupo e com os representantes da entidade de representação, saber o que pensam da ideia, o que poderia aperfeiçoá-la, fazer contato com os agentes da prefeitura que possam opinar e autorizar o uso de um espaço adequado, convidar para as reuniões com os produtores e representantes da prefeitura as lideranças dos moradores, construir coletivamente um PPO, como: viabilizar a comercialização de produtos orgânicos sem intermediários. Para construir o núcleo da rede, os atores sociais devem se empenhar para elaborar e operacionalizar a ideia de forma que todos possam participar e terem seus problemas resolvidos de acordo com um quadro de interesse comum. Na medida em que um participante alcança o seu objetivo, possibilita que os demais alcancem os seus objetivos. Exemplos:

- **produtores de orgânicos do município e região** – comercializarão os seus produtos por melhores preços, relação direta com os consumidores, diversificação da produção;

- **consumidores** – terão acesso a produtos orgânicos com preços abaixo do que pagam, relação direta com os produtores, conhecimento da origem do que consome;
- **prefeitura** – maior dinâmica econômica no município;
- **extensionista** – legitimação do seu propósito de vida e missão profissional;
- **meio ambiente** – existir com os seus componentes em equilíbrio;
- **associação dos produtores** – reconhecimento, fortalecimento com base na coesão dos associados em torno de um propósito.

Após as etapas descritas, o quadro entre as pessoas é de cooperação. Considerando a rede o produto de uma negociação, cada entidade humana ou não humana tem o seu porta-voz nas discussões. Porém, dependendo do tamanho da rede, o ator-tradutor trata de reduzir o número de representantes para que haja maior homogeneidade e controle do processo. Essa etapa, denominada **investimento de forma**, é mais que um investimento material, é uma forma que permite um trabalho entre os diferentes atores.

A rede é cimentada pelos **intermediários**, que significa tudo o que circula entre as entidades envolvidas, que as coloca em relação, podendo ser informações contidas em papéis e grupos de redes sociais, informativos técnicos, reuniões técnicas, atividades de confraternização, palestras, cursos, dinheiro ou outros humanos com as suas competências. Na relação com os consumidores, podem-se disponibilizar informações sobre economia solidária e desenvolvimento local, lista comparativa de preços praticados dos principais produtos nos equipamentos que trabalham com orgânicos, visitas de consumidores às áreas de produção, distribuição de receitas elaboradas com produtos locais.

A cooperação entre os atores está estabelecida, a ligação dos porta-vozes está feita. Agora, os atores serão alistados e mobilizados, tendo um sentido, um papel ativo definido para fazer a rede sociotécnica funcionar. A **expansão da rede** é fundamental para a sua estabilidade e irreversibilidade, que ocorre no sentido do seu centro em direção

à periferia, agregando novos atores que lhe darão mais solidez e viabilização do fato. A expansão pode se dar com a entrada de outros produtores da região para aumentar a diversidade dos produtos, aumento da frequência de consumidores com base em divulgação da existência da feira e os benefícios que proporciona, inserção de artesãos locais para comercializarem, apresentação de artistas locais. Essa etapa exige novas traduções para que haja novos aliados.

A estabilidade da rede depende, também, da sua **vigilância**. É necessário que esta seja feita em diferentes aspectos, para que não haja o enfraquecimento da rede, que pode ser causado por práticas de preços inadequados, comercialização de produtos que fogem ao objetivo da feira com produtores atuando como intermediários, desorganização das barracas, perda de mercado para produtores de outra região para outros equipamentos de comercialização locais. A vigilância deve ser feita, também, sobre o comportamento dos atores da rede, para que não haja traição, causada principalmente por atores que mudam de papel no decorrer do tempo e passam a perseguir objetivos de caráter pessoal. Latour (2000) afirma que uma rede é tão forte quanto o seu elo mais fraco.

A **transparência** deve ser constante em todo o processo de construção da rede para que não gere dúvidas. A confiança entre os atores está fundamentada nas suas ações. A existência da mínima manipulação pode condenar a tradução e sepultar a rede. Assim, a feira deve ter um regimento interno elaborado de forma democrática e reuniões devem ser realizadas constantemente para corrigir rumos e até o próprio regimento. Os novos integrantes da feira devem ser recebidos com atividades de formação referentes à economia solidária ao funcionamento do equipamento.

As redes sociotécnicas têm configurações de acordo com a natureza do projeto que portam. Os circuitos alimentares de proximidades podem ser de comercialização com base em relações que objetivam somente os aspectos mercantis ou serem construídos, também, com valores vinculados a outros aspectos, como a reciprocidade.

ECONOMIAS DE GRANDEZA

As pessoas estão inseridas nas organizações que integram em situações que são ao mesmo tempo cooperativas e conflituais, ou seja, de interesses divergentes em relação a outras pessoas. Cooperação não faz, necessariamente, referência a um acordo amigável, posto que não é a amizade o elemento indispensável à aparição da cooperação para a prática da economia solidária, mas a interdependência mútua e a reciprocidade. Assim, não é possível obter a coordenação entre atores que permanecem cada qual imerso apenas na lógica de ação de seu respectivo mundo composto por valores específicos, posto que outros mundos representam diferentes grandezas ou sistemas de equivalência (Andrade *et al.*, 2001). Para que existam interações e coordenação é preciso que sejam estabelecidas convenções entre as pessoas que integram uma organização como um circuito curto alimentar, uma associação, cooperativa ou entre representantes destes grupos e o poder público ou consumidores, por exemplo. Trata-se de acordos formais ou informais sem os quais nenhuma forma de troca seria possível na sociedade, mesmo as pontuais.

A economia das convenções é uma corrente da economia que coloca no centro da sua análise a construção de acordos. Um exemplo clássico de estudos realizados pelos convencionalistas são as relações estabelecidas no mundo do trabalho entre patrões e empregados. Neste caso, geralmente, há uma relação conflituosa por haver divergência de interesses, mas também há cooperação. Trata-se, assim, de uma convenção de trabalho onde são resolvidos os conflitos (Amblard *et al.*, 2005).

O sociólogo Luc Boltanski e o economista Laurent Thévenot fundamentaram-se na ideia de que a construção da sociedade não pode ser justificada somente pelas relações econômicas ditadas pelo mercado ou, por outro lado, unicamente pelas regras que se sedimentam ao longo do tempo e integram a cultura, hábitos e o saber comum de determinado grupo. Assim, sugeriram rejeitar essas justificativas que se opõem por considerá-las superficiais e propuseram uma teoria que se apoia nos acordos justificados e legitimados entre os integrantes de

uma sociedade. Essa teoria foi denominada economias de grandeza e integra o arcabouço teórico da economia das convenções.

Amblard *et al.* (2005) afirmam que a preocupação central dos convencionalistas em geral, e em particular dos autores das economias de grandeza, é a reflexão sobre a produção dos acordos, a realização da coordenação entre pessoas. Um circuito curto alimentar, uma cooperativa ou associação de agricultores é um espaço de estabelecimento de regras entre seus integrantes para a realização de atividades coletivas, assim como de negociações com fornecedores e compradores. Assim, as relações existentes não podem ter sua compreensão reduzida aos aspectos puramente sociais ou econômicos. A teoria das economias de grandeza é apresentada para que se possam compreender as lógicas de ação das pessoas e facilitar a construção de acordos. Boltanski e Thévenot (2014) afirmam que as relações, os acordos ou os desacordos fundamentam-se em grandezas, que são sistemas de equivalência regidos pela coerência de princípios e ativados por cada pessoa para justificar as suas posições e ações. Enfim, uma situação e um fato podem ser considerados grandes por um indivíduo e pequenos por outro. Dessa forma, grandeza refere-se à equivalência de princípios, sendo que grande significa o que é relevante, o que possui uma maior representação.

Utilizando-se as grandezas definidas pelos autores, identificam-se os valores que definem as posições das pessoas em controvérsias e conflitos. Boltanski e Thévenot (2014) definiram seis sistemas de equivalência, que denominaram mundos: **inspiração, doméstico, opinião, cívico, mercantil e industrial**.

As grandezas ou mundos são caracterizados da seguinte forma:

Mundo inspiração – os valores do mundo inspiração estão associados à genialidade, à criação. Para Corcuff (1995), esse mundo estabelece uma ligação imediata entre pessoas e uma totalidade. Como exemplos podem ser citados Deus para os místicos ou a arte para os artistas. Para Amblard *et al.* (2005), “*o homem criativo e sua equipe em uma agência de publicidade, o pesquisador e seus colegas de laboratório, assim como o arquiteto e seus assistentes são pessoas fortemente*

submetidas ao mundo da inspiração". Podem haver controvérsias dentro de um mesmo mundo, como ciência x religião, por exemplo, visto que para os cientistas é preciso que haja comprovação científica dos fatos, enquanto para os religiosos basta a fé para que o fato exista.

Mundo doméstico – este mundo comprehende três aspectos simultaneamente imbricados, um é temporal, devido à fidelidade das pessoas aos costumes; outro é espacial, de familiaridade; e um terceiro é hierárquico, de autoridade. A confiança para a realização de práticas solidárias é uma característica desse mundo. As relações entre os seres humanos são de longo prazo e fundamentam-se na familiaridade (Boltanski e Thévenot, 2014). Assim, segundo Amblard *et al.* (2005), as figuras de referência são aquelas da família, da tradição, dos ancestrais. A noção de patrimônio é chave, pois ela designa uma totalidade constituída de bens apropriados com vistas ao seu uso e transmissão. As relações estabelecidas motivadas por fatores socioculturais em determinado território estão inseridas nesse mundo.

Mundo opinião – para a grandeza opinião, somente a consagração pública importa. Não interessa o espírito criador do mundo de inspiração ou o respeito às tradições do mundo doméstico. No primeiro caso, há o risco de haver isolamento e não ter reconhecimento público. No segundo caso, a limitação da ação a regras impediria o alcance da celebridade. Amblard *et al.* (2005) caracteriza como integrantes desse mundo desejos como ter reputação reconhecida, ser considerado, ter um julgamento positivo por expressivo número de pessoas, ter sucesso. As ações de promoção estabelecidas com o objetivo de ganhar aliados – como consumidores responsáveis e o poder público em apoio à economia solidária pela promoção das suas qualidades socioeconômicas e ambientais – estão inseridas neste mundo.

Mundo cívico – no mundo cívico prevalece o interesse coletivo, sempre acima do interesse particular. As pessoas se mobilizam em torno de noções como equidade, liberdade e solidariedade. Há uma grande valorização dos direitos de cada um e dos representantes legais. O cooperativismo é uma forma de organização que se enquadra nesse tipo de grandeza, com ênfase no coletivo e na solidariedade. O interesse coletivo não significa a soma dos interesses individuais,

mas um interesse superior comum (Amblard *et al.*, 2005). As relações estabelecidas para a definição de práticas de agroecologia vinculadas a uma CSA estão inseridas nessa grandeza.

Mundo mercantil – este mundo é fundamentado no princípio da concorrência, sendo os preços a referência universal do valor dos objetos. É o mundo dos interesses particulares e das pessoas que estão em relação por ocasião dos negócios que se caracteriza pelo oportunismo. A ligação social é fundamentada somente pelas trocas, que são feitas supostamente em benefício de todos, para contribuir com o bem comum. Esse mundo é caracterizado pelo concorrencial, pela captação de clientela, obtenção dos melhores preços e do máximo proveito nas transações. Para essa grandeza, o mundo doméstico não é suficiente pelo fato de as relações domésticas impedirem a obtenção de sucesso com o aproveitamento de todas as oportunidades comerciais (Amblard *et al.*, 2005). As transações comerciais estão inseridas neste mundo.

Mundo industrial – as características do mundo industrial não devem ser confundidas com as do mundo mercantil, apesar de ambas constituírem coordenações de ordem econômica (Boltanski e Thévenot, 2014). No mundo industrial, o desempenho técnico, a aplicação dos conhecimentos gerados pela ciência fundamenta a busca pela eficácia. Amblard *et al.* (2005) afirmam que investir em uma máquina ou na formação de um operador que vai conduzi-la, assim como medir a produtividade utilizando-se de instrumentos desenvolvidos cientificamente, são características típicas do mundo industrial. Para esses autores, uma empresa fortemente equipada, moderna na sua forma de produzir, com profissionais que dominam integralmente a tecnologia, constitui essa grandeza. A produção de commodities agrícolas está inserida nesse mundo, mas a eficiência de funcionamento de alguns grupos de consumo responsável, por exemplo, utilizando-se de recursos da tecnologia da informação também mobilizam o repertório da grandeza industrial.

Nas organizações de produtores podem emergir conflitos entre representantes do mesmo mundo ou de mundos diferentes, o que é mais comum. Há situações em que participantes atuam para que

haja a priorização das relações mercantis em detrimento das relações fundamentadas na tradição, ou seja, do mundo doméstico, ou nas ações coletivas como os mutirões, nesse caso cívicas. É importante, porém, que haja no grupo um equilíbrio entre as ações de cada ordem de grandeza. Os resultados econômicos de um empreendimento econômico solidário serão consequência das relações sociais. Mesmo o mercado é resultado das relações entre pessoas. Porém as grandes cívica, doméstica e mercantil devem ser necessariamente mobilizadas e colocadas em interação, para que determinada atividade esteja inserida em um circuito curto alimentar. Dessa forma, o empreendimento gerará renda e se fundamentará na reciprocidade e na valorização dos conhecimentos dos seus integrantes.

O conflito mais comum entre pessoas que representam lógicas de ação diferentes na economia solidária ocorre entre os mundos mercantil e cívico. É comum a incompreensão de que a economia solidária é resultado de relações de reciprocidade entre integrantes do grupo e destes com clientes e poder público para a construção de uma economia que não se fundamenta somente na troca mercantil. A formação quanto aos valores e princípios da economia solidária pode promover o acordo entre esses mundos/grandes.

Porém outros conflitos podem ocorrer, como a crítica do mundo mercantil ao mundo doméstico: “a tradição não gera renda”. O acordo entre esses mundos pode ser construído no turismo de base comunitária, forma de organização em que a contribuição financeira dos visitantes fortalece a cultura local. Além disso, há valorização dos recursos locais para elaboração de produtos diferenciados para serem comercializados nas feiras ou serem consumidos por Comunidades que Sustentam a Agricultura e grupos de consumo responsável.

Cada tipo de circuito tem uma grandeza principal e outras secundárias, de acordo com o objetivo e a forma de organização. O Quadro 1 apresenta as grandes que, de forma geral, regem as redes sociotécnicas de três tipos de circuitos. Em determinado momento, podem haver outras grandes secundárias incidindo no funcionamento da rede.

Tabela 1 – Caracterização dos Circuitos Alimentares de Proximidades de acordo com as ordens de grandeza.

Tipo de Circuito Curto Alimentar	Grandezas que regem o Circuito	Atividades
Comunidade que Sustenta a Agricultura.	Principal: cívica. Secundárias: doméstica e mercantil.	Práticas agrícolas realizadas de forma coletiva, mutirões. Valorização dos recursos locais.
Feira do produtor de orgânicos.	Principal: mercantil. Secundárias: cívica, doméstica e opinião.	Comercialização de produtos, gestão coletiva da feira, valorização da agricultura familiar e dos produtos locais, divulgação.
Grupos de Consumo Responsável.	Principal: cívica e mercantil. Secundárias: doméstica e opinião.	Comercialização e compra coletivas; valorização da agricultura familiar.

É comum integrantes de circuitos alimentares de proximidades defenderem práticas associadas a determinada grandeza: “o negócio é ganhar dinheiro, comercializar bem, para que serve associativismo? Não somos um grupo ideológico” ou “o que importa são as relações entre as pessoas, dinheiro não é importante para construir uma outra economia”. As controvérsias geradas dentro dos grupos devem ser tratadas pelo tradutor das lógicas de ação para se construir um acordo. A mobilização do repertório de cada grandeza por uma mesma rede possibilita maior durabilidade ao projeto. Não se pode deixar de lado a grandeza inspiração, pois os conhecimentos gerados pela ciência são necessários para se viabilizarem inovações técnicas e organizacionais.

Nem sempre os integrantes de um circuito curto alimentar têm compreensão ou aptidão para realizar todas as articulações para viabilizar a operacionalização de todas as atividades necessárias ou mesmo fazer traduções em situações para que haja acordos entre integrantes do grupo com lógicas diferentes. Assim, o extensionista deve assessorar os grupos, colocar em relação atores sociais dos diferentes

mundos a fim de integrar a dinâmica local por meio da convergência de interesses, atuar na divulgação dos resultados alcançados e das atividades coletivas em reuniões das organizações dos produtores, por exemplo. O extensionista deve atuar como um tradutor.

As redes sociotécnicas encontram condições favoráveis de serem organizadas quando existem proximidades entre os integrantes da rede e há capital social construído. Em ambientes de disputas políticas e pessoais, de competição, é muito difícil construir redes para viabilizar projetos que se fundamentam na reciprocidade. Assim, esses temas serão abordados a seguir, para que se compreenda a importância que têm na construção de projetos coletivos com base na economia solidária.

ECONOMIA DE PROXIMIDADE

Estudos realizados desde a metade da década de 1990, que tiveram como abordagem o que se chama atualmente de economia de proximidade, possibilitaram a compreensão das dinâmicas em curso nos espaços rurais e criaram-se referenciais de análise coerentes. O uso das categorias de proximidades é eficaz para qualificar os processos de organização coletiva e de mobilização dos recursos locais, assim como para definir e antecipar as estratégias dos atores sociais no seio dos seus territórios e em relação com o exterior (Torre e Filipi, 2005).

Para os estudiosos da economia de proximidade, o espaço é compreendido de um ponto de vista geográfico e social. Essa escola se construiu em torno do princípio fundador segundo o qual a localização em um espaço geográfico condiciona as interações entre atores sociais (Talbout e Hamouda, 2017).

TIPOLOGIA DAS PROXIMIDADES

Existem tipos de proximidades que devem ser observados e ativados, principalmente pelos tradutores de redes sociotécnicas para que sejam

facilitadores do processo de construção das alianças. As proximidades podem viabilizar as interações solidárias entre indivíduos e instituições em um determinado território para a construção de circuitos alimentares de proximidades.

Serão apresentadas as seguintes proximidades: cultural, geográfica, institucional e organizada (Martin, 2010; Torre e Filippi, 2005) e de propósitos (Silva *et al.*, 2021).

PROXIMIDADE CULTURAL

A proximidade cultural é verificada em territórios onde as pessoas têm características comuns, como comunidades tradicionais – indígenas e quilombolas –, descendentes de imigrantes do mesmo país ou região e territórios onde há uma expressiva concentração de agricultores familiares. As práticas adotadas no seio dessas comunidades são fundamentalmente do mundo doméstico, como organização de festas, rituais religiosos, respeito à sabedoria dos mais velhos e hierarquia. Em alguns casos utilizam idioma próprio e práticas agrícolas tradicionais, com poucas inovações. Efetivamente, a proximidade cultural pode ser um fator que facilita a organização em associações e cooperativas e o desenvolvimento de práticas relacionadas à grandeza cívica. Por outro lado, a tradição pode dificultar a adoção de inovações que possibilitariam a construção de um mercado que seria a interação entre os mundos doméstico e mercantil (Machado e Silva, 2018).

O extensionista, utilizando-se de metodologia participativa, pode promover palestras, cursos, estudos de mercado e excursões, para que os grupos conheçam a realidade de outros agricultores que se organizaram e atendem a grupos de consumo. É importante ressaltar que, em territórios onde os produtores não possuem proximidade cultural, não está inviabilizada a possibilidade de se ativarem outras proximidades, fundamentalmente aquelas relacionadas com o interesse de se organizar para buscar soluções de forma coletiva.

PROXIMIDADE GEOGRÁFICA

A proximidade geográfica pode ser considerada de acordo com parâmetros objetivos, como tempo para percorrer determinada distância e custo de deslocamento. Outro fator é o julgamento do que é próximo ou distante, feito pelas pessoas, considerando as limitações que se impõem para desenvolver as suas ações (Torre e Filipi, 2005).

A proximidade geográfica pode ser um fator de grande importância para a construção de relações solidárias entre agricultores familiares e destes com consumidores, desde que ativadas. Caso determinado território tenha agricultores familiares, consumidores interessados em adquirir diretamente, extensionistas, enfim, os principais atores que podem constituir a rede sociotécnica que viabiliza um grupo de consumo responsável ou uma feira, por exemplo, mas que não dialogam, não estão em relação, se impõe a questão: como ativar a proximidade geográfica? Trata-se de um processo que pode ser fundamentado teoricamente nas etapas de construção de redes sociotécnicas da sociologia da tradução, iniciando com a análise de contexto e, posteriormente, realização das traduções necessárias para construção da rede e, consequentemente, viabilização do projeto. Assim, criam-se possibilidades para que a ativação da proximidade geográfica seja um facilitador para a proximidade organizacional, que representa o quadro de interesse comum que envolve os integrantes do problema.

A proximidade geográfica pode, também, ser fonte de tensões e fazer emergir conflitos locais relacionados à propriedade da terra, ao uso da água em atividades conflitantes, situação em que um gera poluição e o outro não pode consumir. Observa-se que até mesmo problemas de relacionamento devido a divergências políticas ou de caráter pessoal podem ser desencadeados devido à proximidade geográfica entre pessoas que não conseguem conviver pacificamente por lutarem por posições de destaque.

PROXIMIDADE INSTITUCIONAL

A proximidade institucional abordada neste texto considera o pertencimento a uma mesma forma de organização institucional, como: prefeitura, universidade, órgão de extensão rural, organizações do terceiro setor, agência pública de desenvolvimento. Essas instituições estabelecem convenções que regem os comportamentos das pessoas no seu interior e entre organizações.

A proximidade institucional é representada, principalmente, pela interação das ações dos profissionais do poder público que atuam em determinado território em apoio aos empreendimentos econômicos solidários. Esse tipo de proximidade é importante para facilitar inovações técnicas e organizacionais pelos grupos que integram circuitos alimentares de proximidades. Exemplo: pesquisadores e extensionistas, quando atuam no mesmo órgão ou, junto com agricultores familiares, integram conselhos municipais ou um fórum territorial de economia solidária, podem atuar em projetos que os coloquem como integrantes de uma rede sociotécnica que os fará atuar em cooperação.

É determinante para a construção das redes sociotécnicas que haja, também, proximidade entre profissionais de outras instituições, como representantes de agências de financiamento e de órgãos do meio ambiente, responsáveis pela elaboração de leis e pela fiscalização de sua aplicação. Os produtores, por meio da direção das entidades, com o apoio dos extensionistas, pode solicitar reuniões periódicas entre os atores ligados ao poder público para debater processos, resultados, problemas e soluções (Talbout e Hamouda, 2017).

PROXIMIDADE DE PROPÓSITOS

A proximidade de propósitos está relacionada, principalmente, com a economia solidária, com processos de construção da autogestão, democracia, inclusão socioeconômica e respeito ao ambiente (Silva *et al.*, 2021). Esses princípios representam a antítese do sistema

convencional de produção, que se fundamenta na heterogestão, produção massificada, monocultura e geração de expressivos impactos ambientais.

Há exemplos de circuitos alimentares de proximidades que são organizados com base na ativação da proximidade de propósitos e não têm relação com a proximidade geográfica e ainda assim pode-se considerar que são curtos devido à percepção dos participantes e não à distância geográfica. Podem-se citar grupos de consumo responsável de municípios da Grande São Paulo que adquirem os produtos de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira ou a Rede Livres de Consumo Responsável de Santos (SP), que é integrada por consumidores desta cidade e de outras, como Praia Grande, São Vicente e Cubatão, todas na Baixada Santista. A Rede é integrada, ainda, por organizações de agricultores familiares do Vale do Ribeira, Alto do Tietê e, também, dos Estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Há, ainda, cooperativa de mulheres que produzem sacolas em Diadema, entregadores que utilizam bicicletas para entrega das sacolas com produtos e gestores da rede que têm como referência a sede em Santos.

PROXIMIDADE ORGANIZADA

A proximidade organizada se fundamenta nas relações e é preeminente a qualquer outro tipo de proximidade para a construção de projetos coletivos, seja ela cultural, geográfica, institucional ou de propósitos. As relações estabelecidas nesse tipo de proximidade representam a ativação de outras proximidades. Como exemplo, pode-se considerar que a proximidade geográfica é insuficiente como forma organizadora de espaços de compartilhamento de recursos e conhecimentos, assim como de reciprocidade. Circuitos alimentares de proximidades, como o projeto Cesta Verde ou o Programa Nacional de Alimentação Escolar, representam a ativação de proximidades geográficas e institucionais. Já uma feira – onde os produtores atuam em parceria com instituições públicas e privadas para ocupação do espaço público, divulgação

do equipamento e apoio organizacional e ofertam produtos do território que valorizam os saberes passados por gerações para o seu cultivo, preparo e consumo – ativa proximidades cultural, geográfica, institucional e de propósitos.

Martin (2010) afirma que a vitalidade econômica de uma atividade ou território é incontestável quando se constrói a proximidade organizacional, visto que os atores passam a trabalhar de forma coordenada e a mutualizarem seus recursos, o que requer o estabelecimento de relações de confiança e reciprocidade, características fundamentais da economia solidária.

Para que se tenha proximidade organizada entre agricultores familiares, consumidores e profissionais de diferentes instituições de determinado território, é necessário que, inicialmente, os agricultores familiares estabeleçam proximidade entre si nos grupos informais, associações e cooperativas por meio de trocas de informações sobre os sistemas de produção e resultados alcançados, exposição de problemas, busca de soluções de forma coletiva e desenvolvimento de ações de cooperação na compra de insumos e comercialização da produção. Concomitantemente, devem integrar as redes heterogêneas, com outros atores.

A proximidade organizada é a rede sociotécnica que porta os projetos e a sua construção não é livre de tensões entre os atores. Torre e Beuret (2012) afirmam que a construção das proximidades organizadas constitui a essência da concertação, que pode ser definida como uma operação que é feita a partir de uma ou mais controvérsias, associadas ou não à proximidade geográfica. Para os sociólogos da tradução, as controvérsias são a “entrada real” do processo de estabelecimento de acordos.

ATIVAR E FAZER INTERAGIR AS PROXIMIDADES

Há territórios em que já existem proximidades e não são ativadas em benefício dos empreendimentos econômicos solidários, pois falta visão

dessa possibilidade e cooperação, sendo as relações fundamentadas somente na grandeza mercantil. Nesses casos, os pesquisadores e extensionistas devem realizar estudos socioeconômicos para compreender a existência de proximidades e propor formas de cooperação que possam ativá-las e fazer com que as interações ocorram. Torre e Beuret (2012) afirmam que a proximidade geográfica, quando interage com a proximidade organizada de determinada atividade, emerge a proximidade territorial, situação em que se inicia um processo de inserção da atividade na governança do território. Assim, para estes autores, emerge o desafio de fazer interagir as proximidades que poderão viabilizar os empreendimentos econômicos solidários em determinado território por meio da cooperação e reciprocidade e incluir a economia solidária nos processos de governança territorial.

A identificação do território com a economia solidária, fundamentada nos circuitos alimentares de proximidades, contribui para o desenvolvimento local e pode gerar benefícios baseados na agregação de valor, podendo ser comercializado como “produto originário de relações solidárias”. O reconhecimento e apoio de diferentes segmentos da sociedade são de fundamental importância para a durabilidade dos circuitos. O extensionista, além da assistência técnica aos produtores, pode ser o articulador, o animador e tradutor para construção da rede sociotécnica.

CAPITAL SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DE REDES SOCIOTÉCNICAS

Os resultados positivos da interação entre políticas públicas e organização social como fator de desenvolvimento socioeconômico foi apontado pela primeira vez pelo francês Alexis de Tocqueville no livro *A Democracia na América*. Esta obra é resultado de uma viagem de estudos do autor aos Estados Unidos da América (EUA), na década de 1830, quando registrou este fenômeno. Em 1961, Jane Jacobs utilizou, pela primeira vez, a expressão capital social no sentido de se referir a redes de colaboração territoriais no artigo intitulado “A Morte e a Vida nas Grandes Cidades Americanas” (Putnam, 2006).

No entanto, somente a partir de 1980, o termo capital social se expandiu entre acadêmicos e gestores públicos devido à publicação do texto intitulado “O Capital Social. Notas Provisórias” pelo filósofo e sociólogo francês Pierre Bourdieu, que o conceitua como “a totalidade de recursos existentes ou potenciais que estão vinculados a uma rede permanente e útil de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento entre os atores integrantes da rede” (Bourdieu, 2006, p. 1).

Estes dois aspectos, interconhecimento e inter-reconhecimento, apontados pelo autor, são de fundamental importância, pois ativam proximidades e viabilizam a construção de redes de colaboração territoriais. Para o mesmo autor, a capacidade de uma pessoa agir na sua comunidade em favor de projetos coletivos depende do volume do capital social que esta pessoa possui, o que depende da extensão das relações que ela mobiliza dentro e fora do local onde atua. Pode-se deduzir que se trata de uma característica dos atores que assumem o papel de tradutores na construção de redes sociotécnicas.

Posteriormente à constatação de Tocqueville, à citação de Jacobs e à conceituação de Pierre Bourdieu, o norte-americano Robert Putnam e colaboradores estudaram, entre os anos de 1970 e 1990, os efeitos de uma reforma administrativa na Itália que descentralizou as decisões governamentais. A sua conclusão foi de que nas regiões onde havia maior capital social obtiveram-se melhores resultados socioeconômicos. Enquanto aquelas com baixo estoque de capital social, inclusive dominadas pelas máfias, que intimidam e inibem as relações de proximidade entre moradores, tiveram um desempenho ruim. Putnam (2006) faz referência a capital social como *“as características de organização social, tais como as redes, as regras e, ao mesmo tempo, a ação coletiva, fundamentadas na confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para o bem de todos, ou seja, para aumentar a eficiência da sociedade”*.

Após estudar a Itália, o mesmo autor realizou uma pesquisa em que aborda o capital social existente nos EUA, entre as décadas de 1950 e 1990, e conclui que há perdas na dinâmica social na sociedade norte-americana devido a fatores como aumento do individualismo,

competição e isolamento com a adoção de tecnologias modernas, havendo queda de participação nos sindicatos e associações. Os norte-americanos continuavam a jogar boliche, a atividade até mesmo aumentou, mas não mais em grupos, quando podiam conversar, conviver e se apoiar mutuamente. Atualmente, jogam sozinhos (Putnam, 2006).

O capital social, pelo fato de viabilizar ações colaborativas, tem um peso fundamental para a obtenção de resultados positivos para toda a comunidade (Putnam, 2002). Entende-se que o capital social é formado pela presença de três fatores em interação: confiança, normas definidas coletivamente e cadeias de reciprocidade que formam um sistema de participação cívica (D'Araújo, 2003). As sinergias emergentes da confiança e reciprocidade existentes entre agricultores (capital social comunitário), com a pertinência e coerência das ações do poder público (capital social institucional) e as relações estabelecidas entre produtores de diferentes regiões por meio da troca de experiências (capital social extracomunitário) (Moraes, 2003), podem contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento da economia solidária.

Atuar de forma coletiva toma grande importância em comunidades em que o capital econômico é baixo. Unir forças, talentos e ativar as proximidades geográfica, institucional e organizada para a geração de trabalho e renda é uma forma de construir uma outra realidade econômica, fundamentada na criação e ampliação do capital social e promoção de interação de saberes, o que também promove o enriquecimento do capital cultural.

criar e fortalecer os circuitos alimentares de proximidades

Os serviços de extensão rural, a pesquisa científica e o financiamento público são de grande importância para o fortalecimento dos circuitos alimentares de proximidades, para que os agricultores familiares e consumidores responsáveis possam ter apoio para a implementação

de inovações técnicas e organizacionais para aperfeiçoar a oferta – qualidade e diversidade - dos produtos e a governança dos circuitos, inclusive com a implementação de recursos da tecnologia da informação.

Assim, criam-se condições para aumentar a estabilidade das redes sociotécnicas que portam os projetos e, consequentemente, a superação de eventuais crises, que é um fenômeno comum no sistema capitalista, e consolidação de um mercado com fundamentação nas relações de solidariedade em forma de reciprocidade. Assim, há alguns fatores que devem ser observados: a organização dos agricultores familiares, ação do poder público no seio das redes de acordo com um quadro de interesse comum e adequação dos produtos às necessidades do segmento do mercado consumidor a que se destinam. No caso das Comunidades que Sustentam a Agricultura, a organização deve considerar o trabalho dos integrantes da comunidade.

É necessário que haja um serviço multidisciplinar para que se atendam às diferentes exigências dos circuitos alimentares de proximidades, com ênfase para a agroecologia, que se consolida como uma tecnociência solidária. A atuação do extensionista não pode ser fundamentada na difusão de tecnologia. A sua ação deve contemplar o assessoramento baseado no construtivismo, com a valorização da participação com métodos que coloquem em prática a horizontalidade nas relações. É de fundamental importância que os extensionistas atuem para a capacitação continuada do público para o associativismo e cooperativismo, autogestão dos empreendimentos e para o acesso a programas e projetos governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

As ações de extensão devem estar voltadas, também, para ativar proximidades e elevar o capital social das comunidades onde se objetiva promover o desenvolvimento socioeconômico. Assim, o serviço de extensão tem também o importante papel de identificar os agricultores que possuem as mesmas preocupações e anseios, a fim de estimular aproximações e atuar como articulador dos diferentes atores os quais devem integrar a rede sociotécnica que viabilizará os circuitos alimentares de proximidades.

A pesquisa científica deve ser realizada com a inserção dos agricultores familiares em todas as etapas da adaptação ou geração de tecnologia, valorizando os seus conhecimentos empíricos e necessidades. A atuação deve ser feita por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores, obrigatoriamente integrada às dinâmicas locais.

Os projetos devem ser elaborados de forma participativa. Os agentes do poder público e gestores voluntários que atuam na construção de circuitos alimentares de proximidades têm que considerar sempre um dos princípios fundamentais da sociologia da tradução: *“nenhum projeto se impõe por suas qualidades próprias, são as redes sociotécnicas que os viabilizam”* (Amblard *et al.* 2005, p. 144). Projetos que representam somente a lógica de um técnico, liderança comunitária ou poder público têm elevada probabilidade de não apresentarem resultados positivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMBLARD, H.; BERNOUX, P.; HERREROS, G.; LIVIAN, Y.F. **Les nouvelles approches sociologiques des organisations.** 3.^a ed. Paris: Seuil, 2005.
- ANDRADE, J. C.; DIAS, C. C.; QUINTELLA, R. H. **A dimensão político-institucional das estratégias socioambientais: o jogo Aracruz Celulose S. A. – Índios Tupiniquim e Guarani.** Ambiente e Sociedade, Campinas, ano IV, n.º 9, 1 – 18. 2001.
- BATALHA, M. O. **Gestão do agronegócio.** São Carlos: Edufscar. 2005
- BERNOUX, P. **Sociologie du changement: dans les entreprises et les organisations.** Paris: Éditions Du Seuil. 2004.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **A justificação: sobre as economias de grandeza.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2014.
- BOURDIEU. P. **Le capital social. Notes provisoires.** IN: BEVORT, A.; LALLEMENT, M. **Le capital social: performance, équité et reciprocité.** Paris: La Découverte. 2006. 31 – 34 p.

CALLON, M. **Pour une sociologie des controverses technologiques.** Fundamenta Scientiae, 1981. Vol.2, n 3/4. p. 381-399.

CALLON, M. **Eléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc.** L'Anné Sociologique, 1986. n. 36. p. 169-208.

CALLON. M. **Le réseau comme forme émergente et comme modalité de coordination: les cas des interactions stratégiques entre firmes industrielles et laboratoires académiques.** IN: CALLON, M ; COHENDET, P., CURIEN, N., DALLE, J. M., EYMARD DUVERNAY, F., FORAY, D., SCHENK. **Réseau et coordination.** Paris: Economica. 1999. 13 – 64 p.

CASTEL, O. **La reciprocité ao coeur de la struturation e du fonctionnement de l'Économie sociale e solidaire.** Revue Française de Sócio-Economie. 2015. 1 ed. sem. 175 - 192.

CORCUFF, P. **Les nouvelles sociologies.** Saint-Germain-du-Puy: Éditions Nathan, 1995.

D'ARAUJO, M. C. **Capital social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003. (Passo a Passo, 25).

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A Concept of agribusiness.** Boston: Division of Research. Graduate School of Business Administration. Harvard University, 1957.

FRANÇA FILHO, G. C. e LAVILLE, J.-L. **Economia solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRS, 2004.

GARDIN, L. **Les initiatives solidaires: la reciprocité face au marché et à l'État.** Paris: Éditions Érès. 2006.

GUÉRIN, I. **As mulheres e a economia solidária.** São Paulo: Edições Loyola. 2005.

HILLENKAMP, I. **O princípio de householding hoje. Discussão teórica e abordagem empírica por meio da economia popular.** IN: HILLENKAMP, I; LAVILLE, J.-L. **Socioeconomia e democracia: a atualidade de Karl Polanyi.** Porto Alegre: Escritos. 2016. 177-202 p.

KRAYCHETE, G. **Economia dos setores populares: o trabalho para além da norma salarial.** São Leopoldo: Oikos. 2021. 250 p. ISBN 978-65-5974-002-4.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora.** São Paulo: UNESP. 2000. 438 p.

LECHAT, M. P. N. **Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?** Civitas – Revista de Ciências Sociais, Rio Grande do Sul, 2 (1): 123-140. 2002.

MACHADO, I.C.; SILVA, N.J.R. **Trajetória da cooperativa dos produtores de ostras de Cananéia: traduções e resiliência.** IN: PAVAN, L. S. **Economia Social e Pública.** Ponta Grossa: Atena Editora. Disponível em: *file:///E:/E-book-Economia-Social-eP%C3%BAblica.pdf*. 2018. p. 36 – 63. DOI 10.22533/at.ed.277180409. ISBN 978-85-85107-27-7. Acesso em 21/01/2022.

MARTIN, P. M. **L'économie de proximité: une réponse aux défis majeurs de la société française.** Paris: Conseil Économique, Social et Environnemental. 2010.

MORAES, J. L. A. de. **Capital social e desenvolvimento regional.** p. 123-148. IN: CORREA, S. M. S. **Capital social e desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2003.

POLANYI, K. **A grande transformação.** Rio de Janeiro: Elsevier. 2000.

PUTNAM, R. D. **Bowling alone: le déclin du capital social aux États-Unis.** IN: BEVORT, A.; LALLEMENT, M. **Le capital social: performance, équité et reciprocité.** Paris: La Découverte. 2006. 35 – 50 p.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2002.

SILVA, N. J. R.; TRIGO, J.; PRADO, G.; SILVA, T. M. M. **Ativar proximidades para construir a economia solidária.** Folha Santista. 2021. Disponível em: <https://folhasantista.com.br/noticias/ativismo/ativar-proximidades-para-construir-a-economia-solidaria/>. Acesso em 20/01/2022.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 4.^a ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

SINGER, P. **Ensaios sobre economia solidária**. Coimbra: Almedina, 2018.

TALBOUT, D.; HAMOUDA, I. **Proximité institutionnelle: contenu, effets et intensité. Le cas des sous-traitants du secteur aéronautique**. Conference Paper. 2017. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01655861>. Acesso em 20/03/2022.

TORRE, A.; BEURET, J-E. **Proximités territoriales**. Paris: Economica, 2012.

TORRE, A.; FILIPI, M. **Proximités et changements socio-économiques dans les mondes ruraux**. Paris: INRA Éditions. 2005.



2

CAPÍTULO

GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL: UM FOCO PARA A REDE LIVRES

INTRODUÇÃO

O presente texto tem o objetivo de apresentar conceitos e organização de grupos de compras, com ênfase para grupos de compra responsável que fazem a interação para compra direta entre agricultores familiares que produzem orgânicos ou de forma agroecológica e consumidores.

Foi dado foco no caso da Rede Livres por ser uma experiência que envolve diferentes atores e apresenta resultados expressivos. O procedimento metodológico utilizado para a coleta de dados foi a observação participante, que combina simultaneamente análise documental, entrevistas a respondentes e informantes, participação e observação direta e introspecção (Lüdke e André, 2013). A análise foi feita utilizando-se como referencial teórico a sociologia da inovação, que possibilita identificar os fatores que atuam isoladamente ou em interação para viabilizar uma inovação (Callon, 1981, 1986, 1999; Amblard *et al.*, 2005; Latour, 2000; Bernoux, 2004).

ORIGEM DOS GRUPOS DE COMPRA

Singer (2010) afirma que o cooperativismo de consumo desempenhou um importante papel na difusão de cooperativas na Europa a partir de meados do século XIX. Em 1844, foi criada a Cooperativa Equitativos de Rochdale, em um importante polo têxtil situado ao norte da Inglaterra. Nascimento (2019) destaca que o grupo fundador era integrado por 27 homens e uma mulher, Ana Tweedale, e a iniciativa se deu por

¹ Coordenador da Rede Livres Baixada Santista.

² Extensionista – CATI Regional Santos.

um impasse com os patrões quanto às reivindicações que faziam e não foram atendidas. Os princípios adotados pelos pioneiros foram imortalizados e considerados como universais do cooperativismo, como descreve Singer (2010).

- 1) Que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa.
Esse princípio garantiria a valorização do trabalho e não do capital, fortaleceria a democracia e a autogestão.
- 2) O número de cooperados era aberto, sendo aceito, a princípio, quem quisesse aderir.
A porta aberta permitiu às cooperativas de consumo expandir o número de sócios, obter ganhos de escala.
- 3) A cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa pelo capital emprestado.
Essa prática garante uma remuneração limitada aos que aplicaram dinheiro na cooperativa. Assim, as sobras beneficiam os sócios.
- 4) As sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa.
Como a cooperativa comercializava somente para os sócios, as sobras representavam retorno de dinheiro gasto.
- 5) As compras feitas na cooperativa seriam sempre feitas à vista.
A cooperativa estava protegida contra a inadimplência. Havia uma preocupação em educar os associados para que contraíssem dívidas.
- 6) Os produtos vendidos na cooperativa seriam sempre puros, sem adulteração.
Os produtos comercializados não eram adulterados e havia confiança dos sócios na cooperativa.
- 7) A cooperativa se empenharia na educação cooperativa.
A formação para o cooperativismo é importante para os sócios e para a população, para que haja consolidação e expansão da prática cooperativista.
- 8) A cooperativa se manteria sempre neutra em questões religiosas e políticas.

A cooperativa não pode ser de um partido político ou de uma religião, pois o fato de ser aberta a todos, garante participação. Caso tomasse uma posição, certamente acarretaria conflitos entre os cooperados.

Ao longo do tempo, a Cooperativa Equitativos de Rochdale cresceu, se ampliou e diversificou as suas atividades, criou uma biblioteca que, em 1876, contava com 12.000 volumes, havia mais de 37.000 leitores por ano. Além disso, promovia conferências. Esta cooperativa de consumo é uma referência para todos que quiserem estudar a evolução do cooperativismo. Ressalte-se que se trata de um marco que inaugura o que se denomina de cooperativismo moderno (Nascimento, 2019; Singer, 2022).

No Brasil, a legislação sindical propriamente dita, dirigida às classes trabalhadoras, se inicia com o Decreto n.º 1.637, de 6/1/1907, que disciplinava a criação de sindicatos profissionais e de cooperativas (Pinto, 2020). Assim, na primeira metade do século XX, emergiram cooperativas de consumo no seio de categorias profissionais, como a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Repartição de Saneamento de Santos, fundada em 1939, que abrangia também os municípios e São Vicente, Guarujá e Cubatão. O objetivo principal da Cooperativa (1939), segundo seus estatutos, era: “defender a economia dos seus associados, promovendo a distribuição entre eles de gêneros de alimentação e artigos de uso pessoal e doméstico, nas melhores condições de qualidade e preço”. Em seu artigo 13 há o que a Sociedade se propõe no cumprimento das suas ações: “libertar-se progressivamente de intermediários, criando, à medida que a situação o permita, serviços de manufatura dos artigos necessários ao consumo dos associados e propugnar pela difusão do sistema cooperativista e pela cultura dos associados”.

Posteriormente, as experiências mais relevantes de grupos de compra emergiram na década de 80, junto com um conjunto de projetos que tinham o objetivo de reduzir a distância entre salários e preços dos alimentos, como feiras do produtor, varejões e sacolões. O objetivo daqueles grupos era adquirir produtos básicos como arroz, feijão, óleo, entre outros, a preços mais baixos do que aqueles praticados nas

gôndolas dos supermercados. A carestia, que acometia expressivos setores da população, exigia ações que reduzissem a insegurança alimentar. Estes projetos foram implantados, sobretudo, por iniciativa de governos estaduais e municipais que tinham compromisso com a redução da pobreza e com o processo de redemocratização do país. No entanto objetivava-se que os grupos de compra tivessem independência para todas as etapas do processo, como: organização dos pedidos dos alimentos, cotação dos preços no mercado, negociação com os fornecedores, definição do fornecedor, recebimento do dinheiro, compra, transporte dos produtos, separação dos produtos de acordo com a lista de cada consumidor e definição da entrega.

Na cartilha intitulada *Grupo de Compra Comunitária*, publicada pela Secretaria de Abastecimento da Prefeitura Municipal de Santos (1990), constam as informações a seguir.

Sobre o que é grupo de compra: *“É a união de determinado número de famílias com o objetivo de adquirir os produtos básicos (alimentos, artigos de higiene e limpeza) em volume tal que assegure, junto aos fornecedores, preços praticados no atacado. Portanto, em média, mais baratos que os aplicados no varejo. Este é o princípio elementar do mercado: quanto maior a escala de compras, maior as vantagens asseguradas em termos de preços e prazos de pagamento”*.

Assim, de acordo com a definição e objetivo de um grupo de compra, se obteriam preços inferiores aos praticados pelos equipamentos tradicionais de varejo, como armazéns, mercearias e supermercados. Quanto à organização dos grupos, há a seguinte recomendação: *“É interessante que o grupo de famílias se reúna a partir de associações, sociedades de melhoramentos de bairros, centros comunitários, igrejas, entre outros. Desta forma, aumenta a possibilidade de dinamização do grupo de compras. Os grupos podem ser organizados a partir de sociedades de melhoramentos de bairros, entidades religiosas, organizações sindicais, associações de pais e mestres”*.

Em relação à operacionalização dos grupos, há a seguinte orientação: *“O primeiro passo para a formação de um grupo de compra é unir 20 famílias (em média) interessadas em obter alimentos de melhor*

qualidade por um preço reduzido. Atingida essa meta, uma reunião com representantes das famílias definirá os alimentos básicos que deverão ser adquiridos. É importante destacar que os produtos não poderão ser perecíveis. De posse de uma cópia da lista básica de alimentos, cada família relacionará a quantidade necessária para o consumo mensal".

Assim, fica enfatizado que a aquisição de verduras e legumes não integrava as orientações para a organização de grupos de compra. Quanto à distribuição dos produtos adquiridos, recomendava-se: *"A distribuição dos alimentos será feita em local pré-determinado pelo grupo e baseada, sempre, na lista entregue pelo representante familiar".*

A Tabela 1 apresenta uma sugestão, que consta na referida cartilha. Trata-se de uma lista de produtos para serem comprados por cada família, que deveria preenchê-la para que as quantidades fossem somadas às de outras famílias e, assim, realizar a compra conjunta considerando a totalidade dos produtos.

Tabela 1 – Quadro a ser preenchido por cada família com sugestão de produtos.

Mercadoria	Quantidade	Preço Unid.	Preço total
Arroz			
Feijão			
Fubá			
Leite em pó			
Óleo de soja			
Esponja de aço			
Detergente			
Papel higiênico			
Sabão em pó			
Sabão em pedaço			
Batata			
Cebola			
Alho			
Sabonete			

Fonte: Prefeitura Municipal de Santos, 1990.

Essa metodologia de organização de grupos de compra de produtos básicos funcionou em alguns locais. No entanto havia dificuldades para operacionalização da distribuição dos alimentos.

Dessa forma, segundo Silva (2021), com o objetivo de facilitar o processo da compra coletiva de produtos básicos, alguns grupos, notadamente em Bertioga (SP), propuseram outra metodologia. Definiram a composição de cinco cestas considerando produtos fixos em cada uma. Aquelas que foram definidas como 1, 2 e 3 são constituídas pelos mesmos produtos, variando a quantidade. O objetivo é uma adequação das cestas ao número de integrantes das famílias. A cesta 4 foi denominada de “complemento” ao que consideram essencial. Já a cesta 5 é composta de produtos de higiene e limpeza. A composição de cada uma pode ser verificada nas Tabelas 1, 2 e 3.

Nessa outra forma de organização, os fornecedores assumiam a entrega das cestas diretamente nos bairros. Neste caso, em determinados municípios, o apoio do poder público era, fundamentalmente, a coleta de preços nos supermercados para realização de comparação e cálculo do diferencial entre os preços praticados.

Em Bertioga, por exemplo, em 1990, 75 % da população integravam grupos de compra de cestas básicas de alimentos e produtos de limpeza. O diferencial dos preços da compra em grupo em relação aos supermercados locais chegava a 30 %, com inflação anual acumulada de 1.476,56 % ao ano.

Em 1994, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral implementou um projeto considerando os ensinamentos que emergiram dos grupos de Bertioga, inclusive com a adoção da mesma metodologia.

Seguem a composição das cestas.

Tabela 2 – Composição das cestas 1, 2 e 3 elaboradas por grupos de consumidores de Bertioga (SP).

Produtos	Quantidades		
	Cesta 1	Cesta 2	Cesta 3
Arroz tipo 1 (kg)			
Feijão carioquinha (kg)	5	10	15
Óleo de soja (lata)	2	3	5
Açúcar refinado (kg)	2	5	7
Macarrão (500 g)	2	3	4
Café (500 g)	1	1	2
Leite em pó (400 g)	1	1	2
Sal refinado (kg)	1	1	1
Farinha de mandioca (kg)	1	1	1

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (1994)

Tabela 3 – Composição da cesta 4 e elaborada por grupos de consumidores de Bertioga (SP).

Cesta 4 (complementos)	
Produtos	Quantidades
Farinha de trigo (kg)	1
Fubá mimoso (kg)	0,5
Polpa de tomate (g)	520
Achocolatado (g)	400
Ervilha (g)	200
Fermento em pó (g)	100
Sardinha em lata (g)	135
Queijo ralado (g)	100
Goiabada (g)	700
Biscoito (g)	500
Caldo de carne (g)	69

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (1994)

Tabela 4—Composição da cesta 5 elaborada por grupos de consumidores de Bertioga (SP).

Cesta 5 (higiene e limpeza)	
Produtos	Quantidades
Vinagre – 750 mL*	1
Sabão em pó (kg)	1
Água sanitária (L)	1
Esponja de aço (un.)	8
Detergente (500 mL)	1
Papel higiênico (rolo)	4
Creme dental (90 g)	1
Sabão em barra (barra)	5
Sabonete (90 g)	3
Desinfetante de pinho (500 mL)	1

* O vinagre compõe a cesta de higiene para evitar que vaze nos alimentos.

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (1994)

Para a realização de todas as atividades necessárias para viabilizar um grupo de compras, era preciso ter organização, recursos e tempo. Na maioria dos municípios não havia apoio das prefeituras ou de um grupo integrado por voluntários que assumissem atividades de gestão e logística. Além disso, com a emergência do Plano Real, em 1994, a inflação caiu significativamente. Esses fatores em interação foram determinantes para haver a desmobilização dos grupos ou frear a criação de outros. Afinal, o que estimulava as pessoas a se organizarem para a compra de alimentos básicos era, fundamentalmente, o diferencial de preços em uma economia com elevadas taxas de inflação.

GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL

Os Grupos de Consumo Responsáveis diferem da proposta dos grupos de compra de cesta básica, pois a motivação das pessoas para se organizarem não se limita à necessidade de reduzir a distância entre

salários e preços dos produtos integrantes da cesta básica. Trata-se de grupos de compras de hortifrútiis produzidos de acordo com as trajetórias técnicas referentes aos orgânicos e que tenham origem na agricultura familiar ou nas comunidades de povos tradicionais, com base nos princípios da economia solidária. Esse fato expressa a ativação da proximidade de propósitos entre consumidores, produtores e gestores desses grupos.

Dessa forma, esses grupos diferem, ainda, daqueles fundamentados apenas nas trocas mercantis que comercializam produtos de limpeza, shakes para emagrecimento e vinhos, por exemplo. Nessas organizações, as pessoas sequer se conhecem, não há vínculos entre as pessoas. A administração é feita por aqueles que produzem e comercializam. Inclusive adotam programas que incentivam o consumo em progressivo, com o objetivo de se maximizar o lucro. Tampouco há qualquer preocupação com a saúde e o meio ambiente.

A emergência dos Grupos de Consumo Responsável ocorre como reação dos movimentos ambientalista e de economia solidária às consequências da Revolução Verde. O documento do Grupo de Trabalho de Economia Solidária para o lançamento do debate sobre Economia Solidária no Fórum Social Mundial, de 2002, em Porto Alegre (2008, p. 110), traz a seguinte afirmação: *“Redes de consumidores têm se espalhado por diversos países, definindo conscientemente seus níveis de consumo com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis. A economia solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza à custa da espoliação do meio ambiente terrestre... O consumo organizado e consciente tem a capacidade de exercer pressão em favor da maior qualidade dos produtos, de regulações mais efetivas dessa qualidade, e também é capaz de exercer o papel de consolidar e reativar os modos de produção tradicionais baseados em relações de proximidade, de reciprocidade e de equilíbrio ecológico, desencadear novas atividades produtivas de alta eficiência social, ampliando a organização da produção e reprodução através de redes de complementaridade responsável e comércio justo”.*

Após duas décadas, Silva (2022, p.79), em sua dissertação de mestrado, elaborou o seguinte conceito que situa os Grupos de Consumo

Responsável como organizações que representam a antítese do sistema de produção e comercialização e, assim, reitera os objetivos apontados no Fórum Social Mundial.

“Grupos de Consumo Responsável (GCRs) são iniciativas de trabalhadores (consumidores) organizados em torno da compra direta dos camponeses que produzem de forma agroecológica, orgânica ou/e em transição a preços acessíveis e remuneração justa aos agricultores, representando uma alternativa aos principais canais de comercialização encontrados no mercado e desenvolvendo ações que rompem com a lógica da reprodução do capital”.

A autora ressalta que “*essas experiências crescem e representam movimentos contra-hegemônicos que buscam criar uma aliança campo-cidade em torno da soberania alimentar, agroecologia e economia solidária, articulando circuitos de proximidade na construção de novas perspectivas para um sistema alimentar alternativo... pensam diferentes formas de produção e abastecimento de alimentos agroecológicos, bem como formas de comercialização e consumo crítico desses alimentos, que aproxima camponeses e trabalhadores da cidade (consumidores) e garante a permanência do camponês no campo e sua autonomia e, também, o acesso a alimentos saudáveis a preços acessíveis e a preservação da biodiversidade*”.

Segundo a autora, o Instituto de Defesa do Consumidor registrou 47 Grupos de Consumo Responsável no Estado de São Paulo, sendo que 21 estão localizados na Grande São Paulo. No entanto não estão considerados cinco que atuam em municípios da Baixada Santista.

O objetivo desses grupos é a aquisição de produtos agroecológicos, mas que comumente são orgânicos. Afinal, agroecologia é uma disciplina que considera processo, portanto, transição na sua consolidação, com aspectos que se referem à agricultura sob uma perspectiva ecológica, mas também às relações solidárias, à utilização de recursos endógenos, à valorização dos saberes locais (Altieri, 2012; Costa, 2017).

Os Grupos de Consumo Responsável apresentam regras formais e informais específicas para os seus funcionamentos, ou seja, têm diferentes governanças para organizar os procedimentos que viabilizam

a produção e a distribuição. Há uma característica comum a todos: o uso de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs). Alguns utilizam somente o WhatsApp e outros o Facebook. Há aqueles que criaram aplicativos ou mesmo plataformas de lojas virtuais, que são soluções mais complexas. Quanto à entrega dos produtos há variações. Há aqueles que têm pontos fixos em que os consumidores fazem a retirada, outros são os produtores que se responsabilizam em fazer os alimentos chegarem às residências. Há grupos que combinam entrega em domicílio e retirada na feira de economia solidária, ou do produtor local, ou pontos fixos com entrega em domicílio. Enfim, a organização do funcionamento é definida pela adoção de procedimentos que são melhores para o conjunto de atores que integram os grupos.

Em relação ao trabalho, há grupos que remuneram algumas atividades em maior ou menor abrangência, havendo aqueles que se esforçam para valorizar o quanto podem o trabalho voluntário.

REDE LIVRES DE PRODUÇÃO E CONSUMO: CONSTRUÇÃO E FUNCIONAMENTO

Como estudo de caso, serão abordados, sob a ótica da sociologia da inovação e da economia de proximidade, a construção e o funcionamento da Rede Livres de Produção e Comercialização, que funciona na Baixada Santista desde março de 2019. A escolha desse caso se dá pelo fato de ser uma rede complexa, integrada por consumidores responsáveis, agricultores familiares, administradores, entregadores que utilizam bicicletas ou motocicleta, cooperativa de produção de sacolas, loja de comercialização e TDICs que mobilizam diferentes ferramentas. A questão a ser elucidada é: como humanos e não humanos foram mobilizados para a construção dessa rede que viabiliza um grupo de consumo responsável?

A Rede Livres é uma experiência que, hoje, pode ser considerada como uma plataforma aberta solidária. Há envolvimento de forma cooperada de diferentes participantes e setores em seu circuito. Inicialmente,

a rede se baseava na produção, na comercialização e no consumo de alimentos agroecológicos e orgânicos sob relações solidárias da semente até as mesas de consumidores conscientes.

O eixo da Rede, o qual funciona como um tipo de cooperativa de consumo, a Livres Coop – Rede Agroecológica de Produção e Consumo, nasceu tendo em vista avançar o modelo de “CSA”, que majoritariamente trabalha com cestas fechadas, para atender à complexidade do mundo urbano com consumidores que querem flexibilidade no tamanho e composição de suas cestas, ainda que mantendo o compromisso com a agricultura familiar. Um tipo de democracia entre os dois pontos da cadeia, produção e consumo, sempre foi ponto central para a experiência.

Porém como se deu o processo de transição do que seria um tipo de grupo de consumo para uma plataforma complexa que coloca em relacionamento uma série de atores? O desejo por transformação social de seus atores somado à profundidade da experiência são alguns dos fatores que tornaram possível a transição. Os consumidores que se associavam ao projeto, tendo cestas com frequência fixa semanais, quinzenais ou mensais, foram pouco a pouco sendo colocados em relação e criando iniciativas dentro do empreendimento.

A associação dos consumidores se deu pelos mais diversos motivos: alimentos frescos e de boa qualidade, preços mais acessíveis devido ao compromisso de reciprocidade entre consumo fixo e produção constante de agricultores, valorização do trabalho cooperado, questões ambientais e de bem-estar animal, dentre outros. Ao passo que a base de consumidores crescia, suas habilidades foram escancarando seu perfil do que se chama “Prossumidores”, que representa a junção das palavras produtores e consumidores (Toffler, 1980): produtores artesanais que consumiam pela Rede passaram a comercializar entre si, muitas vezes ativando as entregas entre cooperados. Foi assim que produtores de cerveja, tofu, queijo, pães, dentre outros itens se incorporaram e foram aos poucos formando uma comunidade de produtores locais Livres. Essa relação foi aprofundada em Feiras Solidárias que aconteciam constantemente.

Ferramentas criadas no seio do sistema capitalista, baseadas em destruição criativa (Schumpeter, 2017), ou seja, criação de relações precárias de trabalho e competitividade por meio da destruição de relações sociais anteriores, não seriam capazes de criar tal ambiente propício a inovações solidárias. Assim, a trajetória da Rede não teria sido possível sem a construção coletiva, desde o início das discussões do projeto, de um sistema integrado com TDICs, baseado em tecnociência solidária (Dagnino, 2019), que permitiu a visualização da demanda agregada de consumidores e o fornecimento dos produtores de forma democrática e mais horizontal entre as duas pontas.

Tal iniciativa acabou lançando as bases para outro braço da Rede, os “Desenvolvedores Livres”, programadores que lutam pelo software livre e pelos bens comuns tecnológicos, sob a perspectiva de que o conhecimento deve ser sempre socializado.

A CONSTRUÇÃO DA LIVRES: ECOHORAS, CONSUMO, PRODUÇÃO, TRABALHO

Para que tudo isso acontecesse, um outro sistema de trabalho e relações deveria ser levado a cabo. Durante meses, antes do lançamento do projeto, integrantes do coletivo estiveram junto aos agricultores nas feiras discutindo suas dificuldades e seus desafios. Os resultados positivos da Rede não seriam possíveis sem tradutores com formação ecossocialista e visão de mundo inspirada pela transformação social.

Assim, se explicam as superações dos desafios iniciais, já que o trabalho dentro do sistema Livres de comunidade de consumo consciente foi voluntário durante algum tempo. Depois que o caixa começou a se mostrar mais seguro, surgiu a necessidade da remuneração do trabalho: foram criadas as Ecohoras. Como era tudo muito incipiente, e havia muitas tarefas para poucos recursos, aquelas mais árduas e desgastantes primeiramente foram sendo remuneradas. O sistema de remuneração é e segue lastreado por Ecohoras, que são valoradas coletivamente e pagam tarefas que têm sua duração média de execução

também estimada coletivamente - quanto mais longa a tarefa, mais ecohoras são estipuladas para a remuneração de tal tarefa.

A rede tem um *site* criado onde a demanda fica visível para os determinados dias de entrega. Nesse *site*, os consumidores podem ver também a composição de sua cesta; agricultores, o que precisam entregar; e montadores de cestas, como devem montar a cesta de cada consumidor. As cestas podem ser retiradas no entreposto da cooperativa ou ser entregues pelos entregadores Livres. Na logística, as rotas são organizadas no dia anterior de cada entrega e são divididas entre bicicletas simples, cagueiras e motocicleta para os destinos fora de Santos ou de difícil acesso por bicicleta.

No entreposto ficam os montadores e o caixa, que atendem passantes e consumidores associados que retiram sua cesta e, muitas vezes, a complementam com compras extras. A logística de entrega dos alimentos no entreposto é feita pelos agricultores que têm feira na cidade ou pelos cooperados que se encarregam de buscar alimentos complementares de outras cooperativas e associações. Os alimentos entregues para a cooperativa de consumo são solicitados por meio de pedidos intermediados por um operador. Este ativa os alimentos colhidos naquela semana e, também, desativa os que não estão disponíveis, alterando para cima ou para baixo o valor e composição das cestas dos consumidores conscientes.

Para que essa orquestra toda seja entrosada e afinada o bastante, ou seja, para que a rede tenha coordenação e alinhamento, a política de preços deveria refletir relações de reciprocidade. Assim, foram criados três tipos de preços: o de Comboio Agroecológico, o de consumo consciente e o de Livre Mercado. O primeiro é fixado aos alimentos que são colocados nas cestas pelos consumidores em alguma frequência. Por exemplo, uma acelga comprada quinzenalmente recebe um valor com entre 10 % e 15 % de desconto, premiando o compromisso com o agricultor, que, com a segurança da venda, pode tirar a porcentagem do “risco” do mercado capitalista. O segundo preço, o de consumo consciente, é fixado para todos os consumidores que entram para a comunidade e que, nesse mesmo momento, passam a ter desconto de cerca de 5 % em todos os alimentos que queiram comprar

esporadicamente ou sem frequência estipulada. Por último, o preço cheio, o preço de livre mercado é fixado para aqueles consumidores que ainda não decidiram migrar em maior grau para um consumo dentro das relações solidárias e agroecológicas da Rede.

Os primeiros produtores a se inserirem na Rede eram aqueles que compunham a Feira de Orgânicos do município de Santos, o que objetivamente facilitou e barateou a logística para os produtores, principalmente do Vale do Ribeira e Alto do Tietê. Dentro dos Grundrisse, Marx (2011) se revela um pensador que também teoriza os meios de consumo. Consumo é produção; produção é consumo. Assim, um consumo solidário, pode ativar e construir um ecossistema solidário ao redor de si, e foi assim que a Livres Coop construiu a sua história e consolidou um circuito solidário da semente ao consumo, onde até as sacolas de entrega são feitas de forma cooperada e solidária, e seu uniforme também, já que é confeccionado pela Justa Trama, a fibra de algodão ecológico da economia solidária, que pode ter a sua história e funcionamento conhecidos em Nespolo (2020).

A Livres Coop nunca centrou energia apenas na comercialização justa, as práticas de solidariedade com aqueles que enfrentam dificuldades estiveram e estão presentes em vários momentos dentro de seu sistema. Os excedentes de alimentos, quando são de maior volume, sempre são repassados para comunidades e ocupações, ou até mesmo outros empreendimentos solidários. O excedente de alimentos in natura é colocado em exposição em frente a seu entreposto em uma caixa com a frase “alimentos orgânicos para quem tem fome”. Os alimentos minimamente processados, perto de seu vencimento, também são repassados a outros grupos e comunidades. Além disso, já houve várias iniciativas de compras coletivas de agricultores com repasse dos alimentos para comunidades, especialmente quando a produção foi impedida de ser escoada por problemas com o orçamento público em programas de compras governamentais. Somam-se a isso várias doações diretas dos produtores a pessoas em insegurança alimentar com apoio logístico da rede.

A LIVRES DA BAIXADA SANTISTA: UM OLHAR PELA SOCIOLOGIA DA INOVAÇÃO

A controvérsia que antecedeu a criação da Rede Livres na Baixada Santista ocorreu em Paulínia (SP), município que dista 195 km de Santos, onde se situa a sede. Foi um caso em que os trabalhadores definiram como “O lucro acima da vida versus a vida acima do lucro”, segundo Arlei Medeiros, então diretor do Sindicato dos Químicos Unificados de Campinas e Região, em 2001, quando iniciou a disputa entre trabalhadores e empresa.

A Rede, em seu nascimento, já antes de sua guinada a uma plataforma ou mesmo a um tipo de cooperativa de consumo, teve uma controvérsia baseada no risco de saúde e de morte dos trabalhadores do ramo químico e sua comunidade. Esse caso se tornou o filme *O Lucro Acima da Vida*, dirigido por Nilson (2014).

Isso se deu por conta de crimes ambientais realizados pela empresa Shell na região de Paulínia, quando fabricava agrotóxicos, entre 1975 e 1993, com níveis de substâncias tóxicas até 11 vezes acima do permitido pela legislação brasileira. Moradores e ex-funcionários da empresa sabiam da existência de aterros clandestinos dentro da área da fábrica que contaminaram o lençol freático das proximidades do rio Atibaia.

Dos cerca de 70 mortos devido a complicações de saúde – que variavam entre intoxicação crônica, tumores da tireoide ou hepáticos, entre outros –, pelo menos 62 foram funcionários da empresa e 10 trabalharam como agricultores nas redondezas. Das 50 crianças avaliadas, com até 15 anos de idade, pelo menos 27 apresentaram níveis de contaminação crônica.

A luta judicial dos trabalhadores iniciou em 2001 e só terminou com um acordo judicial, em 2013, perante o Tribunal Superior do Trabalho em Brasília (DF). O Sindicato dos Químicos não se deu por satisfeito com o que foi o maior valor da história da Justiça do Trabalho em uma indenização por danos morais, R\$ 200 milhões. Dessa controvérsia

em torno da morte, era preciso nascer uma alternativa em defesa da vida, era assim que a Rede Livres ganhava os primeiros contornos de seu “DNA”, construído pelos trabalhadores que sofreram na e pela economia dos atravessadores – dos agrotóxicos e da exploração. A Rede Livres nasceu em 2016, no município de Campinas – cidade onde se encontra a sede do sindicato e que se situa a 22 km de Paulínia – com um lema em defesa de uma economia solidária e disponibilização de alimentos “sem agrotóxicos, sem atravessadores e sem exploração”.

O diretor do sindicato, Arlei Medeiros³, foi o tradutor da construção da referida Rede, colocando em relação agricultores familiares, consumidores que eram trabalhadores da indústria química e outros de diferentes origens, apoiadores do projeto que o legitimaram na sociedade. O acesso aos alimentos, como representado na Figura 1, se deu pela organização de um grupo de consumo responsável, um feira e, na sequência, uma loja. Posteriormente, a ideia de criação do Livres migrou para a Baixada Santista, com a ação de um segundo tradutor.

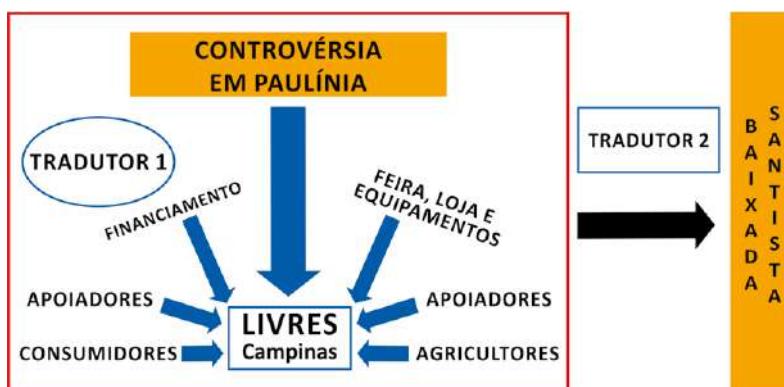


Figura 1 – Construção da Rede Livres de Campinas

Fonte: elaborada pelos autores

³ Entrevista realizada em 3/7/2021.

A Rede Livres é uma inovação social que emergiu de uma forte controvérsia ambiental, por ação dos trabalhadores que estavam expostos aos produtos químicos.

Ligados por meio do ativismo político e social aos pioneiros da base do Sindicato dos Químicos de Campinas e Região, jovens militantes de movimentos sociais foram àquela cidade conhecer a organização. Segundo Guilherme Prado, um dos participantes da excursão técnica⁴: “o que nos motivou foi a necessidade de implantarmos um projeto que aproximasse campo e cidade, que viabilizasse a criação de um grupo de consumo responsável de produtos agroecológicos, ou seja, livre de agrotóxicos, com base em relações horizontais. Estaríamos contribuindo com uma transformação social concreta”.

Em Santos, foram criadas, em 2011, por iniciativa de um engenheiro agrônomo da prefeitura, feiras de comercialização de produtos orgânicos com produtores do Vale do Ribeira e Alto Tietê. As proximidades geográfica e organizada entre os integrantes desses equipamentos e o grupo que integrava o núcleo de militantes dos movimentos sociais que queriam construir um grupo de consumo responsável foram ativadas em 2016. O grupo passou a ajudar os produtores em uma das feiras que trabalhavam e, consequentemente, a entender o processo de produção e comercialização de orgânicos. A primeira aliança estava estabelecida.

O segundo passo do grupo foi realizar também, em Santos, no mesmo ano, uma reunião com pessoas próximas, amigos e outros militantes de movimentos sociais e sindical, na sede do Sindicato dos Bancários, para explicar que um grupo de consumo responsável estava sendo criado e como poderia ser o funcionamento. Compareceram cerca de 60 pessoas, o que superou a expectativa dos organizadores da atividade. A segunda aliança, com consumidores, foi criada e, posteriormente, um entregador ciclista passou a integrar o grupo.

⁴ Entrevista realizada em 10/7/2021.

Assim, a etapa de contextualização, ou seja, momento de análise da realidade, de compreender a lógica dos atores que poderiam integrar o núcleo da rede sociotécnica estava realizada. A problematização, etapa em que o tradutor passa a atuar e a colocar os atores em relação também se realizava.

Havia produtores que gostariam de ampliar a comercialização de seus produtos de forma que pudessem programar a produção. Consumidores queriam acessar orgânicos em relações sem exploração, com prática de preços justos, o entregador queria atuar de forma cooperada, sem ser explorado por empresas de aplicativos. A representante da cooperativa de mulheres que produziam sacolas para acondicionar os produtos e que já atendia o Livres Campinas, também se interessou em atuar em Santos. A Figura 2 destaca a contextualização e problematização e aponta para a construção do Ponto de Passagem Obrigatório (PPO).

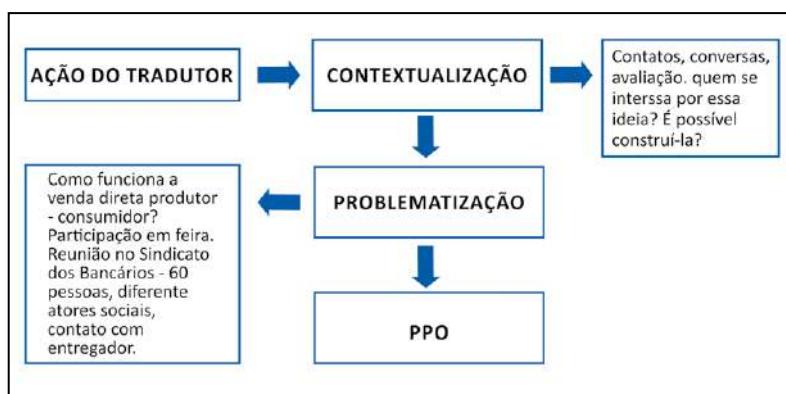


Figura 2 – Representação da contextualização e problematização da construção da rede sociotécnica da Rede Livres.

Fonte: elaborada pelos autores

Assim, um dos militantes do grupo, que foi a Campinas, se destaca como tradutor, pois colocava diferentes atores em relação, com o objetivo de cooperar e para que pudessem superar os problemas que enfrentavam e alcançar os seus objetivos. O PPO era a construção de um grupo de consumo responsável que representa um circuito alimentar de proximidades. Com a evolução da construção da rede sociotécnica,

o tradutor passa a ser, além de um militante do movimento de economia solidária, o gestor de uma rede de atores com características heterogêneas.

A Figura 2 apresenta os deslocamentos que cada grupo de atores fez para construir o núcleo da rede sociotécnica da Rede Livres. O tradutor estabeleceu diálogos com todos, sem o objetivo de convencê-los, mas o de criar um quadro de interesse comum. Observa-se que, quando um dos atores alcança o seu objetivo ao construir o PPO, viabiliza que os outros atores também alcancem os seus objetivos. O deslocamento de cada um em direção ao PPO viabiliza a superação do problema e alcance do objetivo.

A tradução pode ser definida, de maneira geral, como uma operação ou conjunto de operações pelas quais um ator se esforça para promover o deslocamento de outro ator de sua posição ou de seus objetivos iniciais para levá-lo a uma outra posição, para que alcance os seus objetivos atuando em rede e não sozinho (Mallard e Cochoy, 2015).

A Figura 3 representa o PPO, os atores com seus deslocamentos, os problemas de cada um a serem superados e os objetivos a serem alcançados.

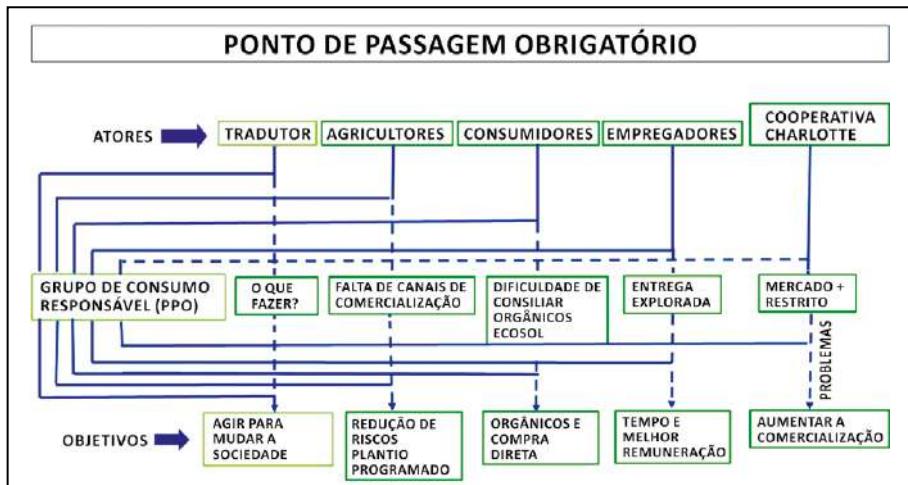


Figura 3 – Construção do Ponto de Passagem Obrigatório da Rede Sociotécnica da Rede Livres.

Fonte: elaborada pelos autores

O PPO foi construído com a participação dos porta-vozes de cada segmento que integraria a Rede Livres. O tradutor era o porta-voz de uma forma de organização de consumidores e agricultores familiares com a prática de preços justos de hortifrutis com base na produção agroecológica e que houvesse um sistema de gestão fundamentado em TDICs. Cada grupo tinha o seu porta-voz para estabelecer as regras de funcionamento da rede. É muito difícil criar um quadro em que as vozes se expressam em uníssono, caso haja muitas pessoas falando por cada segmento. Assim, os porta-vozes devem ter legitimidade para estabelecer o acordo representado pelo PPO.

A negociação é conduzida entre os porta-vozes de cada entidade da situação. Assim, todas as entidades do contexto devem estar representadas nos espaços de negociação em que a rede se elabora (Latour, 2000).

Isso não quer dizer que a ideia não sofra aperfeiçoamento ao longo da sua operacionalização com a participação de outras pessoas no processo de expansão do núcleo da rede.

Os porta-vozes passam a atuar juntos, ativando as proximidades geográfica, de propósitos e organizada. Agora, os atores estão em interação, que para Latour (1994) significa a situação em que dois atores se comunicam e modificam os seus comportamentos em função do comportamento do outro. Assim, se os consumidores objetivavam adquirir produtos agroecológicos, deveriam integrar um grupo. E se os agricultores objetivavam comercializar com a possibilidade de ter produção programada, também deveriam integrar o grupo.

A Figura 4 representa os porta-vozes implicados no processo de construção da rede sociotécnica da Rede Livres e as proximidades que foram ativadas, que constituem um facilitador.

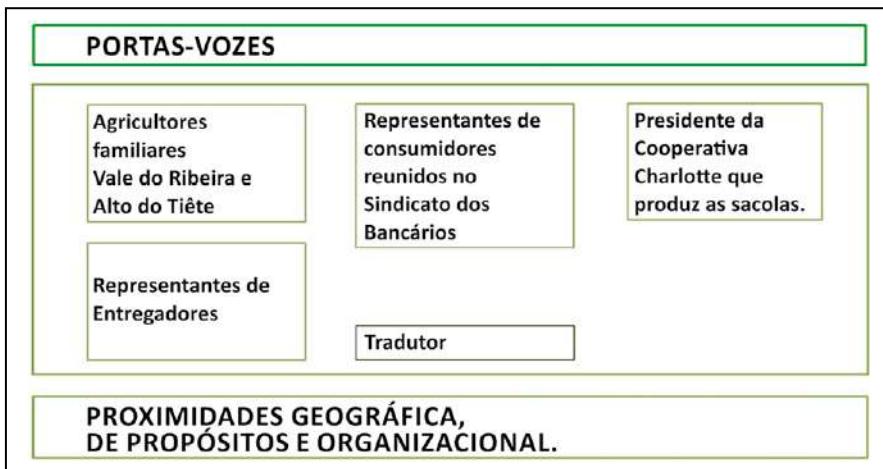


Figura 4 – Representação dos grupos que tinham porta-vozes na construção da rede sociotécnica da Livres.

Fonte: elaborada pelos autores

Investimento de forma é mais do que investimento em objetos, trata-se de investimento em pessoas, no fazer, em dar início ao processo de construção da inovação, com porta-vozes engajados, pessoas realizando. A Figura 5 representa as ações dessa etapa da construção da rede sociotécnica da Livres.



Figura 5 – Representação das ações de investimento de forma da rede sociotécnica da Livres.

Fonte: elaborada pelos autores

Com o PPO já construído – atividades sendo realizadas – ao longo do tempo, são realizadas atividades que cimentam as relações no seio da rede, são os intermediários. Há uma combinação de ações as quais englobam: reuniões para definição da utilização de TDICs para a rede funcionar; formalização da rede; atividades de formação para o público interno e externo; publicações; distribuição gratuita de fertilizantes orgânicos elaborados por consumidores responsáveis; feiras de economia solidária organizadas pelo Livres; publicação da revista Alternativas Solidárias; o *podcast* Vozes Livres, com temas concernentes à economia solidária; recepção de pesquisadores e diferentes pessoas que tinham o objetivo de conhecer a Livres; *lives* durante o período de afastamento social em razão da pandemia de Covid-19; dentre outras iniciativas. Enfim, a consolidação da rede se dá de forma concomitante à sua expansão. A Figura 6 representa o conjunto de intermediários que foram adotados ao longo do tempo.

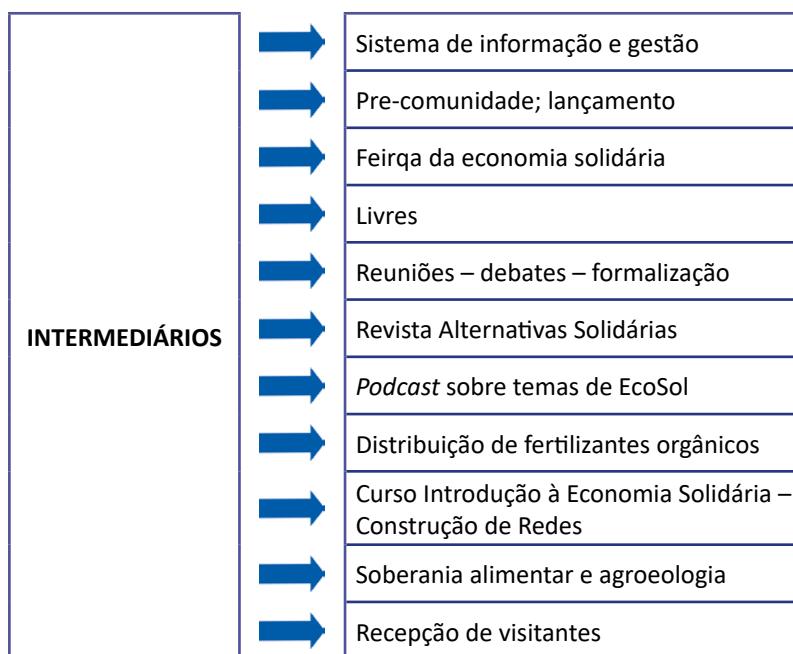


Figura 6 – Intermediários da rede sociotécnica da Rede Livres

Fonte: elaborada pelos autores

A expansão da rede sociotécnica é fundamental para a sua estabilidade. Observa-se, como demonstra a Figura 7, que: novos consumidores aderiram ao grupo; outros fornecedores com atividades familiares ou cooperadas passaram a integrar a rede e a ofertar produtos que anteriormente não existiam; a organização de feiras de economia solidária foi assumida como atividade da Livres; a sede onde se monta e distribui parte das cestas também se torna um ponto de comercialização varejista dos produtos, com preços diferenciados para os integrantes do grupo; a participação no Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista (FESBS) proporcionou maior visibilidade; a rede se expandiu com a ativação de proximidades.



Figura 7 – Expansão da rede sociotécnica da Rede Livres

Fonte: elaborada pelos autores

A estabilidade e mesmo a existência da rede sociotécnica que viabiliza o projeto dependem da vigilância e transparência nas ações dos atores sociais. Caso contrário, a rede desmonta e, consequentemente, a Rede Livres. Assim, são adotadas ações de vigilância de acompanhamento e prática de preços no mercado fora das relações da Livres, assim como realizam-se reuniões constantemente para definição do estabelecimento de preços, destinação de recurso para cada segmento e mesmo formas mais adequadas de acondicionamento e transporte de produtos.

A transparência nas relações entre os atores de todos os segmentos que integram a Rede Livres é de fundamental importância para manter a rede sociotécnica em funcionamento. A Figura 8 expressa algumas ações referentes à vigilância e à transparência na Livres.

VIGILÂNCIA

- Comparação de preços com o mercado.
- Ganho dos entregadores.
- Definição de ecohoras.
- Retorno financeiro para os agricultores.
- Reuniões de avaliação com os diferentes segmentos que integram a Rede.

TRANSPARÊNCIA

- Identificação da origem e características dos produtos.
- Lista de pagamentos aberta – publicada na comunidade.
- Apresentação da Rede Livres seja de forma presencial ou remota. Atendem as pessoas que convidam.

Figura 8 – Aspectos de vigilância a transparência na rede sociotécnica do na Livres

Fonte: elaborada pelos autores

Resultados da Rede Livres em quatro anos de funcionamento.

- 180 famílias de consumidores responsáveis.
- 7 agricultores cooperados diretamente à Rede Livres.
- 30 produtores familiares que comercializam para a Rede Livres.
- 6 entregadores, sendo cinco utilizadores de bicicletas e um de motocicleta.
- Relação com outros empreendimentos de economia solidária como a Terra Viva, o MST e o Instituto Chão.
- 553 itens de 350 produtos ofertados.
- Apoio a famílias em situação de vulnerabilidade social com doação de alimentos.

Ensínamentos teóricos e operacionais da Rede Livres.

- É possível a construção de mercados fundamentados na solidariedade e não na competição.
- As proximidades têm um importante papel quando ativadas.
- As atuações dos atores tradutores foram determinantes para a construção de redes sociotécnicas que viabilizam projetos de economia solidária.
- A construção de redes sociotécnicas é do campo do construtivismo e não do diffusionismo. Não se trata, portanto, de difundir pacotes tecnológicos ou organizacionais.
- É possível criar redes sociotécnicas para viabilizar projetos autogestionários dentro do sistema hegemônico em que predomina a heterogestão.
- O extensionista deve ser formado para ser o tradutor de redes sociotécnicas ou apoiar as traduções em curso.
- Economia é resultado das relações sociais e não o contrário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

AMBLARD, H.; BERNOUX, P.; HERREROS, G. e LIVIAN, Y.F. **Les nouvelles approches sociologiques des organisations**. 2.ª ed. Paris: Seuil, 2005.

BERNOUX, P. **Sociologie du changement: dans les entreprises et les organisations**. Paris: Seuil. 2004.

CALLON, M. **Pour une sociologie des controverses technologiques**. Fundamenta Scientiae, 1981. v. 2, p. 381-399.

CALLON, M. **Eléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs**

dans la baie de Saint-Brieuc. L'Anné Sociologique, 1986. n. 36. p. 169-208.

CALLON, M. **Le réseau comme forme émergente et comme modalité de coordination: les cas des interactions stratégiques entre firmes industrielles et laboratoires académiques.** IN : CALLON, M ; COHENDET, P., CURIEN, N., DALLE, J. M., EYMARD DUVERNAY, F., FORAY, D., SCHENK. **Réseau et coordination.** Paris: Economica. 1999. p. 13 – 64.

COSTA, M. B. B. **Agroecologia no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL. **Grupos de compra de cesta básica.** Registro: Divisão Regional Agrícola de Registro, 1994.

COOPERATIVA DE CONSUMO DOS EMPREGADOS DA REPARTIÇÃO DE SANEAMENTO DE SANTOS. **Estatutos.** Santos: Cooperativa. 1939.

Dagnino. R. **Tecnociência solidária: um manual estratégico.** Marília: Lutas Anticapital. 2019.

LATOUR, B. **Ciência em ação.** São Paulo: Editora Unesp, 2000.

Curitiba, **Revista Diálogo Educação**, v. 10, n. 30, p. 285-300, maio/ago. 2010.

LATOUR, B. **Une sociologie sans objet? Remarques sur l'interobjectivité.** Sociologie du travail, 36, 4, 587 – 607. 1994. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/sotra_0038-0296_1994_num_36_4_2196. Acesso em 20/8/2021.

LUCRO ACIMA DA VIDA. Nilson Nic. **Associação dos Trabalhadores expostos às substâncias química;** Sindicato dos Químicos Unificados de Campinas e região e a Fetquim (Federação dos Trabalhadores do ramo Químico do Estado de São Paulo). Globo Cine, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D5G09EycQ54>. Acesso em 20/5/2022.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** Rio de Janeiro: E. P. U. 2013.

MALLARD, A; COCHOY, F. **Quand le consommateur regarde les choses du marché: Bruno Latour et de leurs collègues à l'étude de la consommation.** Caen: Éditions SEM, 2015.

MARX, K. **Grundrisse.** 5.ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

NASCIMENTO, C. **Do beco dos sapos aos canaviais de Catende.** Marília: Lutas Anticapital, 2019.

NESPOLO, N. I. F. **As tramas da esperança: a história não para.** São Leopoldo: Editora Oikos. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. **Grupo de compra comunitária.** Santos: Secretaria de Abastecimento, 1990.

PINTO, A. P. Sindicalismo no Brasil – Breve História – Convenção 87 da OIT. Cordis. Dossiê: História e Direito – Representações e Perspectivas. São Paulo, nº 24, V. 1. 2020. Págs. 20 – 43. Disponível em:
[file:///C:/Users/rodri/Downloads/51586-Texto%20do%20artigo-152588-1-10-20201124%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/rodri/Downloads/51586-Texto%20do%20artigo-152588-1-10-20201124%20(1).pdf). Acesso em 19/11/2022.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** São Paulo: Editora Unesp. 2017.

SILVA, 2021. **Segurança alimentar, orientação ao consumidor e economia solidária nos governos do PT em Santos.** Disponível em:
<https://folhasantista.com.br/colunas/seguranca-alimentar-orientacao-ao-consumidor-e-economia-solidaria-nos-governos-do-pt-em-santos/>. Acesso em 10/2/2022.

SILVA, R. **Gestão Comunitária e Tecnologia Socioterritorial: Análise da Rede de Coletivos de Consumo Responsável na Região Metropolitana de São Paulo. Dissertação de mestrado.** Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, 163 p. 2021.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** 4.ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2010.

SINGER, P. **Uma utopia militante: três ensaios sobre o socialismo.** São Paulo: Editora Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2022.

TOFFLER, A. **The third wave.** New York: Willian Morrow and Company, 1980.



3

CAPÍTULO

BARRACA DRIVE-THRU DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ITANHAÉM (SP)

Thaís Maria Muraro da Silva¹
Newton José Rodrigues da Silva²

O presente texto tem o objetivo de analisar e tirar ensinamentos de um caso de reação coletiva ao impedimento temporário de funcionamento de uma feira de agricultores familiares por meio da construção de uma rede sociotécnica com base na sociologia da inovação (Callon, 1986; Latour, 2000). Foi viabilizada uma inovação que se caracteriza também como um circuito curto alimentar de proximidades com base na economia solidária.

Em Itanhaém, funciona, desde 2011, uma feira de agricultores familiares aos sábados, das 8 h às 14 h, no estacionamento da sede da prefeitura.

Durante o afastamento social, devido à pandemia de Covid-19, houve uma queda expressiva da frequência dos consumidores que tinham grande preocupação com o contágio. Ocorreu, ainda, a suspensão da sua realização por duas semanas, mesmo com as práticas que os produtores adotaram, como afastamento das barracas, uso de máscara e disponibilização de álcool em gel. Nas áreas de produção, a colheita de algumas espécies se aproximava e não havia perspectiva de comercialização.

¹ Eng. Agr. da Prefeitura de Itanhaém.

² Extensionista – CATI Regional Santos.

Estabeleceu-se uma controvérsia entre aqueles que defendiam a continuidade da feira e os que entendiam que a paralisação era necessária. Havia um quadro em que agricultores queriam e precisavam comercializar respeitando as normas sanitárias; os consumidores desejavam adquirir os produtos dos agricultores familiares. Para os agentes da prefeitura, a desaceleração da economia era um problema; para todos os atores, era necessário manter as proximidades ativadas, como a geográfica e a organizada – esse era o contexto.

A engenheira agrônoma, extensionista da prefeitura que atua também como gestora de economia solidária, após consultas a agricultores familiares, consumidores e outros agentes do poder público, em um processo de problematização para compreender os pontos de convergência, fez emergir uma questão que poderia promover a criação de uma rede sociotécnica: como garantir a comercialização com os cuidados sanitários exigidos? Assim, estava criado o ponto de passagem obrigatório para onde os diferentes atores sociais deveriam se deslocar para resolver um problema comum. A Figura 1 representa os deslocamentos dos atores para a construção da ideia coletivamente, visto que individualmente não conseguiram superar o problema. A extensionista atuou como tradutora.

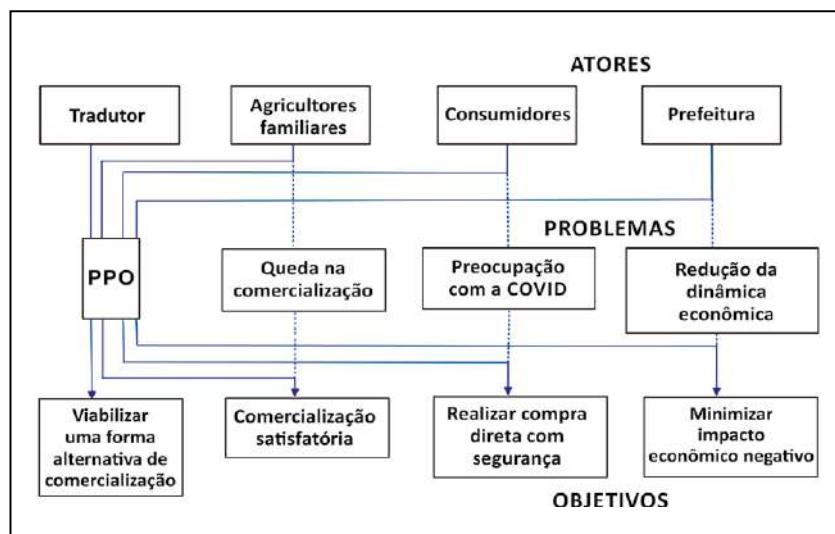


Figura 1 – Representação dos deslocamentos de posição dos atores sociais para o ponto de passagem obrigatório do núcleo da rede sociotécnica.

Fonte: elaborada pelos autores

Os primeiros a serem contatados, como o presidente da Associação da Microrregião do Rio Branco, foram os porta-vozes no início do processo de concertação. A solução que emergiu foi criar uma barraca coletiva onde os agricultores familiares pudessem comercializar seus produtos e os consumidores adquirir orgânicos e alguns processados com a maior segurança possível, sem sair dos seus veículos, ou seja, um *drive-thru*. Assim, uma parte dos consumidores poderia ser atendida e a produção comercializada evitando-se prejuízos e viabilizava-se a continuidade das atividades agrícolas.

O grupo se expandiu para nove produtores e todos os atores se colocaram em cooperação para operacionalizar a ideia. Foi realizado um estudo sobre o melhor local para atender os consumidores, considerando a proximidade com os bairros onde reside a maior parte dos consumidores da feira; os agentes de trânsito emitiram parecer sobre a segurança, os profissionais da saúde orientaram quanto aos procedimentos que deveriam ser adotados. Enfim, o investimento de forma, ou seja, na participação das pessoas de acordo com as ações definidas coletivamente para a construção do projeto.

A barraca *drive-thru* funcionava às quartas-feiras, das 10 h às 13 h, e, aos sábados, a feira do produtor, excetuando as duas semanas de suspensão da montagem. Foi estabelecido que cada produtor levaria até a barraca os produtos a serem comercializados, sendo que houve parcerias para reduzir custos com o transporte, ou seja, um veículo transportava a mercadoria de três. Definiu-se um rodízio entre os agricultores para atendimento aos consumidores. Os veículos paravam a uma distância de 3 m da barraca, os consumidores faziam os seus pedidos, os produtos eram embalados e entregues sem que as portas fossem abertas, ou seja, sem contato. A prefeitura faria a sinalização da rua, marcaria os locais onde os veículos dos consumidores parariam e a Guarda Municipal faria rondas no local para proporcionar maior segurança.

Havia casos de atendimento a transeuntes. Alguns consumidores faziam o pedido por telefone e passavam para retirar as compras. O pagamento era feito em dinheiro ou por transferência bancária. O valor total arrecadado era rateado de acordo com o volume comercializado de cada um. A transparência era garantida na prestação de contas ao final do período de comercialização.

A expansão da rede sociotécnica se deu, principalmente, com a divulgação feita por agentes da prefeitura e produtores, utilizando as redes sociais. Além disso, foram afixadas faixas em locais estratégicos.

Esta ideia aparentemente era boa em seu nascedouro, mas para os sociólogos da inovação nenhuma ideia nasce boa, é a rede sociotécnica que a torna boa. Assim, iniciou-se a formação da rede para viabilizar a ideia com a adesão de agricultores, agentes da prefeitura e consumidores.

Esse exemplo mostra que o projeto somente se viabilizaria se fosse criado um quadro de interesse comum para prefeitura, agricultores e consumidores. A rede sociotécnica existiu pelo fato de o projeto existir e ele somente foi viabilizado porque houve a rede que o portou.

A extensionista de economia solidária da prefeitura não teve somente a ideia, mas também iniciou os contatos com os integrantes de outros setores da prefeitura mencionados – como Guarda Municipal e comunicação – e com os agricultores familiares, mostrando a possibilidade de organização para uma outra forma de comercialização, mas sem a postura de convencimento.

Outros agricultores fizeram o mesmo com seus colegas. Assim, emergiu uma inovação fundamentada nas proximidades geográfica e organizada vinculada à comercialização, que serviu de referência para outros locais. Os agricultores alcançaram o seu objetivo, que era comercializar os seus produtos; os consumidores puderam comprar orgânicos em segurança, tendo um dia a mais em relação aos sábados, quando se realiza a feira do produtor, e a prefeitura dinamizou a economia de um segmento.

As redes sociotécnicas não são todas iguais, há diferenciação por tipos. Há aquelas que se caracterizam somente pelo aspecto mercantil, ou seja, não há cooperação entre os atores envolvidos e prevalece o “toma lá, dá cá”, dinheiro por produtos ou serviços. No entanto essa rede sociotécnica, que se formou com a barraca coletiva de comercialização, em Itanhaém, tem o aspecto mercantil nas relações, obviamente, mas há também a grandeza cívica, expressa pela solidariedade em forma de reciprocidade entre os atores, o que a caracteriza como uma iniciativa econômica solidária. A confiança e o engajamento de cada um, em uma rede sociotécnica integrada também pela prefeitura, expõem a existência de capital social. Outro fator determinante para a construção

da rede é a ativação das proximidades geográfica e organizada entre os seus integrantes.

Pode-se tirar deste caso o ensinamento de que a economia solidária não se organiza somente por meio de empreendimentos em que os meios de produção são coletivos, como uma fábrica recuperada, ou por meio de uma cooperativa de comercialização, por exemplo. A sua organização também se dá por meio de iniciativas informais regidas por um regimento definido coletivamente, que são viabilizadas por pequenas redes sociotécnicas, que exigem coordenação e alinhamento entre os seus integrantes.

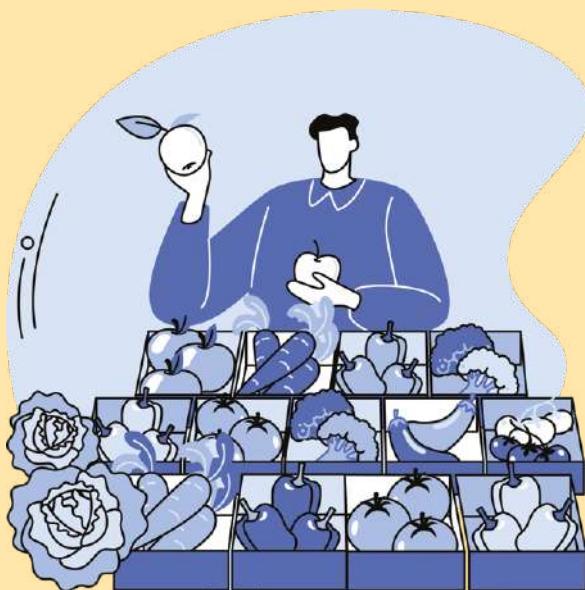
Este mesmo referencial teórico – conhecido como sociologia da inovação, sociologia da tradução ou sociologia das redes sociotécnicas – pode ser usado também para analisar os projetos que fracassaram. Muitas vezes, nesses casos, as ideias partem prontas de um *expert*, como um pacote tecnológico ou organizacional, e não têm capacidade de provocar interesse nos atores sociais que o viabilizariam por meio de uma rede sociotécnica. Dessa forma, recomenda-se que os projetos sejam efetivamente participativos desde a sua gênese.

A barraca *drive-thru* dos agricultores familiares de Itanhaém funcionou por 13 meses e cumpriu o seu propósito. Com o avanço da vacinação e a normalização da frequência de consumidores na feira do produtor, o projeto teve um fim por decisão do grupo. Fica o ensinamento da importância de o extensionista atuar como tradutor das redes sociotécnicas que viabilizam os projetos, assim como da solidariedade em forma de reciprocidade, para que os problemas sejam superados de forma coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALLON, M. *Eléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc*. L'Anné Sociologique, 1986. n. 36. p. 169-208.

LATOUR, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Unesp. 2000. 438 p.



4

FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

CAPÍTULO

Newton José Rodrigues da Silva¹

Há citações sobre a existência de feiras na Antiguidade. Porém um bom registro sobre a sua origem, evolução e funcionamento foi feito por Junqueira e Peetz (2015), que afirmam que é no *“seio da sociedade feudal europeia, na passagem do século X para o XI, que poderão ser encontradas as raízes das feiras que, atravessando séculos e continentes, chegaram à contemporaneidade na forma como são hoje conhecidas”*. Ressaltam que, na cidade de São Paulo, no século XVII, já havia pequenas feiras, rudimentares, mas a regularização, realizada em 1914, está relacionada com a conjuntura socioeconômica e política. No ano anterior, trabalhadores organizados com a participação de sindicalistas e lideranças anarquistas reivindicavam o barateamento dos alimentos e aluguéis, jornada de trabalho de oito horas, abolição do trabalho infantil e proteção ao trabalho feminino. No entanto a luta principal era pela redução dos preços dos alimentos.

Havia falta de gêneros alimentícios que, quando ofertados, o custo era muito elevado. As feiras surgem como uma possibilidade de redução de preços, pois havia a proposta de produtores comercializarem diretamente para consumidores. Os autores do referido livro citam que comerciantes de gêneros alimentícios estabelecidos à época tacharam a feira livre de subversiva, anarquista, socialista e prejudicial ao comércio. Esse comportamento revela o caráter popular das feiras.

¹ Extensionista – CATI Regional Santos.

Na década de 1980, no início do processo de redemocratização do Brasil, como herança da ditadura militar, havia expressiva perda do poder de compra dos salários e desemprego acentuado. O Governo do Estado de São Paulo interveio no comércio varejista com a implementação de projetos com o objetivo de diminuir a distância entre preços dos alimentos e renda. Em relação aos hortifrútis, houve dois tipos de equipamentos que operavam com preços controlados: o varejão e o sacolão. No primeiro, estabelecia-se uma margem bruta de comercialização, comumente 20 %, considerando os preços do comércio atacadista por tipo de produto e definiam-se os preços máximos permitidos que poderiam ser praticados pelos varejistas. Varejão era uma feira com preços controlados com intervenção somente sobre os preços praticados no varejo. No caso do sacolão, definia-se um preço único por quilograma para todos os produtos e havia apenas um comerciante que o operava. Posteriormente, proliferaram-se os sacolões operacionalizados por agentes privados, sem a participação do poder público na organização. Nesse tipo de equipamento havia uma tendência de comercialização de produtos de qualidade inferior.

Em Santos, entre 1989 e 1996, os equipamentos de comercialização, denominados Feiras Modelo e Central Varejista Popular, também eram feiras com preços controlados e funcionavam de acordo com as regras similares às dos varejões. Com o objetivo de proporcionar preços mais reduzidos aos consumidores, técnicos da então Secretaria Municipal de Abastecimento reuniam atacadistas e varejistas com o objetivo de negociar preços. Para os feirantes que trabalhavam nos equipamentos de preços controlados, havia um desconto de 10 % por parte dos atacadistas. Sobre estes preços estabelecia-se uma margem bruta de comercialização de 20 %. Assim, o segmento do atacado também participava do projeto, o que permitia a prática de preços mais reduzidos, por haver o envolvimento desse setor. Outros projetos, com o objetivo de reduzir a distância entre salários e preços dos alimentos, foram desenvolvidos pela prefeitura naquele período, como campanhas de produtos de época e grupos de compra.

Ao longo do tempo, as feiras não se limitaram a um espaço de trocas com base na lógica mercantil. Observa-se que também são espaços de

criação de relações de proximidade entre comerciantes e consumidores que negociam diretamente preços, qualidade de produtos e a entrega das compras. Há muitos casos em que a escolha de frutas, legumes e verduras cabe ao feirante, de acordo com o desejo já conhecido dos clientes. Nas feiras, os vizinhos se encontram, cumprem a tradição do consumo de pastel. Enfim, aspectos da cidadania são experienciados nesses espaços, que apresentam uma diversidade considerável de produtos.

Há duas frases com sentidos antagônicos que são repetidas há muitos anos: “as feiras livres vão acabar” e “adoro ir à feira”. Mesmo com a emergência dos supermercados e a intensa urbanização, as feiras não acabaram, mas reduziram a participação no comércio varejista de hortifrútis.

As feiras de produtores rurais também emergiram na década de 1980. Em Registro (SP), por exemplo, as regras definidas pelos expositores e gestores não permitiam a revenda de produtos. A comercialização de bolos, doces e pães era permitida somente se fossem produzidos pela família rural. Já os refrigerantes eram proibidos. Valorizavam-se os sucos elaborados com frutas do local e o caldo de cana (Eduardo Galletta, comunicação pessoal em 19 de fevereiro 2022). Atualmente, há três feiras desse tipo na cidade que constituem uma tradição (Rogério Sakai, comunicação pessoal em 18 de fevereiro de 2022).

No final da década de 1980 e início da década de 1990, emergiram as feiras de produtos orgânicos também com comercialização direta, com apoio da Associação de Agricultura Orgânica (AAO) e Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região, bem como a participação do poder público na cessão de espaços. Esses equipamentos tinham o objetivo de atender à demanda de consumidores, divulgar os orgânicos e, obviamente, gerar renda para os produtores. Atualmente, há feiras de produtos orgânicos em diversos municípios (José Augusto Maiorano, comunicação pessoal em 20 de fevereiro de 2022). No entanto empresas agrícolas passaram a adotar tecnologia de produção de orgânicos e os supermercados também comercializam esses produtos.

A instituição pelo governo federal da legislação que rege a produção e comercialização de orgânicos no Brasil foi resultado da luta dos movimentos sociais. Dessa forma, para que um produto seja classificado como orgânico deve contemplar um conjunto de aspectos relacionados às operações técnicas de produção e de caráter sanitário. Há três modalidades que possibilitam a garantia de que o produto é orgânico. A mais adequada para os agricultores familiares que comercializam nas feiras e que fortalece as relações de confiança e cooperação entre eles e consumidores é a Organização de Controle Social (OCS). Esse tipo de organização deve seguir as normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e permite a comercialização direta nos seguintes casos: feiras; atendimento a grupos de consumidores e vendas na propriedade; mercados institucionais públicos, como o Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar (MAPA, 2022).

Nas OCS, a confiança é construída entre famílias agricultoras e o público consumidor – gerada no processo de comercialização e pelas visitas dos consumidores aos locais de produção – e das próprias famílias agricultoras entre si. Não se trata de um agricultor fiscalizar outro, mas cooperar para aperfeiçoar as técnicas utilizadas.

A partir de 1994, iniciou-se no Brasil a realização das feiras de economia solidária, com destaque para a Feira do Cooperativismo do município de Santa Maria (RS), que contou com a liderança da Irmã Lourdes Dill para se concretizar (Lourdes Dill, comunicação pessoal em 20 de fevereiro de 2022). No início dos anos 2000, em São Paulo, capital, também foram implantadas feiras de economia solidária com apoio do Fórum Municipal em parceria com a prefeitura (Vera Machado, comunicação pessoal em 20 de fevereiro de 2022). Posteriormente, houve apoio do governo federal por meio do Programa Nacional de Apoio às Feiras de Economia Solidária, implementado entre 2005 e 2008, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária. Objetivava-se dar visibilidade e promover a comercialização de produtos dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), estimular o consumo responsável e construir redes de EES (Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2005). Essas feiras aumentaram em número, mesmo após o

fim do programa, e são realizadas principalmente onde o movimento de economia solidária está organizado e/ou há governos municipais ou estaduais que apoiam o fortalecimento da economia solidária.

Recentemente, passou-se a divulgar a realização de feiras de economia solidária e agroecologia, ou seja, um outro termo foi incorporado e que poucos conhecem o sentido, apesar de muitos já terem ouvido. Importante ressaltar que a agroecologia não se refere somente à produção de orgânicos, pois se coloca como uma forma de desenvolvimento rural sustentável, que é a antítese do que provoca o agronegócio, com a concentração dos recursos e contaminação dos alimentos, da água e do solo. Gliessman (2000) afirma que se trata da aplicação dos conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, pois é uma agricultura que protege a base de recursos naturais e permite uma economia viável que também propõe um aspecto social justo e aberto a todos que fazem parte da sociedade. A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (2022), órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, apresenta a agroecologia como *“uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis, proporcionando, assim, um agroecossistema sustentável. A abordagem agroecológica da produção busca desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos”*.

A Sempre Viva Organização Feminista (2018, p. 19) aponta que *“o problema que se coloca então é como fazer uma agricultura que se integre aos ciclos da natureza, que respeite seu ritmo e que, ao mesmo tempo, permita que as pessoas tenham acesso a alimentos nutritivos, saudáveis e de acordo com a cultura. A agroecologia reúne alguns aprendizados para responder a esta questão... oferece boas bases para construir a igualdade de gênero, pois permite diferentes usos do espaço e do tempo para realizar de forma combinada atividades produtivas e reprodutivas”*.

Dessa forma, a agroecologia incorpora princípios da economia solidária, como autogestão, cooperação e respeito ao meio ambiente, por exemplo, assim como contribui para o fortalecimento da economia feminista e, consequentemente, para a emancipação das mulheres. A confiança e a transparência também são aspectos determinantes que unem economia solidária e agroecologia nos processos de suas construções. Por isso, ao se afirmar que uma feira é de economia solidária e oferta produtos agroecológicos, deve-se garantir que de fato seja, ou pelo menos tenha expositores em processo de transição. Caso contrário, perde-se credibilidade por ofertar um engodo às pessoas que, como consumidores responsáveis, querem contribuir com a construção de outra economia; e, assim, nada se transforma.

As feiras de economia solidária dão oportunidade para os empreendimentos coletivos e familiares comercializarem a sua produção; mas que isso, os coloca em um processo de transição solidária, a qual pode ser compreendida como uma forma de praticar a economia solidária de forma paulatina, adquirindo conhecimento sobre o tema e, principalmente, envolvendo-se na construção de empreendimentos econômicos solidários. Neste caso, há uma migração da lógica de produção individual para atuarem de forma coletiva, em reciprocidade, na gestão das próprias feiras, que comumente é compartilhada com gestores públicos, por utilizarem espaços de uso comum. Nesses equipamentos estabelecem-se proximidades entre os expositores e destes com os consumidores, com a construção de relações de confiança e fidelidade. Há trocas de saberes, aprendizagem e enriquecimento cultural.

Para que uma feira seja de economia solidária, recomendam-se algumas práticas coletivas que já são adotadas por alguns grupos, como: criação de um regimento interno de forma democrática; definição dos ramos de atividades que integrarão o equipamento; estabelecimento de uma reserva de recursos para uso do grupo; fundo rotativo solidário com o objetivo de compra de barracas e outros equipamentos; entrega em domicílio de forma conjunta; rodas de conversa de avaliação da feira para correção de rumos e debate sobre economia solidária.

Há um fator limitante para a consolidação das feiras de economia solidária: muitas são montadas eventualmente, em datas comemorativas ou quando os seus integrantes têm produtos. Não há dia e horário fixos da semana. Esse fato não possibilita que se estabeleçam relações de proximidade, confiança e fidelidade com os consumidores. A diversidade de produtos ofertados em uma feira também é um fator importante e, não sendo boa, também pode limitar a frequência. Além disso, as atividades culturais devem sempre ser organizadas, com a apresentação de artistas locais. Aliar valorização e fortalecimento cultural, com entretenimento no espaço público, é de grande importância para a constituição da feira como um espaço plural, de encontros e aprendizagem. Quando nada disso ocorre, o que se chama de feira de economia solidária é, na verdade, uma feira sem diferenciação em condições menos favoráveis que uma feira livre, que comumente oferece maior diversidade de produtos e realização semanal, o que possibilita que os consumidores se programem para as compras.

Não se pode ter a ilusão de que as feiras de economia solidária e agroecologia serão o fator determinante que superará o agronegócio. Por outro lado, são equipamentos importantes que geram trabalho e renda, proporcionam visibilidade para os produtos e serviços da economia solidária, que são resultado de relações horizontais e sem agrotóxicos, assim como artesanatos de artistas locais. Essas feiras são uma contribuição ao processo de democratização da economia. No entanto deve-se aumentar a diversidade de produtos a partir da ampliação da área cultivada com base na agroecologia, para que se consolide e contribua efetivamente para a segurança e soberania alimentar.

É importante ressaltar que as características das feiras, desde a criação das feiras-livres, dependendo do momento histórico, são resultado das aspirações de uma parte da sociedade que luta contra a carestia, pela geração de trabalho e renda, por desejar adquirir produtos que sejam resultado de relações democráticas e não da exploração de mão de obra, que valorize a agricultura familiar e os artesãos, não tenha agrotóxicos e fortaleça a economia local.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (2005) produziu uma cartilha para o Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária intitulada que apresenta uma metodologia para se realizar uma feira bem organizada e que atinja os seus objetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL. O que é agroecologia? 2022. Disponível em:

<https://www.cati.sp.gov.br/portal/produtos-e-servicos/publicacoes/acervo-tecnico/agroecologia-conceitos#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20Agroecologia%3F,proporcionando%20assim%2C%20um%20agroecossistema%20sustent%C3%A1vel.> Acesso em 24/3/2022.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

JUNQUEIRA, A. H; PEETZ, M. S. **100 Anos de feiras livres na cidade de São Paulo**. São Paulo: Via Impressa. 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Formação de organizações de controle social. Brasília: MAPA. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/publicacoes/projeto-mercados-verdes-e-consumo-sustentavel/guias/guia-ocs-formacao-de-organizacoes-de-controle-social-ocs.> Acesso em 10/1/2022.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Como organizar feiras de economia solidária**. Brasília: SENAES. 2005. 17 p. Disponível em:

[https://www.yumpu.com/pt/document/read/14373609/como-organizar-feiras-de-economia-solidaria-marca-do-governo-.](https://www.yumpu.com/pt/document/read/14373609/como-organizar-feiras-de-economia-solidaria-marca-do-governo-) Acesso em 28/03/2022.

SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Práticas feministas de transformação da economia**. São Paulo: SOF. 2018.



5

CAPÍTULO

EQUIPAMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: SUPERMERCADOS COOPERATIVOS, ARMAZÉNS E BOUTIQUES

Newton José Rodrigues da Silva¹

As feiras de economia solidária que ofertam produtos orgânicos e/ou agroecológicos, as experiências com *drive-thru* e os grupos de consumo responsável são formas de comercialização que ativaram proximidades e constituem um grupo importante de distribuição de alimentos que não segue somente a lógica da ordem de grandeza mercantil, mas também a cívica e doméstica (Boltanski e Thévenot, 2014). Tratam-se de inovações viabilizadas por redes sociotécnicas construídas com base na solidariedade em forma de reciprocidade entre produtores e consumidores, de confiança, de valorização da agricultura familiar e, obviamente, de participação.

No entanto existem formas de comercialização feitas por um outro grupo de equipamentos, também solidários, que crescem em quantidade no Brasil e em outros países: supermercados cooperativos, armazéns e boutiques, que são administrados por cooperativas de consumidores ou produtores. As relações que estabelecem entre os que produzem e os que consomem também se contrapõem àquela do modelo hegemônico representada por grandes redes de supermercados. Integram circuitos alimentares de proximidades, onde as relações são estabelecidas por atores que objetivam uma alimentação saudável e construção de uma sociedade mais justa. A seguir, serão abordadas,

¹ Extensionista – CATI Regional Santos.

de forma breve, algumas dessas organizações que se diferem quanto à gestão, mas não em objetivos.

EQUIPAMENTOS ADMINISTRADOS POR COOPERATIVAS DE CONSUMIDORES

Há experiências de equipamentos varejistas administrados por cooperativas populares de consumo que são referências. A principal delas é a Park Slope Food Coop, localizada no Brooklyn, em Nova York, inaugurada em 1973, e que possui cerca de 17 mil membros. A variedade de produtos alimentares, de higiene e limpeza que oferta é expressiva, como: hortifrútis orgânicos; ovos de aves criadas ao ar livre; chocolate; café; cervejas artesanais; peixes frescos e congelados da pesca e de aquicultura definida como sustentável; produtos de limpeza considerados ambientalmente seguros etc. Muitos são definidos como de produção local.

Qualquer pessoa pode integrar a cooperativa, mas somente os cooperados podem fazer compras. No entanto devem trabalhar na operacionalização do equipamento por 2h45 /mês cada um e fazer uma contribuição financeira que integrará o capital social.

A vigilância para garantir que o trabalho seja realizado é feita por uma comissão integrada por cooperados que, constatado o não cumprimento dos deveres por determinada pessoa, faz contato para saber os motivos. Caso não haja uma justificativa plausível e fique claro que existe somente o interesse em consumir, há o desligamento do quadro de associados. A importância desse tipo de trabalho é ressaltada da seguinte forma: “O benefício de nossa responsabilidade compartilhada é duplo: a mão de obra confiável e programada regularmente ajuda a manter nossos custos de folha de pagamento baixos – a maior despesa individual de um supermercado – o que contribui para preços mais baixos. Mas a segunda recompensa igualmente importante vem da satisfação que os membros recebem por trabalharem juntos como uma comunidade para construir algo

em que todos possam confiar. Em cooperação com a equipe paga, os membros administram a loja e desempenham um papel vital nas operações diárias da Coop, dando a todos a oportunidade de sentir o valor da cooperação. Além de contribuir com cerca de 75 % da mão de obra para o funcionamento da Cooperativa, os associados podem participar ativamente do processo decisório por meio da Assembleia Geral mensal e participar do planejamento e das discussões sobre o futuro da organização” (Park Slope Food Coop, 2022).

As regras definidas coletivamente, a autogestão e cooperação caracterizam o equipamento como da economia solidária. A vigilância e transparência praticadas são de grande importância para o funcionamento de uma rede sociotécnica que se mantém, sobretudo, com mão de obra dos cooperados.

Esses procedimentos foram inspiração para outras cooperativas similares, como a Food Coop de Barcelona (2022), construída segundo os seguintes valores: “*proximidade, transparência, cooperação, sustentabilidade, confiança, soberania, inclusão e feminismos*”. Quanto às referências para sua criação: “*O documentário Food Coop² nos inspirou, mas não é o único projeto. Durante a fase de definição do modelo de supermercado Food Coop Barcelona, entramos em contato e analisamos outros modelos de supermercados cooperativos que estão em andamento sob os mesmos critérios de participação dos associados em sua operação. Exemplos inspiradores são La Louve, em Paris; Bees Coop, na Bélgica; ou La Cagette, em Montpellier. Experiências mais próximas como Landare, Labore, Bio Alai (em Pamplona e País Basco) ou Som Alimentación, em Valência, também foram fundamentais no desenvolvimento do nosso modelo*”.

Quanto à organização da cooperativa: “*A assembleia é o espaço onde com o seu voto pode afirmar a sua opinião. Para o desenvolvimento do projeto, estamos organizados em círculos, onde os membros*

² O filme Food Coop, dirigido por Tom Boothe, aborda a organização do Park Slope Food Coop.

que quiserem podem participar ativamente. Atualmente, existem Comunidade e Atendimento, Local, Operações, Compras, Finanças, TIC, Governança e Comunicação. Além disso, grupos de trabalho específicos também são criados para cobrir tarefas específicas e com prazo determinado”.

Segundo Giulio Cappadona (comunicação pessoal em 13 de outubro de 2022), responsável pelas compras e logística, esta cooperativa adquire os produtos de cooperativas de agricultores familiares não cooperados, unidades de transformação de alimentos também administradas pelas famílias. Assim, valorizam as atividades econômicas familiares e cooperadas. Há atividades de formação para cooperados. Há 550 cooperados, que pagam 90 Euros para ser admitidos, quantia que integrará o capital social da cooperativa. No entanto, no início da construção, houve a disponibilização de acesso para 30 pessoas, com apoio financeiro do poder público, que não tinham condições financeiras para pagar o valor correspondente ao capital social.

A Food Coop Barcelona oferta produtos diversos, como: hortifrúrtis orgânicos, produtos de higiene e limpeza, alguns enlatados, ovos, sucos etc. Há três funcionários contratados que trabalham na gestão da cooperativa. Os consumidores têm que trabalhar 3 h/mês para a cooperativa. Para isso, recebem formação. O principal desafio é a ampliação do número de cooperados, o que permitiria compras em maior escala, o que possibilitaria redução de preços, visto que para fazer compras na cooperativa o consumidor tem que ser cooperado. O dinheiro público que recebem é de acesso a editais governamentais para aquisição de equipamentos.

Com menos consumidores cooperados, ainda assim o Food Coop Barcelona se inspirou na experiência do Park Slope Food Coop e de outros supermercados cooperativos, mas a ativação de proximidades e os procedimentos para a construção da rede sociotécnica é a mesma. Importante ressaltar que estas experiências contratam mão de obra para a operacionalização dos equipamentos. Portanto, geram trabalho e renda no seio de relações solidárias, dinamizam as economias locais e criam oportunidades para cooperativas de produtores e iniciativas familiares.

EQUIPAMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO ADMINISTRADOS POR COOPERATIVAS DE PRODUTORES

Os circuitos alimentares de proximidades podem ser organizados por iniciativas de consumidores ou de produtores. Os casos que serão apresentados a seguir, um do Brasil e outro da França, partiram daqueles que produzem atendendo às necessidades dos que querem consumir produtos orgânicos ofertados por relações solidárias que, necessariamente, ativam proximidades geográfica e organizada para a sua viabilização.

Armazém do Campo e Boutiques Paysannes Languedoc-Roussillon (Boutiques Camponesas) representam projetos de circuitos alimentares de proximidades em realidades diferentes, mas que apresentam semelhanças por estarem ancorados em princípios da economia solidária e integrarem um círculo que se contrapõe àquele dos supermercados padrão.

ARMAZÉM DO CAMPO

Os Armazéns do Campo são uma rede que comercializa os produtos das cooperativas e agricultores familiares dos assentamentos da reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A comercialização direta dos produtores para os consumidores em pontos fixos, de referência, foi iniciada, em 2016, como uma iniciativa que se consolidou após as feiras nacionais de reforma agrária, tendo como principal expoente a Feira da Reforma Agrária realizada no Parque da Água Branca, em 2015, em São Paulo (SP). Após a realização da feira, consumidores questionavam: onde encontrar os produtos orgânicos ou agroecológicos? Por outro lado, os produtores queriam continuar esse vínculo e ter constância na comercialização (Furtado, 2021).

Atualmente, os Armazéns do Campo se localizam em 11 estados brasileiros, em diversas cidades. Em alguns locais onde não há o

armazém instalado, pode ser encontrado o serviço de entrega de cestas agroecológicas (ver <https://armazemdocampo.com.br/>).

Ana Terra (comunicação pessoal em 12 de novembro de 2022) afirma que as pessoas contratadas para trabalharem nos Armazéns comumente são filhos de agricultores assentados que também organizam atividades de formação para consumidores. Afinal, um dos princípios da economia solidária é a educação cooperativa. Assim, esses espaços não se limitam à comercialização. Já o transporte dos produtos é feito por veículos próprios ou alugados.

Para o funcionamento de cada Armazém são ativadas proximidades geográfica, de propósitos e institucional, visto que há entregas, também, para grupos de consumo responsável e outros projetos que possuem equipamentos de comercialização varejista construídos com base na reciprocidade com consumidores, como a Rede Livres, que possui uma loja em Santos, e o Instituto Chão, por exemplo.

Importante ressaltar que, durante o período de afastamento social, o MST, por meio das cooperativas, doou um volume expressivo de alimentos para a população em vulnerabilidade social.

A Rede Armazém do Campo é constituída de diversas redes sociotécnicas locais que integram uma rede com abrangência nacional a qual cria a oportunidade de as pessoas das cidades terem uma alimentação saudável e poderem contribuir com o processo de democratização da economia, ao não optarem pelas grandes redes de supermercados, mas pelo fortalecimento da agricultura familiar.

BOUTIQUES CAMPONESAS LANGUEDOC-ROUSSILLON

A França tem 22.600 cooperativas, sendo 2.300 agrícolas, 75 % dos agricultores do país são cooperados, ou seja, 300 mil. Assim, de cada quatro agricultores, três integram cooperativas. O desafio do modelo cooperativista é adequar a produção às exigências da sociedade em termos de ambiente, clima e biodiversidade (Chargé, 2021). Essa

afirmação, feita pelo presidente da Cooperação Agrícola – Coop de France – não significa que todos os empreendimentos sejam econômicos solidários, ou seja, autogestionários, com a participação efetiva dos cooperados nas decisões e construídos com base nas proximidades.

No entanto as Boutiques Camponesas representam uma rede caracterizada como da economia solidária integrada por 15 lojas, todas situadas no sul da França, próximas à cidade de Montpellier, em uma região que foi denominada de Languedoc-Roussillon, até 2014, e atualmente integra a Occitanie.

Essa organização emergiu em meados da década de 1990, por produtores que tinham a necessidade de comercializar seus produtos de forma coletiva de acordo com regras que possibilitassem garantir que os produtos fossem orgânicos, resultado de relações horizontais, e reconhecidos como produtos do território como forma de se agregar valor. Assim, adotaram uma frase de identificação que significa: produtos de nossas fazendas e unidades de transformação vendidos por nós mesmos. Isso significa que não é possível haver revenda, ou seja, comprar de outro lugar ou um produtor comprar de outro, a não ser que tenha ocorrido algum problema justificável. Ainda assim, os consumidores têm que ser informados do problema ocorrido. A comercialização é feita por produtores que se organizam para cumprir uma escala de trabalho. Caso eles sejam representantes de uma associação ou cooperativa na rede, essas organizações definem os produtores que farão a comercialização. O objetivo é garantir proximidade entre produtor e consumidor, o que gera confiança e aprendizagem por meio da convivência (Boutiques Paysannes, 2022).

Há assalariados nas Boutiques, no entanto o número é limitado de acordo com a quantidade de produtores presentes no período de comercialização. Para um produtor há no máximo três funcionários, que têm o papel de apoio na operacionalização do equipamento.

Cada Boutique é composta por no mínimo seis membros, para que se garantam a diversidade de produtos e a gestão coletiva. Na governança, cada entidade coletiva, seja associação ou cooperativa,

tem voz. Nenhum integrante deve ter um volume de produtos superior a 30 % da comercialização total da Boutique.

Essas são algumas regras para o funcionamento. Os gestores da rede afirmam que hoje, mais do que nunca, as regras da rede Boutiques Paysannes evocam concretamente os valores partilhados pelos produtores, que vendem o fruto do seu trabalho nos pontos de venda administrados coletivamente. É também uma garantia para todos de que existem produtos de qualidade que podem ser consumidos com confiança.

Olivier Mikolasek (comunicação pessoal em 15 de outubro de 2022) afirma que uma Boutique Camponesa é uma loja mantida e administrada coletivamente por agricultores familiares que vendem os produtos de suas fazendas aos consumidores sem intermediários. Em alguns casos, há um restaurante ao lado da loja que também é administrado segundo as mesmas regras e ofertam pratos com produtos locais. Além disso, os produtores adotam técnicas de produção similares para que os produtos tenham características específicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que esse tipo de organização ativa proximidades e se coloca como uma opção para as pessoas que buscam alimentação saudável. Além disso, pode propiciar a adoção da transição agroecológica coletiva e, consequentemente, a oferta de produtos de melhor qualidade. Esse modelo pode, ainda, inspirar agricultores familiares de outras regiões.

Os serviços de pesquisa e extensão, em interação com produtores e consumidores, podem criar sistemas locais de inovação com base em uma tecnociência solidária. Esses sistemas representam os núcleos das redes sociotécnicas, com base na ativação de proximidades geográfica, institucional, de propósitos e organizada, que viabilizariam esse modelo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **A justificação: sobre as economias de grandeza**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2014.

BOUTIQUES PAYSANNES – Boutiques paysannes. **Produits de nos fermes et ateliers vendus par nous mêmes**. Disponível em: <https://boutiquespaysannes.fr/>. Acesso em 15/11/2022.

CHARGÉ, D. **Trois agriculteurs sur quatre travaillent en coopérative**. Revue Projet, août-septembre, n 383. 2021. Pag 49 – 51.

FOOD COOP BARCELONA. **Food Coop BCN**. Disponível em: <https://foodcoopbcn.cat/es/>. Acesso em 14/11/2022.

FURTADO, L. **Armazém do Campo: 5 anos da maior rede de produtos da Reforma Agrária Popular do Brasil**. Disponibilizado: <https://mst.org.br/2021/08/10/armazem-do-campo-5-anos-da-maior-rede-de-produtos-da-reforma-agraria-popular-do-brasil/>. Acesso em 15 de novembro de 2022.

PARK SLOPE FOOD COOP. **Park Slope Food Coop**. Disponível em: <https://www.foodcoop.com/>. Acesso em 13/11/2022.



6

FEIRAS DE TROCA DE SEMENTES E MUDAS

CAPÍTULO

Leandro Biral dos Santos¹
Silas Barsotti Barrozo²

O que é uma semente crioula? Definir o que é uma semente significa recontar a história dos povos, trazendo consigo códigos, sabores e nutrientes, além de guardarem um patrimônio genético, o qual remete à cultura e história de nossas famílias. Carregam consigo a geração da vida, do alimento e da fertilidade.

Portanto, ao falarmos de sementes crioulas, estamos nos referindo a um material que foi multiplicado, adaptado e guardado ao longo de anos, pelas famílias do campo. Estas sementes se modificaram, ou podemos dizer se aperfeiçoaram, por conta da interação entre seu genótipo e os fatores ambientais interpostos pelos locais onde foram cultivadas. E, também as diferentes relações estabelecidas, resultando em um material único, adaptado a diversas situações climáticas, rico nutricionalmente e culturalmente.

As sementes são patrimônio da humanidade a serviço dos povos e direito fundamental para a produção e reprodução da vida!

¹ Chefe da Casa da Agricultura de São Pedro – CATI Regional Piracicaba.

² Esp. Amb. – Casa da Agricultura de São Sebastião – CATI Regional Santos.

COMO SE FORMAM E O PAPEL DAS FEIRAS DE TROCA

Compreender o papel das Feiras de trocas de mudas e sementes crioulas enquanto espaços de encontros, de abundância de espécies e variedades, trocas, vivências, partilhas e intercâmbios. Percebemos que as feiras não são somente um evento, que acontece muitas vezes no início do ano agrícola, mas sim, são dispositivos de ação coletiva que fortalece as redes territoriais locais ao reconhecer o trabalho dos anciões, mulheres, juventude, comunidades tradicionais e ao refletir sobre estratégias de coexistência ao manejo tecnológico convencional, muitas vezes não adaptados à realidade da comunidade local, ao trazer para o centro, valores como solidariedade, ética, partilha e cooperação.

Uma feira de troca nasce, principalmente, devido à conjuntura de fatores locais, muitas vezes relacionados a uma comunidade ou bairros específicos, depois tomando corpo na forma regional. A feira de trocas tem como pilares os desafios de resistência a um modelo imposto, na luta contra a perda do valor genético dessas sementes e das tradições que as cercam; luta essa enraizada na abundância, na diversidade e nos cuidados com as sementes crioulas, com organização social e resistência, especialmente dentre as famílias de agricultores, também chamados de guardiões de sementes.

Uma feira toma corpo quando as sementes e mudas são partilhadas, indicando a importância da itinerância das feiras pelos territórios, pois fortalecem processos já existentes e possibilita o surgimento de novos processos comunitários e de organização local, exemplo disso podem ser as casas ou os bancos de sementes locais ou regionais.

Aqui, nos referimos a todos os encontros que trazem a conservação das sementes crioulas para o centro do debate, como feiras de trocas, momentos de troca, partilha e comercialização, seminários, jornadas, dentre outros. As feiras são eventos heterogêneos porque assim são as sementes crioulas, ou seja, diversas, resilientes, heterogêneas, vivem e se adaptam à pluralidade e à abundância do meio no qual estão inseridas.

Todos estes movimentos de trocas, místicas, partilhas, prosas e intercâmbios são fundamentais para dar lastro às feiras de trocas, pois estas experiências juntas promovem impulso e ânimo às lutas pelas garantias dos direitos e fortalecem a trajetória das feiras de trocas. A constância das feiras de trocas é significativamente importante para a multiplicação e adaptação das sementes a diferentes localidades e manejos produtivos.

A organização das feiras é realizada de forma participativa e comunitária, colocando as famílias guardiãs e suas sementes no centro do evento. A crescente organização comunitária que faz de uma feira, uma verdadeira festa das sementes aproximando o campo, cidade, quilombos, ribeirinhos, caiçaras e floresta.

Frequentemente, as feiras acolhem também o artesanato e a culinária local. Além disso, as feiras inovam na construção de oficinas, cursos, rodas de conversa autogestionadas, que complementam a riqueza dos espaços e também acolhem discussões sobre renda e precificação das mudas e sementes.

Também de pedras se faz um rio, pedras essas que são desafios a serem enfrentados, que pedem forças das águas para transporem e seguirem o rumo do seu curso. No rio das feiras, a dificuldade de acesso às políticas públicas, o enfraquecimento de espaços de participação social, o uso de agrotóxicos e a contaminação das sementes pela transgenia tornam o percurso mais adverso. Tanto as sementes transgênicas quanto os agrotóxicos e insumos sintéticos demonstram que a agroecologia é um caminho possível para uma proposta de vida mais saudável e sustentada – e que incentivar e estimular uma transição agroecológica dos agroecossistemas é um desafio urgente!

A sustentação da realização das feiras vem das tarefas pós-feira, ou seja, nos campos de plantios, ao longo do ciclo agrícola, quando se promove o resgate por meio da multiplicação das espécies crioulas. Com a valorização e troca de conhecimentos e pela valorização cultural dos guardiões, esse povo – que tanto sabe, aprende e compartilha – ainda enfrenta a predominância de sementes híbridas e transgênicas.

As feiras são momentos nos quais famílias guardiãs, movimentos sociais, organizações parceiras, muita agrobiodiversidade e um bocado de festa, cultura, sabores e sabedoria popular se somam na busca de uma sociedade onde o alimento orgânico seja uma realidade acessível, florido pela fartura e variedade das sementes crioulas, pela agroecologia e com relações baseadas em confiança, justiça e dignidade.

Aqui fica um especial agradecimento a todas as pessoas e famílias que, em seus territórios, fazem da conservação das sementes crioulas e da agrobiodiversidade a sua bandeira de luta e de vida.

MAS POR QUE RESGATAR SEMENTES?

A base para manutenção da agricultura e produção de alimentos está nas sementes. Quanto maior diversidade genética ou agrobiodiversidade houver, mais ampla será a base produtiva, nutricional e de renda das famílias.

Ao produzir as próprias sementes, geram-se autonomia e uma agricultura de menores riscos, pois as sementes crioulas e varietais são menos susceptíveis às pragas e doenças, menos exigentes em fertilidade, podendo se adaptar mais facilmente às variações climáticas. Ou seja, produzir sementes ou adquirir sementes produzidas pelos povos do campo, das águas e das florestas gera autonomia local e soberania alimentar para a região.

ATUAÇÃO DA CATI JUNTO ÀS FEIRAS DE TROCAS DE SEMENTES

No Estado de São Paulo, o histórico de realização das feiras de trocas é relativamente recente. As feiras estaduais começaram a ocorrer a partir de 2010 (Tabela 1). Contudo já são tradicionais feiras regionais em algumas partes do Estado de São Paulo, como em Andradina, no

Vale do Paraíba, em especial no município de Cunha, e a tradicional Feira de Troca de Mudas das Comunidades Tradicionais Quilombolas na região do Vale do Ribeira.

Em 2022, as Regionais da CATI de Bragança Paulista e de Piracicaba se reuniram com demais parceiros e realizaram, de forma conjunta, o 1.º Encontro sobre Sementes Crioulas do Leste Paulista, evento este que reuniu dezenas de interessados na temática no município de Nazaré Paulista. Nesse encontro, foi retirado um diagnóstico, o qual foi compilado e encaminhado à equipe executora do – Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de São Paulo (Pleapo) – SAA. Ao final, foi realizado um momento de troca de sementes e mudas.

Outra iniciativa na qual a CATI está envolvida nesta temática é o trabalho de desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APL), na região sudoeste paulista, com trabalho de desenvolvimento da cadeia do milho crioulo e derivados.

Tabela 1 – Histórico das Feiras Estaduais de Trocas de Mudas e Sementes no Estado de São Paulo.

Ano	Local
2010	São Paulo
2011	Botucatu
2012	Cunha
2013	São José do Rio Preto
2014	Eldorado
2015	Pardinho
2016	Sorocaba
2017	Botucatu
2018	Andradina
2019	Jales
2022	São Luiz do Paraitinga

Desde 2015, a CATI vem atuando de forma mais ativa nas diversas feiras, apoiando, contatando produtores, se relacionando e auxiliando

na organização de algumas feiras pelo estado, destacando que, por diversas vezes, a instituição também esteve presente com equipe da CATI Sementes e Mudas e do Laboratório de Sementes e Mudas, inclusive realizando teste de transgenia nesses encontros.

QUAL O PAPEL E COMO SE FORMAM OS BANCOS DE SEMENTES CRIOULAS?

Como já foi descrito neste artigo, o acesso livre e gratuito às sementes e mudas pelas(os) agricultoras(es) urbanas(os), periurbanas(os) e rurais, bem como por povos e comunidades tradicionais, é fundamental para garantir o modo de vida, a agrobiodiversidade e a segurança alimentar, ou seja, a soberania alimentar de todos os povos e da sociedade brasileira.

Essa necessidade de uso próprio e reutilização das sementes e mudas nas safras seguintes remontam à reprodução sociocultural dos povos originários e tradicionais; e foi, e ainda é, a força motriz que resultou/ resulta na formação de bancos de sementes e mudas crioulas familiares e comunitárias (PACKER, 2022).

Para consolidar a criação de bancos de sementes, a família ou grupos de famílias de agricultores devem passar pelas seguintes etapas: formação e capacitação; resgate, multiplicação e armazenamento das variedades de sementes crioulas de interesse.

Na formação e capacitação são realizadas trocas de informações e conhecimentos sobre a história da agricultura tradicional e sobre as ameaças interpostas a estes sistemas agroalimentares tradicionais com a Revolução Verde, que culminam no despertar e no início do empoderamento das famílias de agricultores(as) sobre a importância da formação de bancos de sementes para garantir a autonomia e segurança das suas produções de alimentos e busca pela qualidade de vida no campo ou na cidade.

Além disso, são realizadas trocas de experiências e proporcionados ambientes e aprendizagem mútuos sobre todo processo de resgate, multiplicação e armazenamento das sementes crioulas. Para o resgate de variedades crioulas das culturas de interesse recomenda-se que a coleta das sementes seja realizada de forma bem distribuída ao longo de toda área de cultivo, e de plantas sadias, sendo um pouco de cada planta matriz, garantindo a diversidade genética.

Identificados os lotes das variedades coletadas – com os dados do local de plantio, data da coleta, variedade, origem e características da planta –, segue-se com o plantio das sementes nos campos de produção e multiplicação. Para algumas culturas, como é o caso do milho, é necessário tomar alguns cuidados para evitar o cruzamento entre as variedades, ou seja, plantar com 500 metros de distância uma lavoura da outra ou intercalar o plantio com 40 dias de diferença da lavoura do lado.

Após verificar as variedades mais adaptadas ao clima, solo e às interações bióticas existentes no local, é feita a seleção de plantas com características mais desejáveis. A quantidade de sementes coletadas para o banco de semente normalmente é definida pelo tamanho das áreas de plantio da safra seguinte e também para eventuais trocas com outras famílias e/ou comunidades. Nesta fase, também deve ser feito o registro de todas as informações sobre os lotes coletados.

Para a realização do armazenamento dos lotes coletados recomendam-se os seguintes cuidados (LONDRES, F. 2009):

- em locais com condições ideais de armazenamento (ambientes secos e frescos). Temperatura e umidade elevadas favorecem a multiplicação de carunchos, traças, mofo, que podem deteriorar as sementes;
- o ideal é que as sementes sejam secadas ao sol, até que fiquem entre 11 % e 13 % de umidade;
- embalagens de garrafas PET, vidro e latas são as mais recomendáveis. Importante que seja retirado o ar do recipiente e que o mesmo seja vedado com algum tipo de cera, para evitar a entrada de ar e de umidade;

- para aumentar a preservação das sementes, principalmente contra caruncho, podem-se armazenar junto pequenas quantidades de pó de rocha ou terra diatomácea (100 g), pimenta-do-reino (20 g) e folha seca moída de eucalipto (200 g) para cada 10 kg de sementes armazenadas.

Além das sementes, outra forma de garantir a multiplicação de algumas variedades crioulas é o armazenamento de estacas e tubérculos. Para os tubérculos recomenda-se que sejam armazenados em ambientes arejados, de pouca luminosidade, isolados do solo, em climas frescos e com pouca umidade. Estacas podem ser acondicionadas enterradas em solos bem drenados ou de pé, encostadas numa árvore e cobertas com folhas e palha, para não ficarem expostas ao sol.

Com as sementes, tubérculos e estacas também podem ser produzidas mudas em locais e com substratos apropriados, de acordo com as exigências climáticas, edáficas e nutricionais de cada espécie de planta tradicional.

Apesar das diversas recomendações e dos cuidados técnicos existentes nas etapas do resgate, multiplicação e armazenamento de sementes crioulas, o mais importante é sempre garantir a reprodução das sementes e mudas, que serão cultivadas pela família ou comunidade na safra seguinte. Destaca-se, mais uma vez, que essa é uma técnica milenar praticada pelos povos originários, e que muitos desses conhecimentos foram e ainda são aperfeiçoados pelos povos tradicionais e, mais recentemente, por técnicos e pesquisadores ligados aos trabalhos de extensão rural e de pesquisa de base agroecológica.

BIBLIOGRAFIA

PACKER, L. A. Biodiversidade como bem comum – Direitos dos Agricultores, Agricultoras, Povos e Comunidades Tradicionais.
Disponível em:
<https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Biodiversidade-como-bem-comum-min.pdf>. Acesso em 31/10/2022.

LONDRES, F. Semente Crioula: cuidar, multiplicar e partilhar. AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia. Disponível em: Semente-crioula-cuidar-multiplicar-e-partilhar.pdf (aspta.org.br). Acesso em janeiro de 2009.



7

CAPÍTULO

COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA (CSA)

Wagner Santos¹

INTRODUÇÃO

A realidade na qual a sociedade contemporânea vem se desenvolvendo, principalmente com o advento do modelo capitalista e a Revolução Industrial, aponta para que os nossos pensamentos, sentimentos e ações sejam permeados por uma ideia mercantilista de que tudo tem seu preço. Esse preço é o que determina o valor das coisas. “Quanto mais caro, melhor”; “pegue e pague”; “ter em vez de ser”; “você vale o que ganha”; “quero o bom, o bonito e o barato” são expressões comuns que expressam essa ideia – chamada **cultura do preço** – e está presente fortemente nas relações comerciais de uma forma geral.

A sigla CSA – *Community Supported Agriculture* – se refere a um movimento social mundial, termo que foi traduzido no Brasil como Comunidade que Sustenta a Agricultura. Cada projeto – ou iniciativa – é chamado de forma popular de uma ‘CSA’. No Brasil, este movimento social foi inclusive declarado pela Fundação Banco do Brasil, em 2015, como uma tecnologia social e faz parte do banco de tecnologias sociais mantido pela Fundação.

Uma iniciativa de CSA tem o propósito de resgatar uma cultura de afeição, de consideração. Propõe criar uma **cultura do “apreço”** e sair

¹ CSA Bauru / CSA Demétria - CSA Brasil.

da cultura do preço. Esse processo é algo que precisa ser construído em coletivo. Mas, afinal, como é que uma CSA nos permite desenvolver a cultura do apreço?

Para responder essa pergunta vamos tentar formar uma imagem de como funciona uma CSA: nós consumidores precisamos nos alimentar e, por isso, necessitamos de agricultores que cultivam comida de verdade. Os agricultores plantam e, por sua vez, necessitam que os alimentos cultivados e colhidos sejam de fato consumidos. Para unir esses dois atores, agricultores e consumidores, é criada, portanto, uma ponte que os liga. Essa ponte se dá por meio de um modelo de economia solidária associativa e solidária, de apoio mútuo, na abundância e na escassez, que vincula de forma direta quem cultiva e quem se alimenta. Assim, um grupo de pessoas da sociedade civil que vive em determinada localidade se liga a um organismo agrícola (uma unidade agrícola que pode ser um sítio, uma chácara, um espaço de agricultura urbana ou uma propriedade rural) que esteja geograficamente próximo, no qual serão cultivados alimentos para esse grupo. O grupo passa a financiar as necessidades do organismo agrícola e recebe periodicamente, geralmente toda semana, os alimentos vindos dele.

Os agricultores sabem para quem estão cultivando e quanto vão receber e os membros consumidores sabem de onde vêm os alimentos que vão para sua mesa. O custo total do cultivo é dividido entre os participantes e, assim, uma mandioca, um rabanete, um pequi ou qualquer outro alimento não têm mais um preço determinado pelo mercado, pois não se paga por esses alimentos em si, se não pelo cultivo como um todo, durante um período pré-acordado, que costuma ser de um ano. O que existe é uma contrapartida financeira que é ofertada pelos membros, que torna possível todo o trabalho de cultivo por parte dos agricultores no organismo agrícola. E é importante frisar que custo total se baseia não apenas nos custos de cultivo de cada item, mas também num valor adicional que corresponde aos investimentos na propriedade agrícola e na qualidade ambiental da mesma e, principalmente, ao que comumente chamamos de “custos de vida” dos agricultores, ou seja, o valor para que cada agricultor tenha qualidade de vida em igualdade de condições com os membros do grupo.

As CSA operam com uma “economia viva”, propondo uma nova forma de convivência social, sob os cuidados de uma relação justa entre as partes, mais fraterna e com mais APREÇO, em uma economia baseada nas necessidades reais e verdadeiras das pessoas envolvidas nesta nova forma de relacionamento.

O QUE É A CSA?

A ideia básica é criar uma economia agrícola voltada ao cultivo e consumo de alimentos numa determinada região ou localidade por meio da associação entre agricultores e consumidores que se ligam por interesses mútuos, formando uma CSA. Portanto, uma CSA é um impulso social que aproxima campo e cidade por intermédio da economia solidária e associativa e visa aproximar agricultores e consumidores, de maneira que possa ser constituída uma parceria direta entre eles. Os consumidores se comprometem a financiar de forma antecipada, usualmente com contribuições mensais, o orçamento anual (ou outro período sazonal) para o cultivo de alimentos, previamente em acordo com os agricultores, para o período estabelecido. Os agricultores, por sua vez, se comprometem a entregar, de forma contínua (geralmente semanalmente), aos consumidores os alimentos cultivados no organismo agrícola que está sendo financiado.

Nesse compromisso, consumidores e agricultores partilham as responsabilidades, os riscos e benefícios da agricultura, seja na abundância ou na escassez. Assim, é realizada a divisão entre todos de tudo aquilo que é colhido. Eventuais perdas de alimentos no campo causados por intempéries (geadas, secas, excesso de chuvas), ataques de insetos ou micro-organismos patogênicos são também ocasionalidades partilhadas entre todos os envolvidos na CSA. Além disso, são divididas as responsabilidades que se referem às necessidades na gestão administrativa do organismo agrícola e da logística de distribuição e retirada dos alimentos.

Na Figura 1 abaixo, apresentamos uma ideia do conceito da CSA no qual consumidores e agricultores estão juntos, somando forças, com suas respectivas capacidades e necessidades para formar um todo, uma Comunidade que Sustenta a Agricultura. Cada qual, com seus papéis e responsabilidades, é corresponsável por sustentar a possibilidade de a agricultura continuar a ocorrer em uma localidade.



Figura 1 – Conceito da CSA
Acervo: CSA Brasil

CSA NO CONTEXTO DOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

É notório, pelo exposto anteriormente, que a CSA se enquadra no conceito de circuitos curtos de comercialização no que tange à proximidade entre quem cultiva e quem necessita se alimentar. Só que no conceito de circuitos curtos de comercialização, como o próprio nome diz, temos presente a relação de cliente e fornecedor, do comércio propriamente dito. Essa relação, quando trazida para o contexto que envolve a agricultura familiar ou de menor escala, torna as relações desafiadoras para aqueles que estão no lado do fornecimento de alimentos – os agricultores – justamente por não haver, entre outras coisas, compromissos na hora da comercialização.

Os agricultores convivem com uma atividade sujeita às intempéries da natureza e ao constante risco de desequilíbrios ecológicos, principalmente com a vasta quantidade de agrotóxicos e adubos químicos

que estão sendo aplicados no solo e na água pelo nosso país afora. Esse tipo de manejo pode atingir os organismos agrícolas, ocasionando o aumento do ataque de insetos, micro-organismos patogênicos em geral e a resistência de ervas espontâneas não desejadas nos cultivos. Esses fenômenos trazem impactos significativos nas plantas cultivadas na agricultura e afetam diretamente a parte econômica do organismo agrícola. Quando os agricultores repassam os eventuais prejuízos para os custos dos alimentos que cultivam, os consumidores imediatamente tendem a buscar alternativas de mercado. Então, na maioria das vezes, os agricultores acabam não repassando os prejuízos que possam ter, para evitar a queda nas vendas pelos consumidores que frequentam os circuitos curtos de comercialização.

Outro ponto importante de salientar é que, cada vez mais, os circuitos curtos de comercialização, devido à economia globalizada, têm perdido espaço para atravessadores, atacadistas e o varejo estruturado de uma forma geral, levando os agricultores a perderem canais importantes de escoamento daquilo que colhem em seus respectivos organismos agrícolas. Eles se veem forçados a vender seus cultivares para os agentes promotores desses espaços estruturados de comercialização. E nessa relação comercial, dificilmente sobra margem para uma remuneração justa frente ao trabalho do cultivo realizado pelos agricultores.

E, por fim, até mesmo quando os espaços de comercialização ainda existem, os agricultores enfrentam o descompromisso por parte da maioria dos consumidores, pois eles comumente não estabelecem vínculos reais com os agricultores. Ora compram; ora não compram. Em períodos de férias ou feriados prolongados, costumam não comparecer nos pontos de comercialização. E os agricultores ficam sem remuneração para manter suas necessidades financeiras e do organismo agrícola.

Este é o contexto cruel que contribui com o êxodo rural contínuo que acontece desde a época do início do crescimento dos centros urbanos em nossa sociedade.

Uma CSA busca curar esta verdadeira ferida que está aberta no circuito curto de comercialização, ao tornar propício o despertar do consumidor

para que se torne parceiro dos agricultores. Um agente realmente participante de todo o processo que existe para que o alimento saia dos campos de cultivo até chegar à sua mesa. Por isso que a CSA pode ser referenciada como um circuito curto, sim, mas não de comercialização. Um circuito curto de relações de proximidade e apoio mútuo entre aqueles que cultivam e aqueles que se alimentam. Nesse sentido, pretendemos neste tópico contextualizar as CSAs dentro dos circuitos curtos de comercialização, e aproveitamos para esclarecer que, numa CSA, aquele que é consumidor é chamado de coagricultor, pois ele passa a ser um colaborador do organismo agrícola, que trabalha lado a lado com o agricultor e passa a ter um papel de protagonista no processo de cultivo de seus próprios alimentos, assumindo um papel ativo de se tornar corresponsável e deixa de ser apenas um consumidor, como cliente ou freguês. Posto isso, vamos passar a usar o termo **coagricultor** ao invés de consumidor (Figura 2).



Figura 2 – O coagricultor na CSA
Acervo: CSA Brasil

HISTÓRICO DA CSA

A pedra fundamental da CSA na Europa surgiu, na década de 1920, com as conferências realizadas pelo filósofo Rudolf Steiner (1861 – 1925) a respeito de dois assuntos: a Agricultura Biodinâmica e a Economia Viva ou Associativa. Nessa época, o nome Comunidade que Sustenta a Agricultura não existia, mas a ideia do associativismo que sustenta

uma organização social estava presente nos ensinamentos do citado filósofo. Inspiradas por estas ideias de Steiner, na década de 1970, diversas iniciativas começam a surgir na Europa com o mesmo impulso do que hoje chamamos de uma CSA, mas ainda sem ter oficialmente o tal nome. Exemplos disso são a fazenda *Buschberghof*, na Alemanha, e *Les Jardins de Cocagne* e *Tupinambour* na Suíça.

No Japão, nos anos da década de 1960, um grupo ligado à Universidade de Tóquio se ocupou com perguntas e preocupações com a agricultura em busca de novas formas de praticá-la. O grupo estudou vários teóricos como os filósofos Karl Marx (1818-1883), fundador do socialismo científico e do materialismo dialético, e Rudolf Steiner (1861-1925), fundador da ciência espiritual e da Antroposofia. Este grupo foi fundamental para a criação do Teikei, palavra no idioma japonês que significa “parceria”, com o mesmo impulso do que hoje chamamos de uma CSA, sem também ter oficialmente o nome de CSA.

Para além desses impulsos, surgidos quase que na mesma época, tanto na Europa quanto no Japão, abaixo relatamos alguns marcos importantes para o movimento:

1978 – fundação da Associação de Agricultura Orgânica do Japão, que postulou os 10 princípios do movimento Teikei;

1986 – fundadas as duas primeiras CSAs na costa leste dos EUA. Nesse momento foi criado oficialmente o nome CSA – *Community Supported Agriculture*. Após isso, dezenas de CSAs começaram a surgir na América do Norte e na Europa e a sigla CSA foi difundida da forma como a conhecemos hoje;

1990 – durante essa década, o movimento CSA encontra com o Teikei no Japão e se desenvolve por toda a Europa, após dezenas de CSAs terem sido fundadas nos EUA;

2006 – fundada a Urgenci, rede internacional de CSA;

2011 – no Brasil, surge a CSA Demétria, no bairro agrícola de mesmo nome, fundada em 8 de maio de 2011, em Botucatu (SP), a partir do impulso de Hermann Pohlmann e do agricultor Marcelo Veríssimo da Costa;

2013 – fundada a associação comunitária CSA Brasil, criada com dois objetivos principais, **fomentar a criação de novas unidades de CSA e promover o desenvolvimento da rede nacional de CSA (Figura 3);**



Figura 3 – Logotipo da CSA Brasil
Acervo: CSA Brasil

2014 – a CSA Brasil realiza os primeiros cursos de formação para interessados em criar uma CSA. A partir desse curso, a ideia se propagou pelo Brasil.

2022 – atualmente, são mais de 200 CSAs em operação no país, com mais de 250 pontos de partilha de alimentos em todas as regiões e quase todos os estados da Federação.

CSA: UMA OBRA DE ARTE SOCIAL

Como relatado no histórico, a primeira CSA do Brasil surgiu, em 2011, no bairro agrícola Demétria, em Botucatu (SP) – a CSA Demétria. Esse impulso chegou ao Brasil por meio da inspiração do artista plástico alemão Joseph Beuys (1921 - 1986) (FARKAS, 2010). Segundo Beuys, todo ser humano é, em potencial, um artista que molda o ambiente e a sociedade na qual convive. E o ato de moldar e dar forma a este ambiente é o que Beuys chama de Escultura Social ou Plástica Social. Metamorfoseando as formas de arte tradicionais conhecidas (arquitetura, escultura, pintura, teatro, cinema, música, dança etc.),

nas quais o **artista** e o **material** têm uma relação hierárquica de subordinação, na Obra de Arte Social o processo de criação acontece na interação entre as pessoas. Cada qual é um artista e, ao mesmo tempo, é o material. Molda e é moldado; transforma e é transformado.

Sob essa inspiração, outro artista plástico alemão, Hermann Pohlmann, discípulo de Beuys e um dos precursores do impulso da CSA no Brasil e cofundador da CSA Demétria, considera que a criação de uma CSA é um processo de construção de uma Obra de Arte Social, de uma Escultura Social. E por isso que, no Brasil, as CSAs são encaradas como Obras de Arte Social (Figura 4).



Figura 4 – Precursors da CSA no Brasil e cofundador da CSA Demétria
Acervo: CSA Brasil

Esta se tornou uma marca registrada das CSAs em nosso país – as CSAs do Brasil são obras de arte sociais que estão em constante construção, sendo moldadas (ou esculpidas) por cada um dos seus membros participantes.

PRINCÍPIOS DA CSA

O impulso do movimento da CSA no mundo todo é conduzido por princípios. Como em todo princípio, está contida em cada um deles a essência, ou seja, os fundamentos do que é uma CSA em qualquer lugar do mundo. A seguir, relatamos cada um deles com uma breve descrição.

AJUDA MÚTUA

É o princípio do servir às necessidades uns dos outros, fazendo uso, para isso, dos dons que cada qual tem e que são colocados em prol do outro.

Numa CSA, acontece o encontro das necessidades e capacidades de cada participante. Cada um, seja agricultor ou coagricultor, atua na CSA com aquilo que tem de dons e capacidades. E também com aquilo que traz de necessidades. Na junção das necessidades e capacidades, há a formação do chamado **NÓS**, nesse lugar onde deixa de existir o EU e VOCÊ e passamos a pensar que somos NÓS. Uma parceria de relação amigável. Essa parceria reside não na negociação em si, mas numa relação de ajudar uns aos outros com base na compreensão mútua de que campo e cidade têm potenciais e necessidades diversos e que se complementam (Figura 5).



Figura 5 – Formação do NÓS na CSA

Acervo: CSA Brasil

APREÇO

Migrar da cultura do preço para a cultura do apreço é deixar de enxergar o cultivo e consumo de alimentos como um comércio, mas sim um ato de colaboração mútua e coletiva que envolve cada ser, seja agricultor ou coagricultor, em torno do trabalho em um organismo agrícola.

É como que pensar com o coração no sentido de que não está mais no foco o preço de cada alimento; o foco é aquilo que é necessário haver

de cuidado com a terra para que o alimento esteja disponível. Com base nisso, não se paga por cada alimento, mas sim pela possibilidade de o alimento existir.

É o princípio que leva a um entendimento de que, participando de uma CSA, cada qual está realizando a sustentação da possibilidade de o organismo agrícola continuar existindo e cumprindo seu papel de ser um local de cultivo de alimentos; além disso, ser também um local que protege a fauna e flora, a terra e o ar e toda a biodiversidade do local. Assim, não está no centro da relação entre agricultor e coagricultor uma troca comercial ou de compra e venda baseada no preço de cada alimento que chega à mesa das pessoas, mas sim a sustentação das necessidades do organismo agrícola, para que assim haja a possibilidade de o alimento chegar até às pessoas (Figura 6).

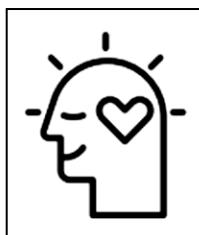


Figura 6 – O apreço
Acervo: CSA Brasil

DIVERSIFICAÇÃO DO CULTIVO

As possibilidades de cultivo de alimentos são diversas. Muitas vezes não há diversidade no campo, pois os agricultores ficam atentos ao mercado e ao preço do que está sendo praticado. Se desvincularmos a sustentação das necessidades das relações de compra e venda e de comércio e possibilitarmos que as necessidades sejam sustentadas com um apoio frequente e ininterrupto por parte dos coagricultores, os agricultores ficam livres, no melhor sentido da palavra, para explorar toda a potencialidade da terra que está sendo cultivada. Assim, a diversidade no campo acontece de forma natural. E a diversidade no campo colabora decisivamente para a diversidade em nossas relações

interpessoais, pois, ao se alimentar do que é plantado na diversidade, somos levados a ter pensamentos e ações diversos igualmente (Figura 7).

O agricultor pode explorar a possibilidade de inserir plantas alimentícias não convencionais (PANC) entre os cultivares. Esses são alimentos que resgatam a nossa soberania alimentar e estão mais adequados à nossa realidade de clima e às nossas necessidades nutricionais.



Figura 7 – A diversificação no processo produtivo de alimentos de uma CSA
Acervo: CSA Brasil

ACEITAÇÃO DOS ALIMENTOS DE ÉPOCA

Este princípio tem forte relação com o anterior, pois, para termos diversidade no campo, é necessário que os coagricultores estejam dispostos a compreender que os alimentos são sazonais; e aceitar o que é cultivado na nossa região e no nosso território é respeitar e entender que há o tempo de cada alimento ser cultivado e colhido; é compreender que a terra tem uma sabedoria de nos proporcionar o alimento certo para cada época e que este é adequado às nossas necessidades de vida para uma saúde plena.

Aceitar a diversidade é um exercício de entender o que vem semanalmente como um presente especial da terra.

Explorar novos cardápios, com sabores e saberes diversos, é um desdobramento desse princípio que embala as CSAs (Figura 8).



Figura 8 – A aceitação
Acervo: CSA Brasil

RELAÇÕES DE AMIZADE

O desenvolvimento contínuo desta parceria existente numa CSA proporciona o aprofundamento das relações de amizade entre agricultores e coagricultores. Com o fortalecimento da amizade, as relações de confiança se aprofundam e o tratamento entre todos passa ser cada vez mais de reciprocidade e colaboração fraterna (Figura 9).

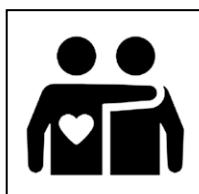


Figura 9 – A relação de amizade entre agricultores e coagricultores
Acervo: CSA Brasil

GESTÃO COMPARTILHADA

Na CSA, a gestão é compartilhada entre agricultores e coagricultores. Evidentemente que cada qual tem uma especificidade, um papel ou uma responsabilidade que mais têm a ver com aquilo que sabe fazer e com o que pode contribuir. Normalmente, existe um núcleo de gestão central (que comumente chamamos de **Grupo do Coração** da CSA) para lidar com demandas específicas de cada CSA (Figura 11). Esse grupo é composto pelo agricultor e por alguns coagricultores que desempenham atividades essenciais para o funcionamento de todo o coletivo.

O ideal é que a gestão seja rotacionada com o tempo, para que mais coagricultores possam estar envolvidos.



Figura 10 – O grupo do coração
Acervo: CSA Brasil

DISTRIBUIÇÃO INDEPENDENTE

O transporte dos alimentos do organismo agrícola para o ponto de retirada de alimentos pelos coagricultores deve ser feito de maneira independente, ou seja, sem depender de terceiros. Na maioria das vezes, os próprios agricultores realizam esse transporte.

No ponto de retirada, a organização e o cuidado com a partilha dos alimentos são geralmente realizados pelos próprios coagricultores que estão vinculados àquele local (Figura 11).



Figura 11 – O transporte dos alimentos
Acervo: CSA Brasil

MANUTENÇÃO DO TAMANHO APROPRIADO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA LOCAL

Uma CSA não tem pretensão de alimentar o mundo inteiro. O que se quer é sustentar uma comunidade de pessoas que trabalham em conjunto. E, para isso, deve-se ter em mente que o organismo agrícola e os agricultores irão cultivar alimentos de qualidade para uma quantidade limitada de coagricultores, conforme a capacidade de atendimento das necessidades da coletividade envolvida. Caso essa capacidade fique além das possibilidades de sustentação, o caminho a ser seguido é o de dividir para somar, ou seja, a ideia é que a CSA que atinja a sua plenitude, em termos de quantidade de pessoas envolvidas, apoie a criação de uma nova CSA na localidade, como fazem as abelhas, que quando sua população cresce, acabam criando novas colmeias (Figura 12).

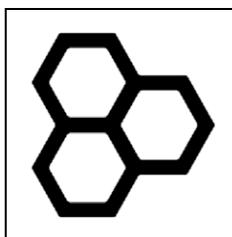


Figura 12 – Criação de nova CSA
Acervo: CSA Brasil

Uma CSA busca desenvolver o território na qual está inserida, ou seja, é importante que o organismo agrícola e os coagricultores estejam próximos, localizados em uma mesma região geográfica. Toda a sustentação de aporte financeiro que é estabelecida na relação comunitária proporciona que a economia local seja fortalecida e valorizada. Os recursos financeiros acabam ficando concentrados naquela região, fortalecendo e impulsionando toda a economia regional. Uma CSA presente numa região, indiretamente, contribui para o desenvolvimento local, sendo sustentável e comunitária.

APRENDIZAGEM MÚTUA

A reconexão do campo com a cidade por meio do conhecimento promovido pela aproximação entre agricultores e consumidores é o foco deste princípio. Quando são estabelecidas relações de proximidade entre o campo e cidade e os entes envolvidos estão conectados, agricultores e coagricultores passam a descobrir a riqueza de conhecimento que cada qual tem. A aprendizagem mútua entre as partes acontece de forma natural. Embora haja também fluxo de aprendizagem da cidade para o campo, a principal riqueza desse princípio está em restabelecer o caminho da aprendizagem no fluxo do campo para a cidade. Isso traz para os coagricultores uma riqueza de saberes que, ao longo dos últimos anos, tem sido perdida (Figura 13).



Figura 13 – O caminho da aprendizagem
Acervo: CSA Brasil

ESTABILIDADE

É caminhando que se faz o caminho! O princípio da estabilidade numa CSA vem nos trazer a ideia de que é importante que todos saibam

que no início de uma CSA nem todos os princípios anteriores poderão ser atingidos; isso é algo que se constrói no dia a dia. A busca da estabilidade é cotidiana numa CSA, para que a médio e longo prazos ela possa se fortalecer, continuar em funcionamento e se estabilizar, obtendo o equilíbrio de sustentação de suas operações (Figura 14).

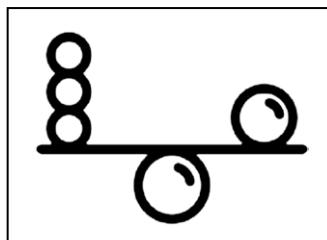


Figura 14 – A estabilidade

Acervo: CSA Brasil

PASSOS PARA CRIAÇÃO DA CSA

Estruturar uma CSA em uma localidade depende do impulso social de pessoas que queiram criá-la. Não há uma “receita de bolo” para isso, pois a construção é um ato coletivo da reunião de capacidades e necessidades de um grupo de pessoas que se reunirá com esse propósito. Vai depender, portanto, da interação entre todos os envolvidos – agricultores e coagricultores. Por isso que cada CSA é única; não há uma CSA igual à outra.

Estando claro o exposto anteriormente, apresentamos abaixo oito passos que, pela nossa experiência, apontam como importantes e necessários a serem seguidos para aqueles que desejam criar uma CSA.

Passo 1 – Busque informações sobre o que é uma CSA

Para se começar algo é necessário saber sobre o que se quer começar. A entidade CSA Brasil existe com o propósito de apoiar a criação de novas unidades de CSA e disponibiliza informações sobre o tema em seu *site* (www.csabrasil.org), Figura 15. Lá, é encontrado um mapa

que demonstra as iniciativas de CSA em funcionamento, com contatos dos responsáveis, bem como informações diversas sobre a CSA. A entidade promove periodicamente cursos nos quais é detalhado todo o processo para a criação de uma CSA. Esses cursos são divulgados sempre por meio do *site* da entidade; e um passo importante para qualquer postulante a querer começar uma CSA é participar do curso. Consideramos esse o melhor caminho para um primeiro passo.

No Brasil, atualmente, temos centenas de CSAs em funcionamento. E buscar conhecer o que é uma CSA junto a uma que já exista também pode ser um caminho para esse primeiro passo.

O importante desse passo inicial é buscar conhecimento mais aprofundado a respeito do tema:

- o que é uma CSA?
- quais são as bases filosóficas, os princípios e a missão de uma CSA?
- como se estrutura uma CSA?

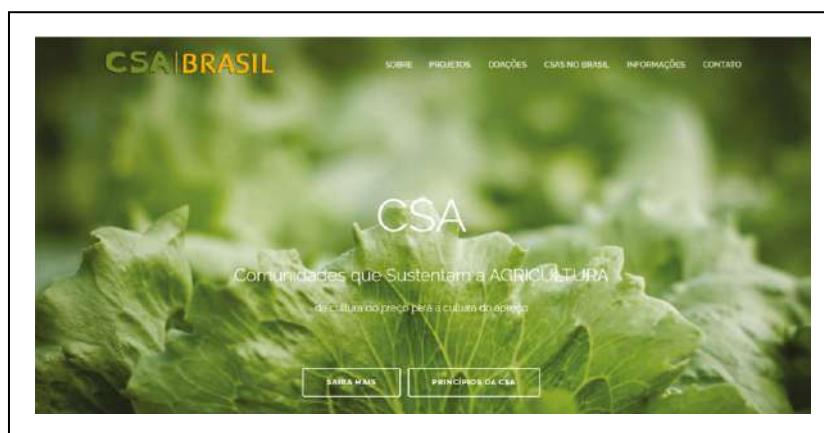


Figura 15 – Site da CSA Brasil

Fonte: captura de imagem da página inicial do *site*: www.csabrasil.org

Passo 2 – Estruture um evento (roda de conversa ou palestra) sobre a CSA

Organize um evento sobre a CSA convidando pessoas que você conheça. Como sugestão de subpassos, abaixo listamos:

- escolha um lugar agradável e adequado para o evento;
- converse sobre essa ideia com seus amigos e conhecidos, motivando-os a participarem;
- elabore e distribua convite, cartaz e/ou panfleto com o tema do evento, data, horário e local, a ser enviado para pessoas que você conhece e que possam querer fazer parte de uma CSA em sua região;
- amigos, vizinhos e parentes são possíveis convidados;
- coloque cartazes ou panfletos em organizações, igrejas, associações, cooperativas e outros grupos pertinentes;
- informe a imprensa local;
- divulgue nas suas redes sociais;
- possíveis pautas para este evento:
 - o que é uma CSA?
 - por que comer alimentos locais?
 - por que agricultores familiares precisam de apoio?

Importante

- Convide alguém que já faça parte de uma CSA para estar presente no evento (Figura 16). Se possível, traga um agricultor e pelo menos um coagricultor que já façam parte de uma CSA.
- Focar esforços nessa organização, de forma a criar algo que cause impacto nos participantes do evento.

É fundamental que os participantes sejam tocados, sensibilizados sobre a importância de se vincularem a uma CSA.



Figura 16 – Realização de evento sobre CSA

Acervo: CSA Brasil

Passo 3 – Realize o evento de divulgação

- com base na pauta sugerida, explore ao máximo a sensibilização das pessoas;
- dê espaço para o depoimento central das pessoas que já participam de uma CSA;
- após explanação da ideia da CSA e do depoimento de agricultores e coagricultores que já participam de uma CSA, abra a roda para considerações e dúvidas dos presentes;
- avalie o nível de comprometimento entre os participantes;
- registre os principais temas e sugestões obtidos na reunião;
- não se esqueça de passar uma lista de presença, anotando nome e contatos de todos os presentes, para que você realize contatos futuros;
- procure formar, ao final da reunião, um “Grupo de Gestão” entre os presentes, ou seja, um grupo escolhido por todos os presentes que vai se dedicar a buscar estruturar junto contigo a futura CSA

em sua localidade. Esse grupo vai gestar a nova CSA realizando um trabalho de mapeamento da realidade local para apresentar, numa futura assembleia, uma proposta estruturada de possibilidades e necessidades para o começo de uma CSA.

Importante

- Se você – que estiver conduzindo o processo de criação da CSA – é um agricultor, é importante que haja pelo menos um potencial coagricultor no grupo de gestação junto contigo. A mesma recomendação vale se você é um coagricultor, pois, nesse caso, é importante que haja pelo menos um agricultor;
- Frase de efeito para convidar os presentes na reunião a cantar ou dizer juntos: “sonho que se sonha só é só um sonho, mas sonho que se sonha junto é realidade!” (frase de Miguel de Cervantes, musicada por Raul Seixas na canção Prelúdio).

Passo 4 – Reúna o Grupo de Gestação para conversar sobre os primeiros pensamentos

- Marque uma conversa/reunião com as pessoas que optaram por fazer parte deste grupo.
- Organize um “toró de palpites” ou uma “tempestade de ideias” a respeito de duas questões centrais:
 - o que temos?
 - o que queremos?

Possíveis provocações para a reunião, com base nas questões centrais expostas anteriormente:

O QUE TEMOS? Pensar sobre possibilidades que existem disponíveis na região no que tange a:

POTENCIAIS AGRICULTORES

- Onde encontrá-los?
- Fazem qual tipo de cultivo?
- Utilizam quais canais de comercialização?
- Têm selo de orgânico?
- São cooperados?
- Têm terra própria ou arrendada?

POTENCIAIS COAGRICULTORES

- Onde encontrá-los?
- Priorizam a alimentação orgânica?
- Onde compram?
- Participam de alguma associação, sindicatos, grupos de compras?
- Há disponibilidade de trabalho voluntário?

POTENCIAIS LOCAIS DE ENTREGA DOS ALIMENTOS

- Avaliar possíveis locais de entrega.
- Avaliar possíveis logísticas de entrega.
- Avaliar possíveis dias e horários para entrega.

O QUE QUEREMOS?

- Que alimentos desejamos ter disponíveis em nossa CSA?
- Que tipo de cultivo queremos (orgânico, biodinâmico, natural, outros)?
- Que quantidades e variedades consideramos adequadas para cada entrega de alimentos?

- Qual periodicidade de entregas queremos?
 - Queremos selo de orgânico?
 - Queremos alimentos locais?
 - Queremos diversidade racial, étnica, econômica entre os futuros membros?
 - Estamos dispostos a partilhar os riscos da atividade agrícola?
 - Queremos sustentar plenamente o organismo agrícola ou vamos ter outros canais de comercialização?
- Registrar todos os pontos conversados.
 - Com base nesses registros, é possível obter um mapeamento dos principais valores do grupo.
 - Durante esta reunião, ou em uma próxima, proponham acordos com base nos valores mapeados anteriormente.
 - A partir desse mapeamento, é possível estruturar os próximos passos.

Passo 5 – Estruturar as primeiras definições

Com base no mapeamento realizado, o Grupo de Gestão vai se reunir quantas vezes forem necessárias para estruturar as primeiras definições para a futura CSA.

Essas definições passam por:

- quais serão os agricultores envolvidos?
- quais as possibilidades de alimentos que serão entregues periodicamente – variedade e quantidade?
- quais os locais de entregas?
- quais as datas das entregas?
- quais acordos e contratos serão firmados?

- qual a política de adesão?
- definir limite de participantes (mínimo e máximo para começar);
- quais os papéis e responsabilidades dos coagricultores e agricultores?
- definir a forma de cálculo do valor da cota de sustentação;
- definir o orçamento de sustentação;
- definir outros custos envolvidos – frete, contribuições para trabalho não voluntário, entre outros;
- definir a contribuição associativa junto à CSA Brasil;
- haverá outras fontes de receitas envolvidas?
- ciclos de revisão do orçamento de sustentação;
- quais serão as formas de pagamento?
- meios de comunicação;
- Dias do Campo / festas – momentos de visitação ao organismo agrícola, com atividades de integração e festivas;
- mutirões;
- definir grupos de trabalho – “Grupo do Coração da CSA” (veremos mais detalhes sobre este grupo no tópico Estrutura Organizacional da CSA).

Após essas definições, o Grupo de Gestação prepara uma proposta a ser apresentada na assembleia geral.

Passo 6 – Assembleia de apresentação da proposta inicial

- é importante divulgar este evento, seguindo os mesmos passos de divulgação do evento inicial;
- para esta reunião, procure reunir o grupo inicial, participante da primeira, e também chame mais pessoas para participar;

- recapitule a ideia da primeira reunião, aquecendo novamente o coração dos presentes e posicionando aqueles que estão tendo contato com a ideia pela primeira vez;
- apresente os agricultores envolvidos;
- apresente de forma estruturada a proposta pensada pelo Grupo de Gestação;
- esclareça as dúvidas dos presentes, sempre usando para isso a recapitulação dos princípios de uma CSA;
- caso haja necessidade de ajustes estruturais que impeçam avançar ao próximo passo, encerre a reunião com o compromisso de reunir novamente o Grupo de Gestação para providenciar os eventuais ajustes. Retorne ao passo 5 para isso;
- caso a proposta seja acolhida pela assembleia, siga para o passo seguinte.

Passo 7 – Colher as adesões para o início da CSA

- O Grupo de Gestação é nomeado como Grupo do Coração da nova CSA e registra as adesões das famílias de coagricultores para o primeiro ciclo de compromisso (Figura 17).
- Os coagricultores assumem um compromisso conforme os acordos firmados anteriormente na proposta inicial (exemplo: pagar adiantado para receber os primeiros alimentos).
- A data da primeira entrega de alimentos é definida.
- A data do primeiro Dia do Campo é definida.
- Faz-se uma celebração no primeiro Dia do Campo para marcar o início das atividades da CSA.



Figura 17 – Criação do Grupo do Coração
Acervo: CSA Brasil

Passo 8 – Registro da CSA local junto à CSA Brasil

- O Grupo do Coração faz o registro da nova CSA junto à CSA Brasil e estabelece o vínculo vivo com a entidade, repassando a esta o apoio financeiro periódico dos coagricultores para o fomento de novas CSAs.
- Este registro junto à CSA Brasil é um ato muito importante, tanto para a CSA nova quanto para a CSA Brasil. Para a CSA nova é uma forma de estar oficialmente registrada e sendo contabilizada como uma CSA em nosso país. E passa a ser visível no mapa das CSAs do país, proporcionando contato de pessoas da região onde ela está que estejam interessadas em fazer parte. Para a CSA Brasil é uma forma de receber sustento para poder continuar semeando a ideia e os princípios da CSA pelo país. O trabalho da CSA Brasil é financiado por cada participante de uma CSA no país e o intuito da entidade é que a sustentação se dê desta forma, ou seja, comunitariamente, sem que haja necessidade de buscar recursos em outras fontes quaisquer. A doação vinda dos participantes de cada CSA do Brasil é um ato de fraternidade que impulsiona novas CSAs. É uma contribuição feita para que outras CSAs possam surgir. Um ato de apreço para com o próximo que deseja iniciar uma CSA.
- Não por acaso, o passo 8 tem esse número que também é símbolo do infinito, pois o que se busca é que essa nova Comunidade que

Sustenta a Agricultura caminhe à luz dos princípios e se consolide dia após dia em busca da estabilidade.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE UMA CSA

A estrutura organizacional de uma CSA é simples, baseada num tripé composto por:

AGRICULTORES
COAGRICULTORES
GRUPO DO CORAÇÃO

AGRICULTORES: é o elo forte de toda a comunidade. Está no centro do organismo agrícola. A partir do trabalho dele e das funções desempenhadas por ele, toda a CSA é “irrigada”, pois é pelo trabalho dele que o alimento chega a todos. A função de um agricultor é clara numa CSA, pois é ele o especialista no que tange ao trabalho de cultivar a terra, de planejar o plantio, das colheitas, variedades e de tudo o que envolve a organização interna do organismo agrícola.

COAGRICULTORES: são a grande maioria dentro de uma CSA, pois são os financiadores que contribuem com seu aporte financeiro para a sustentação econômica da CSA.

GRUPO DO CORAÇÃO: como o próprio nome diz, ele é o coração da CSA (Figura 18). Por ser o órgão de equilíbrio da CSA, ele é composto por pelo menos um agricultor e por alguns coagricultores que desempenham atividades essenciais para a operação do dia a dia de todo o coletivo. O coração é aquele que faz pulsar os princípios da CSA por todo o coletivo com ritmo contínuo.

Na imagem a seguir, é possível visualizar as principais responsabilidades dos membros do Grupo do Coração de uma CSA:



Figura 18 – O Grupo do Coração da CSA

Acervo: CSA Brasil

Como observado na figura anterior, a operação do coletivo é estruturada com os seguintes papéis e responsabilidades dentro do Grupo do Coração.

AGRICULTOR: o foco do agricultor dentro do grupo do coração é trazer para este o dia a dia do organismo agrícola, para que isso seja levado periodicamente até todos os coagricultores da CSA (Figura 19).



Figura 19 – O agricultor e o organismo agrícola

Acervo: CSA Brasil

COMUNICAÇÃO INTERNA: responsável por cuidar do fluxo de informações por toda a CSA, fazendo com que o que é importante seja comunicado e chegue a todo o coletivo (Figura 20).



Figura 20 – A comunicação interna na CSA
Acervo: CSA Brasil

COMUNICAÇÃO EXTERNA: responsável por cuidar da comunicação da CSA com a sociedade em geral. Divulga a ideia e os princípios da CSA para novos interessados em ingressar na comunidade; atende a imprensa e questões que vêm de fora da CSA para dentro do coletivo (Figura 21).



Figura 21 – A comunicação externa na CSA
Acervo: CSA Brasil

FINANÇAS: responsável pelo apoio financeiro no que tange ao registro das despesas e receitas do organismo agrícola, sendo que, para isso, trabalha diretamente ligado ao agricultor. Também realiza serviço de tesouraria no coletivo, cuidando para que todos os pagamentos das contribuições aconteçam em datas e prazos estabelecidos nos acordos firmados durante a adesão à CSA; realiza os repasses financeiros para os agricultores a partir daquilo que é arrecadado (Figura 23).

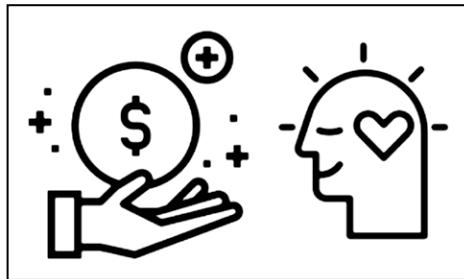


Figura 22 – O financeiro

Acervo: CSA Brasil

ORGANIZADOR LOCAL DE ENTREGA: responsável pelo lugar de entrega semanal da partilha de alimentos da CSA, comumente chamado de depósito, ponto de convivência ou ponto de partilha. É muito importante essa função, pois envolve o local onde acontece a comunhão semanal da CSA, entre campo e cidade, bem como a partilha. A organização do local, antes, durante e após a entrega é de responsabilidade dessa pessoa ou desse grupo (Figura 23).



Figura 23 – Local de entrega e partilha de alimento da CSA

Acervo: CSA Brasil

Importante

- Comunicação interna, externa, finanças e organizar entregas numa CSA devem ser desempenhados por coagricultores, deixando que o agricultor fique focado no trabalho do campo. Nada impede

que também possam ser desempenhados pelos agricultores. Porém a experiência aponta para que sejam desempenhados pelos coagricultores, como forma de envolvimento mais pleno nas necessidades do coletivo.

- É importante que, mediante estas responsabilidades, sejam feitos rodízios regularmente entre os coagricultores, para que não se sintam “donos” das funções ou sejam sobrecarregados.

PAINEL SOBRE A PRESENÇA DAS CSAS NA GRANDE SÃO PAULO, NO BRASIL E NO MUNDO

As informações citadas neste tópico são dinâmicas, pois estão atreladas ao movimento das CSAs no Brasil. Dessa forma, recomenda-se a consulta atualizada destas informações no mapa de CSAs do Brasil presente no *site* da CSA Brasil (www.csabrasil.org).

Quando se fala na cidade de São Paulo, é pertinente informar o seguinte: quando a primeira iniciativa de CSA foi criada no Brasil, em 2011, o primeiro ponto de partilha de alimentos foi estabelecido junto ao organismo agrícola da primeira CSA, no bairro agrícola Demétria, em Botucatu (SP). Meses depois, foi criado um segundo ponto de partilha, vinculado a esta primeira CSA, na cidade de São Paulo, no bairro da Granja Julieta. Este foi o primeiro ponto de partilha da Grande São Paulo e funciona até hoje na garagem de um coagricultor da CSA e morador no bairro.

Há um grupo de coagricultores articulando ações na Grande São Paulo com vistas em ampliar o número de CSAs na região. Para você entrar em contato com eles, basta enviar *e-mail* (csaparatodxs@gmail.com).

NO MUNDO: as informações citadas neste tópico são dinâmicas, pois estão atreladas ao movimento das CSA no mundo. Desta forma, recomenda-se a consulta atualizada destas informações no *site* da UGenci – rede internacional de CSAs: www.ugenci.net.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Todo ser humano tem o potencial de moldar, criar e formar sua vida.”

Joseph Beuys

O ateliê é o lugar em que vivemos, nosso chão, nosso território (Figura 24).

O artista é você, a ideia está em você e a matéria-prima também é você! Cada um de nós é artista e matéria-prima ao mesmo tempo. Na união de nossas mãos, da nossa arte em conjunto surge o coletivo – a comunidade. O ideal é que, numa CSA, cada um se sinta como um artista no ateliê da vida, criando e colaborando em conjunto com outros artistas. Se una a outros artistas da sua região, do seu território e trabalhe em conjunto. Molde algo novo na sociedade, uma nova obra de arte social chamada CSA!

Fica o convite: vamos cocriar? Bom trabalho e mãos à obra!



Figura 24 – O ateliê
Acervo: CSA Brasil

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BEUYS, J. **A Revolução Somos Nós**. São Paulo, 2010. Alaúde Editorial Ltda.

STEINER, Rudolf. **Economia Viva: o mundo como organismo econômico único: catorze conferências proferidas em Dornach (Suiça), de 24 de julho a 6 de agosto de 1922**, tradução de Heinz Wilda. Editora Antroposófica, 5.a edição, 1979.

STEINER, Rudolf. **Fundamentos da Agricultura Biodinâmica: vida nova para a terra: oito conferências e quatro séries de respostas a perguntas dos ouvintes e uma alocução proferidos de 7 a 16 de junho de 1921 em Breslau (Alemanha)**, tradução de Gerard Bannwart. Editora Antroposófica, 3.ª edição, 2010.



8

POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO

Hemerson Fernandes Calgaro¹

As políticas públicas relacionam-se às questões políticas e governamentais que permeiam a relação entre Estado e a sociedade; são, ainda, relacionadas a ações que se utilizam das áreas da economia, da administração, do direito e das ciências sociais para chegar a quem realmente precisa.

As políticas públicas traduzem a real necessidade da sociedade e, desta forma, o Estado atua em sanar e mitigar os problemas, ao mesmo tempo em que proporciona condições para a melhoria das condições de vida, geração de emprego e renda, entre outros benefícios, conforme o escopo da política pública implementada.

A participação da sociedade civil na formulação e identificação de como a política pública será executada é de fundamental importância e essa participação é conseguida por meio dos conselhos municipais e regionais, das audiências públicas e de outras formas de participação oferecidas pelo Estado ou açãoadas pelas organizações civis.

As compras governamentais são também conhecidas como mercados institucionais e representam um importante rol de políticas públicas e uma gama de mecanismos de geração negócios para a agricultura familiar, já que grande parte das modalidades conhecidas de compras

¹ Extensionista – CATI Regional Santos.

governamentais se referem a gêneros alimentícios, podendo ser na condição *in natura* ou de minimamente processados.

O documento exigido para que o beneficiário esteja habilitado a participar das compras governamentais, em especial no Programa Nacional de Alimentação Escolar e no Programa de Aquisição de Alimentos, é a DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Trata-se de um documento que enquadra o beneficiário no âmbito da agricultura familiar (Lei Federal n.º 11.326, de 24 de julho de 2006 – Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais), podendo ser homens e mulheres agricultores, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais que tenham produção própria. Como organizações rurais participantes, há cooperativas, associações, outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado que estejam de posse da DAP jurídica, que nada mais é do que a DAP da organização da qual o beneficiário faz parte.

Em atendimento ao decreto n.º 9.064/2017, que regulamenta a lei n.º 11.326/2006, foi publicada, em novembro de 2021, a Portaria SAF/MAPA n.º 242, que estabelece condições e procedimentos para a inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Este cadastro veio em substituição à já conhecida DAP, trazendo atualizações não somente no sistema eletrônico de emissão, mas também segurança e critérios de enquadramento como agricultor familiar, condições de acesso às políticas públicas para a agricultura familiar e instrumento de verificação da atividade para aposentadoria rural.

O CAF identifica e qualifica as Unidades Familiares de Produção Agrária, do Empreendimento Familiar Rural e suas formas associativas de organização da agricultura familiar. A emissão do CAF teve seu início oficial no mês de novembro de 2022, em substituição definitiva à DAP; desta forma, à medida que as DAPs forem vencendo, o enquadramento ao Pronaf será por meio do CAF.

Da mesma forma que a DAP, o CAF é um documento emitido por órgãos autorizados pelo Governo Federal; por exemplo, as instituições estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), sindicatos rurais e prefeituras municipais. Os documentos necessários para tal emissão são os documentos pessoais do(a) beneficiário(a), como RG e CPF; se casado, apresentar os do cônjuge e a certidão de casamento, documentos pertinentes à condição de posse e uso da terra, comprovantes de receita oriunda da atividade rural e outras informações sobre a dinâmica produtiva do imóvel rural, além, fundamentalmente, de o técnico emissor conhecer ou não o agricultor e o local, bem como sendo pertinente a visita no referido imóvel rural. Esta documentação deve ser suficiente para comprovar a legitimidade e o enquadramento no âmbito do Pronaf (Lei n.º 11.326/2006).

No âmbito do Estado de São Paulo, há o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), que tem por objetivo estimular a produção agrícola e garantir parte da comercialização oriunda da agricultura familiar, ou seja, o Estado de São Paulo se torna comprador, por meio de órgãos estaduais, como, por exemplo, presídios.

Neste programa também há uma declaração que deve ser emitida para que o beneficiário possa participar, chamada Declaração de Conformidade ao PPAIS (DCONP). Com relação aos documentos para a efetiva emissão da DCONP, são praticamente os mesmos para a emissão da DAP, inclusive a própria DAP. Os órgãos que emitem a DCONP são a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp).

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

O programa brasileiro se destaca em nível mundial como um dos maiores programas de atendimento à alimentação escolar e de garantia de direito humano à alimentação adequada e saudável.

A aquisição dos alimentos é realizada pelas secretarias estaduais e municipais de Educação e Escolas Federais. Por outro lado, os fornecedores (agricultores) podem estar organizados em grupos formais (associações e cooperativas de agricultores familiares devidamente formalizadas e possuidoras de DAP jurídica), grupos informais (grupos de agricultores familiares detentores de DAP, que se articulam para apresentar o projeto de venda) e fornecedores individuais (agricultores familiares detentores de DAP).

Com relação ao limite de venda, os fornecedores individuais e grupos informais podem vender até R\$ 20.000,00/DAP/ano/entidade executora. Quanto aos grupos formais, o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização (R\$ 20.000,00).

Os agricultores e as organizações que os representam devem se atentar quanto à publicação das Chamadas Públicas, as quais contêm todo o regramento, bem como os produtos – quantidades e variedades – a serem adquiridos e, nesta fase, entre outras, os agricultores apresentarão o projeto de venda. Este documento formaliza o interesse de venda dos agricultores para a alimentação escolar.

Os projetos de venda apresentados serão ranqueados em função de critérios como se seguem.

Grupo 1 – Projetos locais – os projetos apresentados neste grupo terão prioridade, observando-se a seguinte seleção:

- a) assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, não havendo prioridade entre estes;
- b) fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei n.º 10.831, de 23 de dezembro de 2003;
- c) grupos formais (organizações produtivas detentoras de DAP jurídica) sobre os grupos informais (agricultores familiares detentores de DAP física organizados em grupos) e estes sobre os fornecedores individuais.

Os Grupos 2, 3 e 4 só serão contemplados quando as entidades executoras não obtiverem as quantidades necessárias de produtos oriundos de agricultores familiares locais.

Grupo 2 – Projetos do território rural

Grupo 3 – Projetos do Estado

Grupo 4 – Protejo do País

Os produtos de origem animal, incluindo ovos e mel, requerem avaliação do Serviço de Inspeção Sanitária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento quando em nível federal; o Serviço de Inspeção de São Paulo (SISP), quando no âmbito paulista ou órgão análogo de outro estado; e, por fim, quando tais produtos forem produzidos no próprio município que o está adquirindo, aceita-se o Serviço de Inspeção Municipal (SIM), quando existente e implementado pela prefeitura local.

Como se trata de uma venda, o agricultor precisa ter nota fiscal como forma a dar saída a seus produtos e comprovar as entregas para efetivar o recebimento.

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – ALIMENTA BRASIL – PAA CESTA VERDE

O PAA foi criado pelo art. 19, da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, com finalidades básicas de promover ao acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. A operacionalização se dá pela compra de alimentos oriundos da agricultura familiar, com dispensa de licitação e os destinam às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. Recentemente, o governo paulista acessou recursos do Ministério da Cidadania para executar o referido programa na modalidade Compra com Doação Simultânea e acrescentou a expressão “Cesta Verde” em sua denominação, que foi operacionalizado pela CATI. O PAA apresenta as seguintes modalidades de execução.

COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA (CDS)

Nesta modalidade, a finalidade é comprar alimentos e repassar às unidades recebedoras que atendam pessoas em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar e nutricional. O PAA, nesta modalidade, abrange todas as regiões do Brasil e o limite anual máximo de venda por unidade familiar é de R\$ 6.500,00.

A execução desta modalidade de PAA pode ser via Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ou estados e municípios. Via Conab, a venda ocorre por meio das associações e cooperativas de agricultores; quando por estados e municípios, a compra acontece diretamente da unidade familiar produtora.

COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR (CDAF)

A CDAF oferece a garantia com base nos preços de referência, a compra de produtos da agricultura familiar para distribuição ou formação de estoque. É executada em todo território nacional e o limite anual máximo de venda por unidade familiar é de R\$ 8.000,00.

APOIO À FORMAÇÃO DE ESTOQUE PELA AGRICULTURA FAMILIAR – CPR ESTOQUE

Tem como objetivo viabilizar apoio financeiro para formação de estoque de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução dos recursos ao Poder Público. Esta modalidade vale para todo o território nacional, com limite anual máximo de venda por unidade familiar de R\$ 8.000,00.

AQUISIÇÃO DE SEMENTES

Tem como objetivo a aquisição de sementes de organizações fornecedoras para doação. Executada em todo território nacional, com limite anual máximo de venda por unidade familiar de R\$ 16.000,00.

INCENTIVO À PRODUÇÃO E CONSUMO DE LEITE – PAA LEITE

Nesta modalidade, o objetivo é contribuir para o consumo do leite por famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, além do incentivo à produção leiteira pela agricultura familiar.

Executada nos estados do Nordeste e em algumas regiões do Estado de Minas Gerais (região norte, Vale do Jequitinhonha e Mucuri), com limite anual máximo de venda por unidade familiar de R\$ 9.500,00.

COMPRA INSTITUCIONAL

Com o advento do Decreto n.º 8.473, de 22 de junho de 2015, foi possível estabelecer o percentual mínimo de 30 %, a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, a qual estabelece diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Dessa forma, órgãos como hospitais públicos, forças armadas (Exército Brasileiro, Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira), presídios, restaurantes universitários, hospitais universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros, podem adquirir o percentual mínimo preconizado de alimentos oriundos da agricultura familiar, submetidos a um processo de compra com dispensa de procedimento licitatório.

Com relação ao limite de venda, cada unidade familiar, a qual é detentora de uma DAP, pode comercializar até R\$ 20.000,00 por ano, por órgão comprador, independente de esta unidade familiar participar de outra modalidade de PAA e do PNAE. Para organizações rurais com DAP jurídica, o limite máximo anual é de até R\$ 6.000.000,00 por órgão comprador.

Interessante observar que estados brasileiros, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso, bem como o Distrito Federal, desenvolveram suas próprias leis, tendo como marco legal federal o PAA – Compra Institucional, com a finalidade de garantir a aquisição direta de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, fazendo com que órgãos públicos comprem diretamente do produtor rural.

PROGRAMA PAULISTA DA AGRICULTURA DE INTERESSE SOCIAL (PPAIS)

O PPAIS é uma ação do Governo do Estado de São Paulo. Criado pela Lei n.º 14.591, de 14 de outubro de 2011, visa estimular a produção e garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Além da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, outros órgãos estatais também estão envolvidos, como: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (Fundação Itesp), Casa Civil, Secretaria da Administração Penitenciária, Secretaria do Desenvolvimento Social, Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Procuradoria Geral do Estado e Fundação Prefeito Faria Lima (Cepam).

Este Programa torna o Estado o principal comprador dos produtos da agricultura familiar, permitindo a melhora da qualidade de vida dos que trabalham no campo.

No mínimo 30 % das verbas estaduais destinadas às compras de alimentos poderão ser utilizadas para adquirir produtos oriundos da agricultura familiar, in natura e manufaturados, até o limite de R\$ 22.000,00 anuais por família.

O Governo do Estado de São Paulo pode adquirir frutas, verduras, legumes e outros alimentos, utilizados para a produção de refeições em órgãos estaduais como hospitais, escolas e presídios.

O Programa é voltado aos agricultores familiares tradicionais, assentados, quilombolas, indígenas e pescadores, onde os mesmos terão de atender aos seguintes requisitos:

- I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV – tenha percentual mínimo da renda familiar originado de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definitiva pelo Poder Executivo (redação dada pela Lei n.º 12.512, de 2011);
- V – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Para ter acesso ao PPAIS por parte do público beneficiado, deve comparecer às Casas de Agricultura da CATI e os assentados e quilombolas a qualquer escritório do Itesp e solicitar a expedição da Declaração de Conformidade ao PPAIS (DCONP), que tem validade por quatro anos.

A fim de que a emissão deste documento seja feita, o interessando deverá apresentar os seguintes documentos:

- I – documentos pessoais (CPF e RG), inclusive do cônjuge ou companheiro(a), agregados e eventuais empregados;
- II – nota fiscal de produtor, licenças profissionais, carteiras de identificação, quando for o caso;
- III – identificação e localização da propriedade ou do local em que exerce suas atividades agrícolas produtivas;
- IV – Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) aos que possuem;
- V – declaração de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e Imposto de Renda (IR) aos que possuírem.

Com a DCONP em mãos, o interessado em oferecer seus produtos aos órgãos e entes estatais deverá ficar atento à abertura das Chamadas Públicas; tais editais são publicados no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação local, regional ou estadual, ou na forma de mural em local público de ampla circulação, ou por outros meios de comunicação.

BANCO DE ALIMENTOS

O Banco de Alimentos é um local físico, amplo e com capacidade de recepção, armazenagem de alimentos, mesmo que temporária, sendo gerido por entes públicos ou pela sociedade civil. Esses alimentos podem ter sido adquiridos diretamente de agricultores, associações ou cooperativas, ou ainda recebidos como doação por estes últimos, ou por parceiros comerciais como quitandas, mercados, redes varejistas, atacadistas, entre outros. Importante mencionar que esses alimentos advindos de doação podem estar fora dos padrões de comercialização, porém sem restrições de caráter sanitário para o consumo.

Os alimentos podem ser oferecidos na forma de refeições prontas ou organizados em cestas ou *kits* para posterior distribuição (doação) a pessoas que se encontram em vulnerabilidade social, insegurança alimentar e são assistidas por órgãos públicos oficiais (entidades socioassistenciais).

Após o pleno funcionamento de um Banco de Alimentos, este pode solicitar credenciamento junto à Rede Brasileira de Bancos de Alimentos (RBBA), a qual tem como missão o fortalecimento e integração dos bancos de alimentos para promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada visando à redução do desperdício, à transparência e à conduta ética.

A importância de realizar o credenciamento junto à RBBA permite ao Banco de Alimentos ter acesso ao PAA, ao sistema de apoio a gestão, a cursos e eventos destinados à qualificação da equipe técnica, além de viabilizar a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para parceiros que realizam doação de alimentos.

MERCADO DIGITAL

Há propostas de realizar a conexão direta entre produtores rurais e compradores (mercados, restaurantes, redes de supermercados, lanchonetes, entre outros), por meio da internet. Configura-se como uma ferramenta de apoio ao produtor rural na comercialização de seus produtos e acesso a serviços inerentes à cadeia produtiva; da mesma forma, auxilia os compradores a encontrarem os produtos que desejam.

Tais plataformas buscam promover e fomentar a alimentação saudável, garantir o abastecimento de produtos regionais em todo o território paulista e facilitar o acesso dos produtores aos mercados, por meio da qualificação de seus produtos e do contato direto com compradores, permitindo modernizar e trazer agilidade para esta conexão.

Essas plataformas não se configuram como um *e-commerce*, mas um meio de conexão para promover contatos e gerar negócios entre as partes já mencionadas; traz, em sua estrutura virtual, toda segurança de cadastro e proteção dos dados de seus usuários.

Essas plataformas proporcionam aos produtores e suas organizações que aumentem suas redes de contatos e, por conseguinte, suas vendas; do outro lado, que os compradores (comerciantes, atacadistas, varejistas, órgãos públicos) encontrem maior variedade de gêneros alimentícios produzidos próximos a eles, com características peculiares, como oriundos da agricultura familiar, por exemplo.

A possibilidade de se pesquisar geograficamente a produção próxima ao comprador – e vice-versa – caracteriza-a como uma ferramenta de incentivo à economia de proximidade, o que traz benefícios para ambas as partes, inclusive para o consumidor. A proximidade física possibilita adquirir produtos colhidos recentemente e com reduzidos valores de fretes, já que as distâncias serão menores.

O usuário dessas plataformas, seja ele o produtor ou comprador, realiza seu cadastro e informa quais produtos deseja vender ou comprar; com estas informações, ambos realizam buscas pela plataforma e contatam-se no intuito de efetivar negócios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas voltadas às compras governamentais ora apresentadas representam um importante instrumento de comercialização, são operacionalizadas com preços auferidos em fontes oficiais (livres de interesses unilaterais e especulações de mercado), adotam frequência nos pedidos, têm a garantia e segurança do recebimento, além de fortalecerem as organizações rurais e seus membros. Entretanto não devem ser encaradas pelo agricultor, ou aquele que tem o meio rural como fonte de sua produção, como a principal ou mesmo a única forma de venda da produção agrícola.

As compras governamentais trouxeram outro grande benefício, o da organização social. A participação do agricultor, seja ele na modalidade individual, em grupos informais ou formais, possibilitou e requereu que houvesse a constituição efetiva desta organização. Com isso, associações e cooperativas foram devidamente formalizadas; antes, porém, o agricultor teve que se organizar, ou seja, providenciar documentos que atestassem sua condição na terra, já que, em muitos casos, ele produz em terra de terceiros, num formato de arrendamento ou comodato e, para tanto, requer um contrato, um documento que oficialize essa forma de posse e uso. Quando se trata de posse ou posseiro, também há toda uma tratativa para regularização e comprovação.

Outro documento pertinente a essa organização é a nota fiscal de produtor, pois, para participar das políticas e, no caso das compras governamentais, há a exigência legal da emissão de nota fiscal, tanto pelo agricultor como pela organização social que o representa e que firmou o contrato de venda. Ao mesmo tempo, trata-se de um documento que representa uma comprovação legal da fonte de renda rural, dado imprescindível no enquadramento como agricultor

familiar (Pronaf), na emissão da DAP e que também comporá o rol de documentos quando de sua aposentadoria rural.

Outra questão benéfica foi a implementação, por parte do agricultor, de um planejamento da produção, em especial no caso do PNAE e PPAIS, os quais obedecem a um cronograma e cardápio pré-estabelecido por nutricionista da instituição compradora. Isto fez com que houvesse uma preocupação no que produzir, quanto e quando plantar para colher no momento exato da solicitação de entrega; não é tarefa fácil! Aqui, entra a participação e presença do extensionista rural que, no caso paulista, representa o órgão oficial de extensão, a CATI, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

O extensionista rural tem o papel de estar junto, auxiliar e orientar o agricultor e sua família, já que estamos tratando de agricultores familiares e, nesse ínterim, a família toda participa e é responsável pelo trabalho agrícola produtivo. O extensionista é considerado um mediador e um facilitador de processos, ele traduz a linguagem científica numa versão didática de campo, é a pessoa de confiança da família do agricultor e responsável pela emissão de alguns documentos como a DAP, DCONP, orientação para se conseguirem outros documentos, além de acompanhar o agricultor ao acesso de outras políticas públicas.

As questões da logística de entrega e de utilizar um veículo de carga com carroceria coberta (baú) – refrigerado ou não – com pessoal habilitado, identificado e de preferência uniformizado também se somaram às consequências positivas. São questões que contribuem para a profissionalização e precisam ser encaradas como investimentos e aprendizado e não como despesas, além de serem absorvidas e adotadas como mecanismos de acesso a novas oportunidades de negócios pelos agricultores e suas organizações.

Dessa forma, com o acesso a essas políticas públicas, o produtor rural tem a oportunidade de diversificar sua renda, juntamente com outros meios de comercialização como, por exemplo, participação em feiras, venda para estabelecimentos comerciais (quitandas, mercados, restaurantes e lanchonetes), participação em grupos de consumo,

participação em CSAs – Comunidades que Sustentam a Agricultura, “venda na porteira”, realização de entregas (*delivery*), integrante de ações de turismo rural, turismo de base comunitária (TBC), entre outras.

Essa diversidade de participação em mercados, sejam eles públicos ou não, proporciona sustentabilidade e resiliência ao agricultor, caso alguma(s) dessas modalidades esteja(m) com problemas, dificuldades ou impedimento momentâneo, as outras formas de venda suportarão as baixas no período.

Falou-se muito em agricultor ou produtor rural, mas ele(a) não precisa obrigatoriamente estar no meio rural, a atividade rural (produção agrícola de alimentos) pode ser desenvolvida no perímetro urbano, desde que respeitadas as normativas locais, o Código de Postura, entre outras. Atualmente, em grandes centros, por exemplo, verifica-se esse tipo de atividade; áreas ociosas, áreas sob linhão de energia ou de posse de alguma instituição pública ou autárquica reúnem condições para o cultivo agrícola e de alimentos e que vem celebrando contratos de cessão de uso com estas pessoas. Ainda, se reunidos os documentos necessários, esses beneficiários também poderão acessar políticas públicas voltadas ao agricultor.

Quando lidamos com políticas públicas, estamos passíveis de influências econômicas e políticas, questões de orçamento e comprovação documental de instâncias públicas e do próprio beneficiário, o que podem gerar um tempo de espera até a efetiva execução. Por outro lado, tratam-se de mecanismos elaborados pelo poder público, passando pelo município, Estado e pela Federação, para que os bens mensuráveis da sociedade possam circular, ser produzidos, reconhecidos e valorizados. Com isso, geram-se riquezas, reflete-se na condição de vida, na criação de emprego e na geração de renda nos sistemas econômicos locais de proximidade. As políticas públicas, quando elaboradas para atenderem às reais necessidades da sociedade, são justificadas, geram resultados perenes e podem mudar a realidade local dos integrantes daquela comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OSTROSKI, D.; VITERBO, F. D. *et al.* **Principais canais de comercialização da agricultura familiar brasileira**—Salvador (Brasil): Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida): IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2018, 52 p. Acesso em: 2 de abril de 2021. Disponível em: <http://bit.ly/3F1ImW8>

Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. **Mercado Digital**. Acesso em: 2/3/2022. Disponível em: [Mercado Digital – Home page](http://mercadodigital.agricultura.sp.gov.br) (<http://mercadodigital.agricultura.sp.gov.br>).

MATERIAL COMPLEMENTAR

Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)

1.PORTARIA n.º 242_CAF-ALTERAÇÕES_CONSOLIDADA.pdf (<https://bit.ly/caf.Alteracoes.Consolidada.pdf>)

CAF – Português (Brasil) (<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/caf>)

Como Obter o CAF? — Português (Brasil) (www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/caf/como-obter-o-caf)

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

PNAE – home – Português (Brasil) (https://bit.ly/programas_pnae)

Compras PÚblicas (ICA) – Codeagro (www.codeagro.agricultura.sp.gov.br/ica/compras-publicas/consulta)

Notícias – Codeagro (https://bit.ly/Noticias_Codeagro)

Microsoft Power BI (www.bit.ly/CATI-PowerBi)

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Português (Brasil) (www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/paa)

Legislação – Português (Brasil)
(www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao)

Compra com Doação Simultânea (CDS)

Compra com Doação Simultânea – Termo de Adesão – Português (Brasil) (https://bit.ly/Compra_com_Doacao_Simultanea)

Compra com Doação Simultânea – Conab – Português (Brasil) (https://bit.ly/Compra_com_Doacao_Simultanea_Conab)

Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF)

Compra Direta – Português (Brasil) (www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/paa/compra-direta)

Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoques

Apoio à Formação de Estoque – Português (Brasil) (www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/paa/apoio-a-formacao-de-estoque)

Aquisição de Sementes

Aquisição de Sementes – Português (Brasil)
(https://bit.ly/Aquisicao_de_Sementes)

Incentivo à Produção e Consumo de Leite - PAA LEITE

Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite – Português (Brasil) (https://bit.ly/PAA_Leite)

Compra Institucional

PAA Compra Institucional – Português (Brasil)
(https://bit.ly/Compra_Institucional_PAA)

Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS)

PPAIS (www.cati.sp.gov.br/ppais/index.php)

Microsoft Word – Lei 14591 14.10.11

(www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2011/lei-14591-14.10.2011.html)

PPAIS – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – Itesp (www.itesp.sp.gov.br)

Compras Públicas (ICA) – Codeagro

(www.codeagro.agricultura.sp.gov.br/ica/compras-publicas/consulta)

Notícias – Codeagro (https://bit.ly/Noticias_Codeagro)

Microsoft Power BI (www.bit.ly/CATI-PowerBi)

Banco de Alimentos

Programa Banco de Alimentos | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo | Prefeitura da Cidade de São Paulo

(https://bit.ly/Programa_Banco_de_Alimentos_Cidade_SP)

Banco de Alimentos (<https://bancodealimentos.org.br>)

Prefeitura de Itanhaém (SP)

(https://bit.ly/banco_de_alimento_Itanhaem)

Mercado Digital

<http://mercadodigital.agricultura.sp.gov.br>

<https://www.laorganica.com.br>

<https://armazemdocampo.shop/collections/organicos>

<https://pertinhodecasa.com.br>

<https://mercadocna.com.br>

<https://orecestas.com.br/>



GALERIA DE IMAGENS

GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL: UM FOCO PARA A REDE LIVRES

Fotos do capítulo 2



Vista parcial da Loja da Livres, em Santos (SP)

Acervo: Rede Livres



Vista das sacolas com alimentos a serem entregues às famílias participantes da Livres.

Acervo: Rede Livres



Reunião com consumidores responsáveis da Livres
Acervo: Rede Livres



Entregadores da Livres (“ecobikers”)
Acervo: Rede Livres



Sacola para acondicionar os alimentos a serem entregues

Acervo: Rede Livres



Estatuto da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Repartição de Saneamento de Santos, 1939.

Acervo: Newton José Rodrigues da Silva

BARRACA DRIVE-THRU DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ITANHAÉM (SP)

Fotos do capítulo 3



Barracas *drive-thru* em Itanhaém (SP)
Acervo: Hemerson Calgaro



Barracas *drive-thru* em Itanhaém (SP)
Acervo: Hemerson Calgaro



Material de divulgação da Barraca do Produtor – *Drive-thru* em Itanhaém (SP)
Acervo: Thaís Muraro



Material de divulgação da Barraca do Produtor – *Drive-thru* em Itanhaém (SP)
Acervo: Thaís Muraro



Barracas *drive-thru* em Itanhaém (SP)
Acervo: Thaís Muraro

FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Fotos do capítulo 4



Feira do Produtor Rural e da Economia Solidária na

Praça da Igreja Matriz em Peruíbe (SP)

Acervo: Casa da Agricultura de Peruíbe



Feira do Produtor Rural em Peruíbe (SP)

Acervo: Autores



Feira de Economia Solidária em Bertioga (SP)

Foto: Renata de Brito

EQUIPAMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: SUPERMERCADOS COOPERATIVOS, ARMAZÉNS E BOUTIQUES

Fotos do capítulo 5



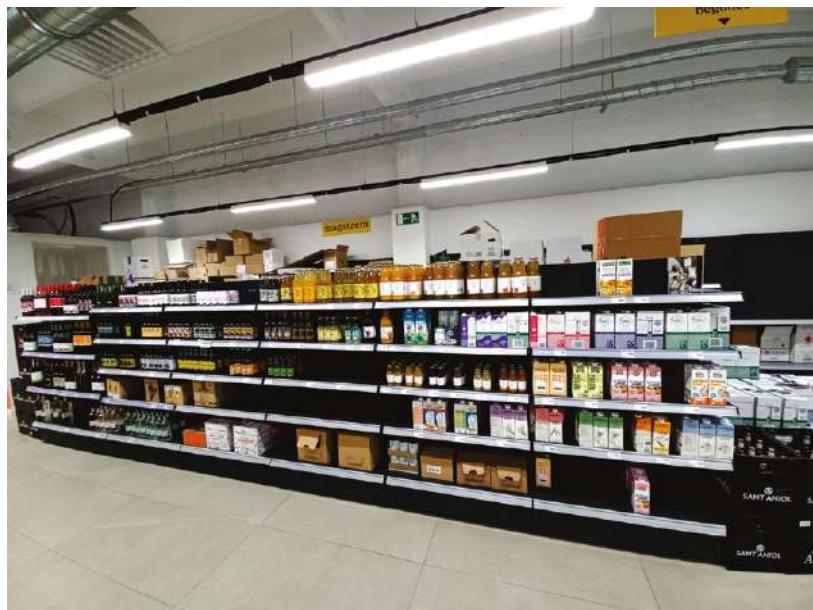
Boutique Camponesa, França

Acervo: Newton José Rodrigues da Silva



Food Coop, em Barcelona, Espanha

Acervo: Newton José Rodrigues da Silva



Food Coop, em Barcelona, Espanha
Acervo: Newton José Rodrigues da Silva



Food Coop, em Barcelona, Espanha
Acervo: Newton José Rodrigues da Silva



Food Coop, em Barcelona, Espanha

Acervo: Newton José Rodrigues da Silva



Food Coop, em Barcelona, Espanha

Acervo: Newton José Rodrigues da Silva



Vista do Armazém do Campo, município de São Paulo
Acervo: Armazém do Campo

FEIRAS DE TROCA DE SEMENTES E MUDAS

Fotos do capítulo 6



Feira de troca de sementes de Cunha (SP), realizada em 2017

Acervo: Casa da Agricultura de São Pedro – CATI Regional Piracicaba



Feira Estadual São Luiz Paraitinga (SP), realizada em 2022

Acervo: Casa da Agricultura de São Pedro – CATI Regional Piracicaba



Feira Estadual São Luiz Paraítinga (SP), realizada em 2022
Acervo: Casa da Agricultura de São Pedro – CATI Regional Piracicaba

COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA (CSA)

Fotos do capítulo 7



Dia de entrega na CSA Demétria em Botucatu (SP)
Acervo: CSA Brasil



Dia de entrega na CSA Demétria em Botucatu (SP)
Acervo: CSA Brasil



Encontro de pedagogia e agricultura
Acervo: CSA Brasil



Manutenção de sementes crioulas
Acervo: CSA Brasil



Divulgação da CSA em eventos

Acervo: CSA Brasil



Diversidade no campo e na mesa,
alimentos colhidos e que farão parte das cotas.

Acervo: CSA Brasil



Roda de conversa sobre a CSA
Acervo: CSA Brasil



Organismo agrícola
Acervo: CSA Brasil



Cenouras colhidas na CSA Demétria

Acervo: CSA Brasil



Organização dos alimentos em dia de partilha

Acervo: CSA Brasil



Alimentos da cesta (cota) em uma CSA

Acervo: CSA Brasil



Organização e entrega de cestas da CSA Ecosofia em Santos (SP)

Acervo: CATI Regional Santos



Evento comemorativo aos três anos de fundação da CSA Acerola de Santos (SP), em 2022.

Acervo: CSA Acerola

POLÍTICAS PÚBLICAS

Fotos do capítulo 8



Programa de Aquisição de Alimentos – Alimenta Brasil (Cesta Verde), executado em Bertioga (SP) (2021), em parceria com a CATI Regional Mogi das Cruzes, e a organização rural COOPASAT – Cooperativa dos Produtores

Agrícolas Solidários do Alto Tiete.

Acervo: CATI Regional Santos



Programa de Aquisição de Alimentos – Alimenta Brasil (Cesta Verde), executado em Santos (SP) (2021), em parceria com a CATI Regional Mogi das Cruzes, e agricultores da Coopasat e Coopavat – Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Cinturão Verde do Alto Tiete.

Acervo: CATI Regional Santos



Programa de Aquisição de Alimentos – Alimenta Brasil (Cesta Verde), executado em Santos (SP) (2021), em parceria com a CATI Regional Mogi das Cruzes, e agricultores de organizações: Coopasat e Coopavat.

Acervo: CATI Regional Santos



Programa de Aquisição de Alimentos – Alimenta Brasil (Cesta Verde), executado em Mongaguá (SP) (2021).

Acervo: CSA Brasil



Programa de Aquisição de Alimentos – Alimenta Brasil (Cesta Verde), executado em Itapecerica da Serra (SP) (2022), com participação de agricultores de Embu-Guaçu (SP).

Acervo: CATI Regional Santos



Programa de Aquisição de Alimentos – Alimenta Brasil (Cesta Verde), executado em Peruíbe (SP) (2021).

Acervo: Casa da Agricultura de Peruíbe



Entrega de alimentos para o PNAE – Merenda Escolar da Prefeitura de Guarujá (SP) em 2021. Participação de membros da Associação dos Agricultores Familiares do Guarujá (AAFAG).

Acervo: CATI Regional Santos



Entrega de palmito pupunha no PNAE Merenda Escolar de Itanhaém (SP), em 2013, por agricultores de Guarujá (SP) e Itanhaém, atualmente, entregam no Programa de Aquisição de Alimentos – Alimenta Brasil (Cesta Verde), executado em Santos (SP) (2022) e feiras de agricultores.

Acervo: CATI Regional Santos



Entrega de alimentos nas Penitenciárias I e II em Reginópolis (SP),
pelo Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS).

Acervo: CATI Regional Bauru



Banco de alimentos da Prefeitura de Itanhaém (SP)

Acervo: Autores

